

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: UMA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM LAGOA DO ITAENGA-PE

Gilvanice Marques de Lima

Recife

2008

Gilvanice Marques de Lima

**POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: UMA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM LAGOA DO ITAENGA-PE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como pré-requisito essencial ao título de Mestre.

Mestranda: Gilvanice Marques de Lima
Orientadora Prof.(a) Dra.Irenilda de Souza Lima.

Recife
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: UMA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM LAGOA DO ITAENGA-PE

Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof.(a) Dra. Irenilda de Souza Lima - UFRPE
Orientadora

Prof.(a) Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão- UFRPE
2º Examinadora

Prof.(a). Dra. Maria Salett Tauk Santos – UFRPE
3º Examinadora

Prof.(a) Dra. Ana Maria Dubeux Gervais- UFRPE
Examinadora externa

Dissertação aprovada no dia ____/ ____/2008, no Departamento de Educação - UFRPE

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Gercino Marques de Lima e Helena Celina de Lima, a minha orientadora Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, pela compreensão e orientações para a realização dessa Dissertação.

Aos que de forma direta ou indireta me deram apoio e acreditam no meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos seres criadores do Universo e ao gestor da criação que me permitem imaginar a existência de diversos mundos mágicos, onde fantoches e marionetes não são manipulados em nome de Deus, tampouco, no sobrenome dos Homens.

À coordenação do POSMEX, professores e colegas pelos ensinamentos e apoio na construção deste trabalho. A CAPES pelo consentimento de bolsa para a realização desta pesquisa.

Aos cérebros conscientes e inconscientes, produtores de conhecimentos científicos e fábulas populares, que amenizam a dor daqueles que sempre estão à margem do epicentro evolutivo, em um processo endemicamente anacrônico nas sociedades pós-modernas.

Aos amigos espirituais e profanos que em forma de anjos caídos e desconstituídos democraticamente da sociedade neoliberal, argumentaram que tudo seria possível para aquele que crê.

Aos meus laços sanguíneos e afetivos, que sempre me estimularam em prosas corriqueiras em continuar a sacrificada caminhada, em prol da construção do conhecimento científico; são eles: Mariana Salazar Pereira da Costa, Marcílio José da Silva, Cláudia Zoraya, Juliano de Carvalho, Juliana Salazar Pereira da Costa e Verônica Fox Pilar.

EPÍGRAFE

“Se a civilização da imagem, da informática e da eletrônica não dá lugar a uma análise de fôlego sobre a maneira pela qual essas novas linguagens podem ser dominadas e não sucinta, nos cidadãos, novas possibilidades de imaginação, de criação e de responsabilidade, corremos um grande risco de nos encontrar sem querer, em uma sociedade em que os indivíduos não terão uma distância possível em relação aos objetos e, conseqüentemente, à sua própria demanda (...)

Como uma mídia está ligada à sua área histórico-geográfica? Que relação une as mídias entre si? Que determinação econômico - política marca as funções e os usos sociais das tecnologias de comunicação? Qual o papel do imaginário na criação desses usos? “

(Mattelart e Mattelart:2004, p 24-.49)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar os impactos do Telecentro Rural de Lagoa do Itaenga como novo espaço público de comunicação digital, numa parceria com instituições públicas, instituições privadas e organizações não-governamentais que visam agilizar o processo da comunicação em busca do desenvolvimento humano. Este espaço digital foi pensado, elaborado e executado num momento em que a sociedade civil vive um amplo processo da globalização apoiado pelas novas formas de administrar o Estado, entre elas às reformulações nas políticas públicas voltadas para a democratização da comunicação. Estudar a importância das políticas públicas procurando analisar o papel do Estado e da sociedade civil organizada permitiu definir objetivos específicos propostos: Analisar a relação entre o capital social e a Internet visando identificar em que medida esses mecanismos agilizam a comunicação no processo do desenvolvimento local e identificar quais os usos e apropriações que os usuários do telecentro rural da ASSIM estão desenvolvendo na utilização do ciberespaço. No caminho metodológico sinalizamos que se trata de um estudo de caso, no qual foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevistas, questionários, observações diretas, diário de campo, análise documental e registro fotográfico. Os resultados desta pesquisa mostraram ser possível afirmar que as atuais políticas públicas de inclusão digital vêm oportunizando parcialmente algumas comunidades rurais a se inserirem em um novo meio de comunicação, cuja importância é essencial nesse período contemporâneo, uma vez que a sociedade da informação e do conhecimento tem como ferramenta principal o uso da Internet. Os impactos decorridos do uso da Internet têm favorecido alguns grupos fortalecerem o seu capital social, bem como reformular suas estratégias políticas no tocante a participação social. É pertinente pontuar que a diversidade de parcerias nos programas sociais é essencial para a obtenção de melhores resultados nas políticas públicas de inclusão digital e desenvolvimento social.

PALAVRAS CHAVES: Internet, Capital Social, Parcerias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyse the impacts of the rural internet center of Lagoa do Itaenga as a new public space of digital communication, in a partnership with public institutions, private institutions and nongovernmental organizations that aim to accelerate the process of communication in search of human development. This digital space has been designed, developed and implemented at a moment in which civil society lives a broad process of globalization supported by new forms to administrate the state, including the changes in public policies focused on the democratization of communication. Studying the importance of public policies seeking to analyse the role of the state and civil society organizations allowed to define specific goals: to examine the relationship between social capital and the Internet, in order to identify how far these mechanisms promote communication in the process of local development and to identify the uses and appropriations that users of the rural internet centers of ASSIM are developing when using cyberspace. On the methodological track we signal this thesis as a case study, in which the following instruments were used for data collection: interviews, questionnaires, direct observations, field diary, documental analysis and photography. The results of this research allow to say that the current public policies of digital inclusion are in part making possible for some rural communities to insert themselves in a new communication media, which is essential in this contemporary period, since the information and knowledge society has as main tool the use of Internet. The impacts after the use of the Internet have helped some groups to strengthen their social capital and reshape their political strategies regarding social participation. It is pertinent to punctuate that the diversity of partnerships in social programs is essential to obtain better results in public policies of digital inclusion and social development.

KEYWORDS: Internet, Social Capital, Partnerships, Public Policies and Local Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	IDH do município de Lagoa do Itaenga	30
Tabela 2	Distribuição dos Serviços de Telefonia no Brasil	55
Tabela 3	Distribuição das Características socioeconômicas dos Incluídos Digitais e Excluídos Digitais no Brasil	64
Tabela 4	Distribuição Nacional dos Pontos e Programas de Inclusão Digital no Brasil	76
Tabela 5	Distribuição Regional do Acesso a Internet a cada 100 habitantes	77
Tabela 6	Distribuição Regional por Conexão na WEB em domicílio	80
Tabela 7	Distribuição da Amostra Domiciliar por Regiões	80
Tabela 8	Distribuição por Sexo e por Faixa Etária	97
Tabela 9	Distribuição por Sexo e Grau de Escolaridade	98
Tabela 10	Distribuição da Renda Familiar por Salário Mínimo	98
Tabela 11	Distribuição do Principal Lugar de Acesso na Internet	99
Tabela 12	Distribuição de Acesso na Internet Mensal	99
Tabela 13	Distribuição das Horas Utilizadas a Internet em Cada Acesso	100
Tabela 14	Distribuição das Atividades Desenvolvidas na Internet	100
Tabela 15	Distribuição Percentual dos Principais Sites Acessados	101
Tabela 16	Distribuição da Importância do Telecentro para a Comunidade Local	102

MAPAS

Mapa 1	Cadeia Produtiva da Mata Norte	21
Mapa 2	Indicadores Sociais	30
Mapa 3	Localização Geográfica de Lagoa do Itaenga	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Crescimento Populacional de Lagoa do Itaenga	23
Gráfico 2	População urbana e rural de Lagoa do Itaenga	23
Gráfico 3	IDH do município de Lagoa do Itaenga	32
Gráfico 4	Indicadores da Expansão do Setor de Telefonia no Brasil	54
Gráfico 5	Distribuição Quantitativa da Inclusão Digital e Exclusão Digital no Brasil	65
Gráfico 6	Canais de Acesso e Utilização da Internet no Brasil	79

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Distribuição das categorias	102
----------	-----------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

ANATEL – Agencia Nacional de Telecomunicações
ATER - Assistência Técnica de Extensão Rural
ASSIM - Associação dos Produtores Agroecológicos de Marreco e Sítios Vizinhos
CGI.br. - Comitê Gestor da Internet no Brasil
CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
ECINF - Economia Informal Urbana
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GAID - Grupo de Ação para a Inclusão Digital
GESAC - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro De Informação Ciência E Tecnologia
IDH - Índice De Desenvolvimento Humano
IEA - Instituto de Economia Agrícola
INCUBACOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCT – Ministério da Ciência e da Tecnologia.
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT - Ministério das Telecomunicações
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NIC. br (MCT) - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br.
ONID- Observatório Nacional de Inclusão Digital
ONU - Organização das Nações Unidas.
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCV/SEADE - Pesquisa de Condições de Vida.
PINTEC - Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica
POSMEX –Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local-
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Recife
SERTA - Serviço de Tecnológico Alternativa
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SECIS - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
UNDIME - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WEF - Fórum Econômico Mundial

SUMÁRIO

Dedicatória.....	4
Agradecimentos.	5
Epigrafe.....	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Lista de tabelas.....	9
Lista de Mapas.....	10
Lista de gráficos.....	10
Quadros.....	10
Lista de Siglas.....	11
Sumário.....	12
INTRODUÇÃO.....	14

O Enigma e sua Conexão

1.0 O Problema de Pesquisa.....	19
1.1 Objetivos do Estudo.....	20
1.2 Objetivo Geral.....	20
1.3 Contextualização do Problema.....	20
1.4 Justificativa.....	25
1.5 Pertinência do Estudo.....	35

Parábolas Virtuais

2.0 Ruralidade, Globalização e Comunicação.....	38
2.1 Os Impactos da Globalização na Sociedade do Conhecimento.....	46
2.2 Democratização da Comunicação.....	52
2.3 Estado, Governo e Políticas Públicas.....	56
2.4 Exclusão Digital e Inclusão Digital.....	61
2.5 Políticas de Comunicação e Políticas Públicas de Inclusão Digital	66
2.6 Projetos e Programas de Inclusão Digital.....	70
2.7 A importância do Associativismo na Comunidade Democrática.....	81
2.8 Capital Social e Desenvolvimento Local.....	84

Caminhos da Descoberta

3.0 Abordagem qualitativa e quantitativa.....	93
3.1. Método e técnicas.....	94
3.2 Detalhamento do estudo.....	94
3.3 Amostra.....	95

A Estrada e o Futuro

4.0 Matriz geral dos dados.....	98
4.1 Categoria 1: Comunicação Virtual.....	108
4.2 Categoria 2: Capital Social.....	110
4.3 Categoria 3: Desenvolvimento Local.....	113
4.4 Categoria 4: Políticas Públicas de Inclusão Digital.....	115

CONCLUSÃO.....	116
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	122
------------------	-----

ANEXOS

Apêndice A - Roteiro da entrevista.....	128
Apêndice B- Modelo do questionário.....	129

INTRODUÇÃO

“Assistir à televisão, falar ao telefone, movimentar a conta no terminal bancário e pela Internet, verificar multas de trânsito, comprar discos, trocar mensagens com o outro lado do planeta, pesquisar e estudar são hoje atividades cotidianas, no mundo inteiro e no Brasil.” (TAKAHASHI, 2000, p. 23).

Este trabalho tem como *objeto de estudo* a Política Pública de Inclusão Digital: Uma Proposta de Desenvolvimento Local de Lagoa do Itaenga - PE, em que se busca analisar os impactos socioeconômicos e culturais decorrentes da utilização da Internet neste município. Para estudar o problema, nosso campo de pesquisa está centrado no Telecentro Rural da Associação dos Produtores Agroecológicos de Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM).

No estudo, procura-se compreender os impactos decorrentes da utilização da Internet pelos usuários do Telecentro Rural da ASSIM. Esta Associação se constitui um espaço público de comunicação, que tem seu funcionamento a partir da integração de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais que oportunizam para a população local o acesso à comunicação virtual a fim de conhecer e gerar novos conhecimentos e difundir sua cultura.

É importante descrever que a existência do Telecentro na comunidade rural de Lagoa do Itaenga, município da Mesorregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco, é resultado do processo de parceria entre instituições públicas, instituições privadas e organização não-governamental, nos seus processos de elaboração, implementação e execução entre diversos atores sociais. Destacando-se nesta parceria, a INCUBACOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Prefeitura do Município, Secretaria de Educação, SERTA - Serviço de Tecnológico Alternativa e da ASSIM.

No que concerne ao Telecentro comunitário, é importante registrar que o governo federal, através dos programas de inclusão digital, se faz presente através do programa do GESAC- Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão. A finalidade desse programa é garantir ao cidadão brasileiro o acesso às informações e a liberdade de

expressão na rede, sobretudo àqueles que se encontram excluídos da sociedade digital e a sua comunidade.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos instituída pela Organização das Nações Unidas, assinada em 1948, o artigo XIX descreve que: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Daí porque acreditamos ser importante a escolha deste tema, visto que ter acesso às informações, às opiniões significa participar democraticamente das ações de esferas governamentais, não governamentais, bem como facilitar o acesso a outros serviços de inclusão digital que estejam disponibilizados às comunidades até então excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

Estudar este tema também é importante por estar relacionado aos princípios e base dos direitos humanos, que segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998, no seu capítulo V, artigo 220, parágrafos 5º e 6º, nos fala da Comunicação Social “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade”.

Ainda, é importante ressaltar que nos últimos oito anos, os programas de origem social no Brasil apresentam-se através de uma política pública de inclusão digital, embasados não apenas nos direitos nacionais e internacionais da comunicação social, mas também pelo já conhecido Projeto Diretrizes Estratégicas para Ciência, Tecnologia e Inovação. Programa esse, apresentado à sociedade brasileira através da publicação do Livro Verde - Sociedade da Informação no Brasil, publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) no ano de 2000. Essa publicação foi o ponto de partida para diversos questionamentos e direcionamentos das atuais e futuras políticas públicas de inclusão digital e desenvolvimento tecnológico.

Recentemente o Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Diário de Pernambuco e a Fundação Assis Chateaubriand, promoveu o Seminário “Inclusão

Digital como base para a Inclusão Social”, realizado em diversos Estados. Também realizado no Estado de Pernambuco na Mesorregião do Agreste Meridional, no município de Garanhuns, no dia 13 de fevereiro de 2007, em que deixou nítido no discurso da sua representante, Fátima Figueiredo, que: [...] “as intenções do governo Lula com o programa GESAC se ampliaram, transformando esse no maior programa de inclusão social através da tecnologia”.

No seu discurso, a representante do MCT salientou que [...] alguns programas entregam os computadores (...), nós entramos com o serviço que são os pontos de acesso à Internet através de uma rede de conexão via satélite em escolas, telecentros, ONG’s, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail e hospedagem de páginas, entre outros objetivos.

O GESAC constitui-se, assim, em um espaço de comunicação aberto a toda sociedade brasileira, o qual possibilita ao usuário ter acesso às informações e aos serviços dos governos federal, estadual, municipal, legislativo e judiciário disponíveis na Internet (Rede Mundial de Computadores), de forma a promover a universalização do acesso e manter a permanência do poder público próximo ao cidadão.

No dia 15 de fevereiro de 2007, o mesmo seminário realizado em Petrolina, na Mesorregião do São Francisco no mesmo Estado, o palestrante, segundo dados divulgados por Andréa Fontenele e Carlos Freitas, através da assessoria de comunicação do MCT no portal da agência de notícias no dia 16 de fevereiro a 16h10, descreveram que a mensagem foi “Computadores: ferramentas para o desenvolvimento”, as sínteses do discurso do palestrante e secretário de Inclusão Social do MCT, Aniceto Weber, afirmam que:

“[...] MCT pretende tornar os excluídos digitais em agentes participativos, para que possam agregar valor e gerar renda em suas comunidades. Entre as ações realizadas para este fim está o apoio à construção de telecentros e de outras unidades capazes de colocar o público mais carente em contato com a internet.”

De acordo com as informações disponibilizadas no site do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, no dia 01 de março de 2007, a representante do MCT - Fátima Figueiredo, afirma que existem 2,1 mil (dois mil e cem) municípios beneficiados pelo GESAC, totalizando 3.340 pontos (três mil e trezentos e quarenta)

pontos em operação, o Estado de Pernambuco conta com 190 pontos, em seus 187 municípios. Ainda de acordo com a representante “A meta é que, ainda em 2007, 10 mil pontos estejam instalados, levando a rede para todos os 5.565 municípios do território nacional, tornando-se a maior rede pública de conexão à informação da sociedade”

Partindo-se da noção que o conceito do meio rural encontra-se em questionamento e desenvolvimento, esse objeto de estudo tem seu ponto de partida na ASSIM, comunidade agrícola geograficamente localizada a 7 km (sete quilômetros) do núcleo urbano, espaço local categorizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como área rural.

Finalmente, acreditamos ser importante este estudo por analisar também os indicadores de bem-estar humano, proporcionados pelo uso da comunicação mediada pelo computador existente nos telecentros comunitários, localizados em unidades territoriais rurais desprovidas de capital financeiro e capital tecnológico.

O ENIGMA E SUA CONEXÃO

“Contemporaneizar a Comunicação Rural pressupõe construir uma nova abordagem, um novo olhar sobre o objeto, sem que o objeto perca a característica fundamental que compõe a sua natureza, a própria razão de existir. A característica fundamental da Comunicação Rural se constitui em processo comunicativo na perspectiva de construir mudanças. Construir mudanças é, portanto o cerne da Comunicação Rural” (TAUK, 2000. p. 292)

Este trabalho tem como *objeto de estudo* a Política Pública de Inclusão Digital: Uma Proposta de Desenvolvimento Local em Lagoa do Itaenga-PE, em que se busca analisar os impactos socioeconômicos e culturais decorrentes da utilização da Internet na comunidade rural. Para estudar este problema, nosso campo de pesquisa está centrado no Telecentro da Rural da Associação dos Produtores Agroecológicos de Marreco e Sítios Vizinhos - ASSIM.

1. O PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo-se da necessidade de compreender as relações de comunicação e informação existentes nas áreas rurais, e seus impactos no processo do desenvolvimento local, busca-se analisar o Telecentro de Lagoa do Itaenga, no Estado de Pernambuco. Esse telecentro comunitário possibilita o uso da Internet no cotidiano da população local, independente do perfil de seus usuários, que se interligam através da navegação na Web na busca de informação, comunicação e entretenimento.

Portanto, pretende-se neste objeto estudar a importância das mudanças ocasionadas no cotidiano de seus usuários, decorrentes desse novo canal de comunicação pública existente na comunidade rural da (ASSIM). Esse questionamento constitui um elemento indispensável de todo processo investigativo, o qual está associado ao novo modelo comunicacional e econômico, que se enquadra na perspectiva de gerar o desenvolvimento local. Nesta direção, elaboramos os seguintes objetivos.

OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 Objetivo geral

- ✓ Analisar os impactos do Telecentro Rural de Lagoa do Itaenga como novo espaço digital, numa parceria com instituições públicas, instituições privadas e organizações não governamentais dentro do processo da globalização, que visa agilizar o processo da comunicação em busca do desenvolvimento local.

1.2 Objetivos específicos

- ✓ Estudar a importância das políticas públicas, procurando direcionar o papel do Estado e seus impactos no processo da comunicação;
- ✓ Analisar a relação entre o capital social e a Internet, visando identificar em que medida esses mecanismos favorecem o processo do desenvolvimento local;
- ✓ Identificar quais os usos e as aquisições que os usuários do telecentro rural da ASSIM estão desenvolvendo na utilização do ciberespaço.

1.3 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

Na tentativa de compreender a importância de uma política pública de inclusão digital em área rural, este estudo foi realizado na comunidade de Marreco, no município de Lagoa do Itaenga, localizado a 81 km da cidade do Recife, no telecentro instalado na - ASSIM.

Para uma melhor contextualização da área de estudo, apresentamos de forma sucinta a caracterização do município de Lagoa do Itaenga, cujo cenário geográfico está focado na comunidade rural de Marreco no Município Lagoa do Itaenga, localizado a 78 km do Recife, na região da Mata Norte de Pernambuco, o qual foi desmembrado do município de Paudalho, na categoria de distrito no ano de 1963.

Lagoa do Itaenga possui uma unidade territorial com 57,903 km², o que representa 1,7% da espacialidade da Mata Norte, a qual é formada por 19 municípios em seus 3.242,9 Km², correspondendo a 38,59% do total dessa mesorregião . Limitando-se ao

norte com os municípios de Carpina e Lagoa do Carro, ao sul Glória de Goitá, a leste Paudalho e a oeste Feira Nova e Limoeiro¹.

No que se refere aos critérios de desenvolvimento humano categorizado pelo IBGE no resultado do censo demográfico de 2000, Lagoa do Itaenga apresentou um desenvolvimento de 76,1%, na urbanização, um aumento na taxa de crescimento vegetativo correspondente a 2,3% entre o período de 1991 a 2000 e uma densidade demográfica equivalente a 348,4(hab/km²). Mesmo com o aumento das suas taxas de desenvolvimento, o município, segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM¹, apresenta baixos indicadores sociais, entre eles podemos destacar que chefes de família com rendimento mensal até um salário mínimo corresponde a mais de 51,7% e menos de 88,%; no indicador de domicílio com esgoto sanitário inadequado, o município está entre os 30 piores o estado de Pernambuco; já na taxa de analfabetismo da população entre 15 a 24 anos, o percentual está entre 12,4% a 18,6% dados semelhantes aos municípios que compõem a mesorregião, os quais enquadram-se como dados intermediários, segundo o IBGE.

Suas características físicas como o clima semi-árido, vegetação caducifólia e subcaducifólia, bem como seu relevo compartimentado entre tabuleiro costeiro e colinas, definem sua altitude em 183 m, o que estabelece uma temperatura média anual de 24,6° Celsius, favorecendo a maior parte da economia local por razões políticas e históricas direciona-se em atividades primárias, pode-se destacar nesse contexto a agricultura familiar e a monocultura canavieira, uma vez que em seu território o rio Capibaribe tem um pequeno trecho de seu percurso, facilitando assim o cultivo das atividades agrícolas.

Ressaltando a importância das atividades agrícolas familiares e na geração de renda para a localidade, é possível compreender o que afirma Maria de Nazareth (1996):

“[...] o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família - produção trabalho tem

1 .Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM 2003

2. XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.pp 1-18.

habitantes na zona urbana, o que representa 76,1% da população local e 4.827 habitantes na zona rural, o equivalente a 23,9 % da população. Essa população naquele período era composta por 10.083 homens e 10.089 mulheres, revelando um cenário equilibrado na questão de gênero.

De acordo com o IBGE, a evolução de sua população contrapõe-se a algumas expectativas, no que se refere ao êxodo rural, uma vez que na década de 1970 o município tinha uma população de 11.110 habitantes permitindo ao Instituto, após o censo de 2000, o IBGE, propor uma estimativa de 22.880 habitantes para o ano de 2006, o que permite analisar que a previsão estava em torno de 11,8% em relação ao aumento populacional num período de seis anos.

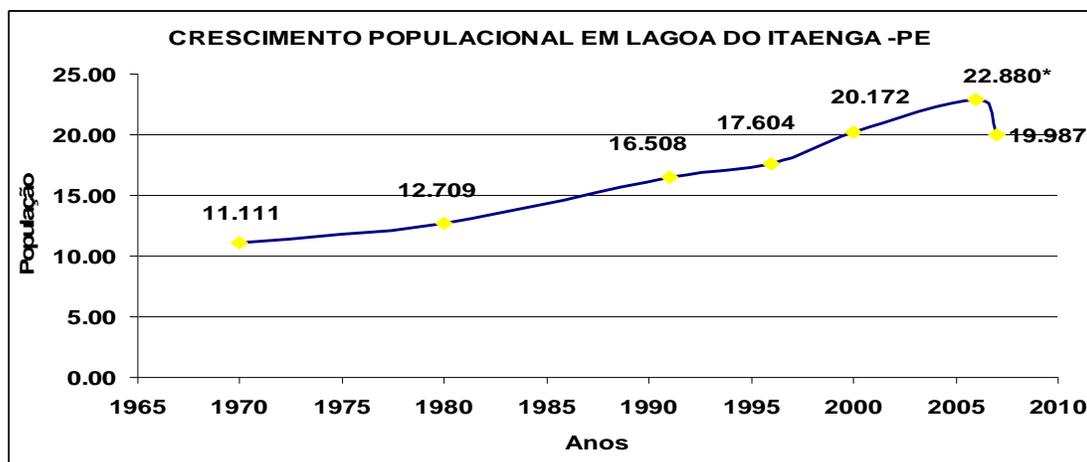
No entanto, os dados mais recentes do IBGE, disponibilizados no seu portal através do link cidades, informa que as estimativas previstas não correspondem ao real, já que na contagem da população no ano de 2007, o município totalizou o número de 19.987 habitantes, mostrando uma pequena inclinação negativa de 0,9% nas estimativas previstas entre 2000 a 2006. Os critérios de classificação entre a população urbana e rural acabam sendo intrigantes e ambíguos, uma vez que na análise de Abramoway (2003) a classificação tem como:

o pressuposto intelectual básico para formação de redes territoriais densas e diversificadas é que se construa uma nova visão – inclusive sob o ângulo estatístico – do que significa o meio rural. Na classificação do IBGE, o rural é definido como o que não é urbano. Qualquer localidade, qualquer distrito e mesmo os pequenos municípios são vistos como não rurais por aí não se consegue sequer formular a questão fundamental – para pesquisa e para as políticas públicas – a respeito das situações que permitem em alguns casos dinamismo e, em outros, estagnação às regiões rurais (ABRAMOWAY, 2003, p. 97).

A fim de compreender o perfil do crescimento populacional do município, apresenta-se:

Gráfico 1

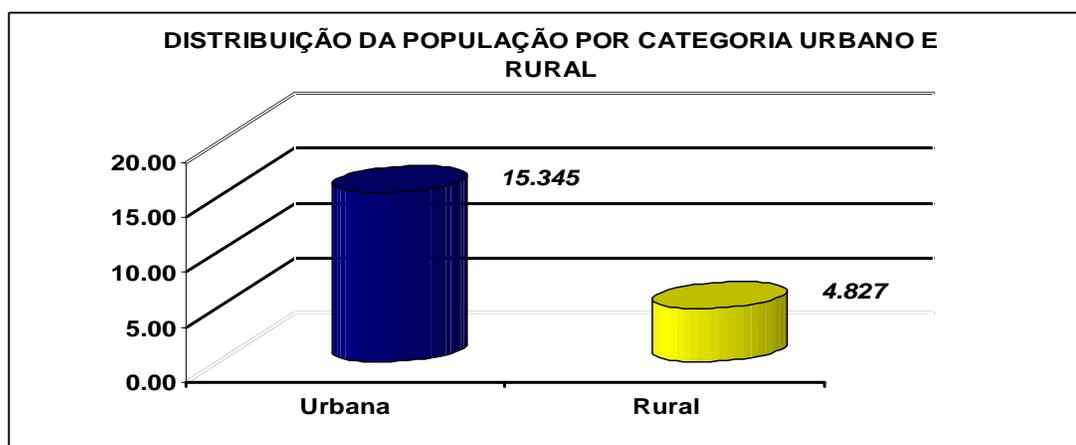
Crescimento Populacional de Lagoa do Itaenga



Dados: IBGE. * estimava para o ano de 2006 **Adaptado:** Pelo Autora

Gráfico 2

População urbana e rural de Lagoa do Itaenga



Dados: IBGE. Resultados do Censo Demográfico, 2000. **Adaptado:** Pelo Autora

Atualmente não é possível definir de forma concreta e real o quantitativo populacional urbano e rural, bem como, o percentual da população ocupada com atividades geradoras de renda, já que o censo demográfico é realizado a cada dez anos. Período necessário para que as intervenções políticas, nas áreas rurais, aconteçam, adquirindo importância para transformações educacionais, culturais e econômicas do país, destacando-se nas áreas periféricas rurais, que dependem das ações governamentais através de programas sociais para acontecerem.

As principais atividades econômicas no município, segundo dados disponíveis no site IBGE link cidades, distribuem em 34,1% na agropecuária, o que gera o total de

2.013 pessoas ocupadas, seguido do comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos, indústria de transformação e outras atividades que absorvem 63,9% da população economicamente ativa.

Antes de concluir algumas informações da área de estudo como também do Mapa da Exclusão Digital, é importante refletir e questionar em que medida essa política pública de inclusão digital, proposta pelo governo federal, funciona de fato como agente de inclusão das grandes camadas sociais, historicamente marcada pela desigualdade social e pela falta de acesso aos serviços básicos, tais como saúde, saneamento e educação, instituídos através da responsabilidade do Estado, tendo a função de produzir condições de melhoria nos indicadores humanos, os quais estão relacionados ao desenvolvimento das pessoas e suas áreas, estando relacionado com a perspectiva de desenvolvimento local.

A área determinada pelo estudo já esteve excluída digitalmente, o que pode ser verificado por meio de sua posição de 3.610 dos 5.084 municípios mapeados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2003, no Mapa da Exclusão Digital, estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, apresentados ao público em abril de 2003. A classificação 3.610 (terceira milésima sexcentésima décima) posição vem apresentada com o percentual de inclusão na localidade, uma vez que o estudo revela que a taxa de inclusão digital da população local, naquele período, foi 1,04% (um vírgula zero quatro por cento) número referente a totalidade dos moradores daquele município.

Segundo o Mapa da Exclusão Digital é importante registrar que na sua composição entraram diversos elementos, dentre os quais, capital físico (computador, periféricos etc.), capital humano (aulas de informática, educação básica, etc.) e capital social (internet, outras formas de associativismo). Neste estudo, além desses fatores também se entende que é preciso estudar outros elementos de exclusão digital, tais como: os diversos canais de acesso, como a escola, emprego, negócios, governo e domicílio, e foram contemplados em sua pesquisa.

Essas informações foram adquiridas no Mapa da Exclusão Digital, tese de mestrado de Marcelo Cortês, defendida no ano de 2003, teve como base informações analisadas

segundo dados do (IBGE), do Ministério da Educação (MEC), do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e Censo Escolar, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Economia Informal Urbana (ECINF), da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC), do Ministério das Telecomunicações (MT) , da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), do Ministério da Ciência e Tecnologia(MCT), da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fórum Econômico Mundial (WEF) e da Pesquisa de Condições de Vida (PCV/SEADE).

1.4 JUSTIFICATIVA

“A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo. (...) É aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares. O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões.” (SANTOS, 2002, p 147).

É pertinente analisar o que afirma acima Milton Santos na obra *Da Totalidade ao Lugar* (2002), estudar os impactos econômicos, culturais e sociais decorrentes da informação globalizada, uma vez que os programas sociais de inclusão digital, nos contextos sociais rurais, têm a função de combater a miséria informacional nas localidades carentes de capital financeiro e capital tecnológico.

Avaliar se de fato esta inclusão digital, oportunizada pelo telecentro, promove inclusão social a todos os indivíduos que compõem a localidade rural analisada, faz necessário a este estudo agregar a temática do desenvolvimento local, a qual surge nas políticas públicas contemporâneas como uma nova opção de desenvolvimento econômico, educacional e social, bem como a valorização das raízes culturais, permitindo a área o surgimento de novos indicadores de desenvolvimento humano em escala local e global. A importância do local nesse objeto está em consonância com a sua funcionalidade espacial, já que para alguns estudiosos, entre eles Milton Santos no seu livro - *Da totalidade ao lugar*, publicado no ano de 2005 afirma que:

“O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.” (SANTOS, 2005 p. 33).

Percebendo a importância do local no seu processo evolutivo e produtivo, tanto na sua totalidade econômica, cultural, histórica e social, percebe-se que a inclusão social via inclusão digital, nesse cenário contemporâneo, da sociedade da informação muitas vezes, confunde-se com a sociedade do conhecimento, em que a mesma focaliza sua estratégia no combate à falta de informação, gerando e aplicando aquisições informacionais no estímulo à produção de conhecimento.

Este objeto de estudo, no ânimo de contestar algumas questões já descritas anteriormente, tentará procurar algumas respostas sobre o uso da informação, da comunicação e do desenvolvimento nos usuários do telecentro rural da ASSIM. É importante ressaltar que o meio rural que compõe o espaço local a ser estudado encontra-se apresentados em artigos científicos e nos relatórios de instituições governamentais e não-governamentais, que validam seus argumentos em uma sociedade local, cuja cadeia produtiva encontra-se no setor primário das atividades econômicas consagrando historicamente baixos indicadores de crescimento do produto interno bruto (PIB) do país na sua produção anual. De acordo com Jose Eli daVeiga (2007):

“O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo. Dada, ademais, sua menor produtividade do trabalho e incorporação tecnológica, tem-se que o setor focaliza-se mais nas funções de caráter social do que nas econômicas.” (VEIGA, 2007, p.13) ⁴

A descrição acima evidência a importância dos estudos que interagem em áreas onde as atividades econômicas contribuem para importância social da agricultura familiar e das populações rurais que atuam nesse setor, o que tem contribuindo historicamente para o desenvolvimento de específicas localidades, bem como para erradicar análises errôneas que observam o meio rural como um ambiente anacrônico. De acordo com o artigo “Inclusão ou exclusão digital na agricultura?” publicado no dia 07 de janeiro de 2004 na revista eletrônica conjuntura do Instituto de Economia Agrícola – IEA, o pesquisado Francisco Alberto Pino (2004), informa que:

“ O advento recente da Era da Informação trouxe consigo o agravamento da dicotomia entre os que podem e os que não podem acessar informação, em particular, a informação agrícola, principalmente a de natureza estatística e econômica. Neste caso, há que se considerarem dois tipos de exclusão. O primeiro refere-se à geração de informação; o segundo, à sua transmissão e utilização [...] já que pesquisas divulgadas recentemente no IPEA mostram

que 8,5% das unidades de produção agrícola, correspondentes a 24% da área plantada, já utilizam Internet em suas atividades (PINO,2004,p.07) ⁴

Considerando a relevância dos estudos das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e a questão do crescimento econômico e do desenvolvimento humanos, aqui abordados, não se restringem às possibilidades de sua expansão enraizadas nas categorias definidas pelo IBGE e pela ONU, já que é bastante recente o interesse pelas razões que explicam o dinamismo econômico e populacional de certas regiões rurais.

Contrapondo esse fato continuam existindo regiões rurais que apresentam ainda êxodo rural contínuo, bem como, o declínio das atividades rurais tradicionais em decorrência de outras atividades exercidas no mesmo espaço, destacando-se entre outras o turismo rural, o artesanato local, desenvolvimento sustentável e o setor de serviços.

Antes de prognosticar é essencial o respaldo teórico da Extensão Rural, já avaliados e consolidados em diversas áreas do conhecimento científico, a qual tem utilizado constantemente em artigos, ensaios, livros, revistas, etc. conceitos e aplicações de temáticas tais como: inclusão social, inclusão digital, desenvolvimento local, nova economia, economia solidária, sustentabilidade, agroecologia, agricultura orgânica, e cidadania, entre outros. De acordo com Paulo Freire (1997) no seu livro Extensão ou Comunicação, afirma que: [...] “em seu campo associativo”, o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação” (FREIRE, 1997, p. 22).

A seriedade da definição da palavra extensão no seu texto está relacionada à ação de estender no verbo transitivo. Em que o mesmo revela um conteúdo humanista concreto no qual o comunicador, ator social local, deve se preocupar em ser um extensionista e seu pensamento teórico deve ser transmitido à população rural numa forma de extensão, ou seja, que todos compreendam o conteúdo e as técnicas daquilo que pretende passar. O comunicador deve em sua extensão de ação fazer com que o homem do campo melhore a sua vida e, assim, também o mundo em que vive.

4.PIB da Agricultura familiar : Brasil-Estados / Joaquim J. M.Guilhoto. Carlos R. Azzoni. Fernando Gaiger Silveira ... [et al.]. -- Brasília :MDA, 2007. 172 p.

A compreensão analítica da extensão - sinônimo de comunicação - e a aplicabilidade do seu conceito deve favorecer a qualquer estudioso da área construir uma percepção nítida das atuais políticas públicas, sobretudo, nas áreas urbanas- rurais e rurais – urbanas constituindo o paradigma do novo rural, no qual o acesso às novas tecnologias da comunicação e da informação já vem sendo estudado, discutido e analisado quantitativamente e qualitativamente por alguns estudiosos globais e locais, podendo destacar localmente os pesquisadores POSMEX –Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco –UFRPE.

Dentro dessas perspectivas conceituais, procedimentais e atitudinais, o presente estudo tem o desígnio de contribuir com o POSMEX que o torna objeto de fundamental importância não apenas para informar a comunidade científica, mas para contribuir com a sociedade civil na compreensão de como as implicações de um programa governamental de inclusão digital em uma comunidade agrícola pode oportunizar o desenvolvimento local.

É importante revelar que esse estudo busca, também, compreender como as novas e velhas tecnologias, especificamente a comunicação via Internet, podem viabilizar o empoderamento dos seus usuários partindo do pressuposto que o uso adequado da rede mundial de computadores – WEB pode estar configurando um novo modelo de aquisição e disseminação de informações nas áreas rurais, através de seus atores sociais na produção e divulgação de conhecimentos. No tocante às novas tecnologias, estudiosos do POSMEX já revelaram sua importância em algumas afirmações, a exemplo de Salett Tauk (2006):

“A noção de que as novas tecnologias da informação-TI estão transformando o conhecimento em um dos principais fatores de superação das desigualdades sociais e geração de renda, tem levado instituições que atuam na área social a investir em projetos de inclusão digital na perspectiva da inclusão social.”
(TAUK, 2006, p 8)

De acordo com a autora é possível estabelecer relações com temas de exclusão social, papel do estado, dimensão do trabalho, globalização e acesso às tecnologias no Brasil. Percebendo a importância dessa temática já existente como núcleo de pesquisa, o início, meio e fim do presente estudo estabelecerá uma percepção dessa já conhecida

estrada rumo ao futuro paradoxalmente desconhecido, em que o modelo de desenvolvimento econômico, cultural e social se utiliza de forma discursiva e aplicada da inclusão digital como estratégia para a inclusão social na erradicação da pobreza.

Refletindo acerca da dinâmica tecnológica e informacional é importante ressaltar que a dissertação: *Identidades e Representações nas Culturas Populares* apresentada por Patrícia Munick Fragoso (2007) afirma:

“[...] no cenário local, o movimento de inclusão digital brasileiro ainda é muito recente e possui dados incipientes, pois carece tanto de pesquisas mais aprofundadas sobre os projetos em andamento quanto de estudos científicos envolvendo a problemática em seus mais diversos aspectos.” (FRAGOSO, 2007, p. 31)

Analisando a diversidade problemática da inclusão social via inclusão digital no cenário rural e de que forma as parcerias públicas e privadas existentes, em uma área rural, podem oportunizar a construção de outros indicadores de desenvolvimento humano, constrói-se o objeto desse estudo.

Na tentativa de identificar como um novo elemento de inclusão digital, o telecentro rural pode contrapor dados insipientes do uso da Internet em seus diversos aspectos, entre eles: comunicação, informação, política pública, participação social, desenvolvimento local e cidadania. É importante enfatizar que esse objeto de estudo deseja investigar, ao mesmo tempo, quais as aquisições conquistadas pelos usuários do telecentro e outros indicadores de desenvolvimento humano, já que o GESAC favorece ao usuário a comunicação mediada por computador com acesso gratuito à rede mundial através de antenas ligadas a satélites em tempo real, o que favorece uma conexão em alta velocidade.

Buscando compreender tais indicadores é oportuno apresentar que para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice de desenvolvimento humano (IDH) é estabelecido quantitativamente através de alguns critérios, entre eles: renda per capita, nível educacional e expectativa de vida, tais dados são mapeados anualmente desde 1990, de acordo com o banco de dados eletrônico - Atlas do Desenvolvimento Humano, com a finalidade de democratizar o acesso e potencializar a capacidade de análise das informações socioeconômicas essenciais dos 5.507 (cinco mil

quinientos e sete) municípios brasileiros. O município de Lagoa do Itaenga apresenta os seguintes dados:

Tabela 1
IDH do município de Lagoa de Itaenga

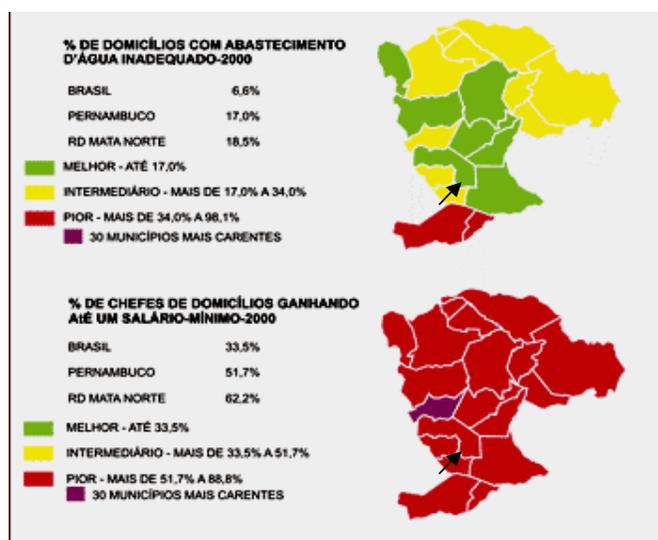
Município	IDH M (1991)	IDH M (2000)	IDHM -Renda (1991)	IDHM- Renda (2000)	IDHM- Longevidade (1991)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM- Educação (1991)	IDHM- Educação (2000)
Lagoa do Itaenga	0.507	0.638	0.455	0.51	0.577	0.713	0.489	0.69

Fonte O Atlas do Desenvolvimento Humano No Brasil, Ano 2000 . **Adaptado:** Pelo Autora

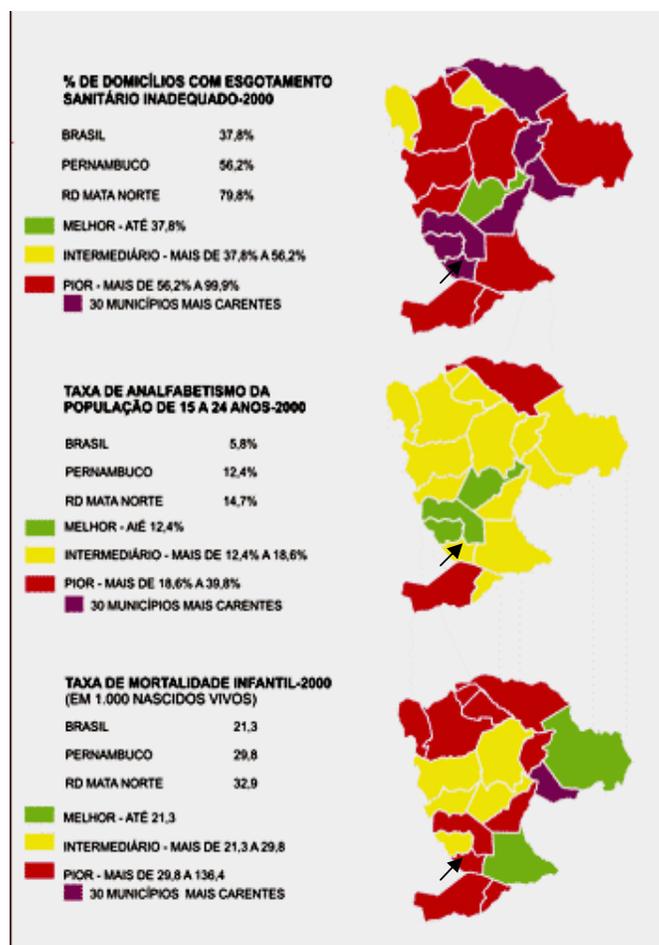
São esses indicadores que possibilitam aos governos em suas diversas esferas, às organizações não-governamentais, às instituições privadas desenvolverem ações de responsabilidade social junto aos atores sociais e à sociedade civil, etc. elaborarem, implementarem e executarem em parceria projetos e programas voltados para a melhoria do IDH e para a erradicação da pobreza. Os dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, no ano de 2000, apontam indicadores nas desigualdades internas, mas também traz comparações o que permite observa que dos 19 municípios que formam a mesorregião da Zona da Mata, Lagoa do Itaenga, apresenta baixos indicadores sociais, uma vez que seus dados encontram-se na categoria de intermediário e pior. Os dados apresentados pelo Atlas são:

Mapa 2

Indicadores Sociais



→ Localização de Lagoa do Itaenga no Mapa da Região de Desenvolvimento da Mata Norte. CONDEPE/FIDEM 2003



→ Localização de Lagoa do Itaenga no Mapa da Região de Desenvolvimento da Mata Norte. CONDEPE/FIDEM 2003

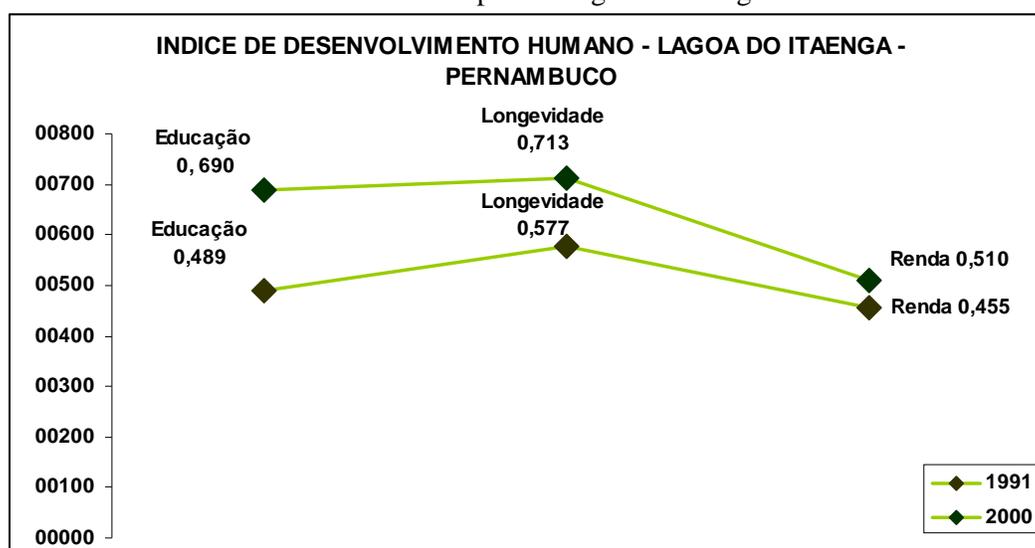
Nessa região o município que apresentou os melhores dados, foi Carpina, todavia é pertinente realizar uma reflexão acerca dos dados de Lagoa do Itaenga, uma vez que nos cinco indicadores acima apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, o município de Lagoa do Itaenga, se posicionou três vezes na categoria de pior, no que se refere à taxa de mortalidade, uma vez que a cada mil nascidos morrem mais de 29 e menos de 137 crianças, no acesso a rede de saneamento adequado os dados revelam que de 56,2% a 99,9% dos domicílios não possuem esgoto sanitário adequado, o que também está relacionado com a alta taxa de mortalidade do município, no valor da renda do chefe família, mais de 51,7% e menos de 88,8% recebem apenas um salário mínimo.

Nos indicadores referentes à taxa de alfabetização entre pessoas da faixa etária de 14 a 24 anos e no abastecimento d'água o município se enquadrou na categoria de intermediário, o qual apresenta um percentual de acesso ao serviço a mais de 14% da

população e menos de 35%, valor razoavelmente baixo, ao se refletir que todos os indicadores sociais apontados na pesquisa se constituem em serviços básicos instituídos através dos direitos dos cidadãos e comprometimento do Estado com as políticas sociais de desenvolvimento social e econômico. Os dados apresentados são do ano de 2003, a fim de comparar a evolução dos três indicadores básicos, observe o gráfico abaixo, uma vez que o mesmo apresenta a evolução dos três indicadores mais utilizados nas pesquisas sociais, o período de nove anos favorece uma comparação na melhoria de alguns indicadores.

Gráfico 3

IDH do município de Lagoa de Itaenga



Fonte O Atlas do Desenvolvimento Humano No Brasil, Ano 2000 . **Adaptado:** Pelo Autora

Acreditamos que seja também importante investigar quais outros indicadores não categorizados pela ONU que validam uma melhoria do bem-estar da população local, já que as evoluções das novas e velhas tecnologias da informação e da comunicação possibilitam a aquisição de informação e a produção de novos conhecimentos em um processo educativo formal e não-formal. Ao mesmo tempo em que diversas atividades econômicas - por razões não tangíveis e sim questionáveis - não participam do PIB, um exemplo básico e clássico a agricultura familiar, tão presente no norte e nordeste brasileiro, sobretudo, nas mesorregiões da zona da mata, agreste e sertão.

Abstendo temporariamente da agricultura familiar e dos indicadores citados, retornando ao foco desse objeto, inclusão digital e desenvolvimento local, é de grande

relevância destacar o que o sociólogo Silveira Amadeu (2001), descreveu em seu livro a Exclusão Digital: a miséria da informação, que: “O importante é perceber que a apropriação e o uso dessas tecnologias, bem como o controle dos fluxos de informação, são as novas questões políticas e sociais.” (AMADEU, 2001, p.10).

Analisando os fluxos de informação é possível compreender que a apropriação das novas tecnologias, especificamente no uso das informações disponibilizadas na Internet, constitui-se contemporaneamente um novo modelo de produção mundial, já categorizado como uma nova economia, como descreve Manuel Castells em seu livro A Galáxia da Internet. De acordo com Manuel Castells (2003): “O que está surgindo não é uma economia ponto.com, mas uma economia interconectada com um sistema nervoso eletrônico” (CASTELLS, 2003, p.57.), compreendendo assim que está conectado com o sistema de rede já descrito como eixo central da sociedade da comunicação e da informação, institui-se não apenas como uma nova matriz comunicacional, mas como um novo modelo econômico, cujo o uso adequado dos usuários pode estabelecer desenvolvimento.

Assim, é possível instituir uma nova matriz econômica que viabiliza os processos de produção, as técnicas e as distribuições de produtos, constituindo um novo processo de trabalho e aprendizagem tanto no âmbito econômico quanto nas esferas cultural, educacional, científica e social, é possível afirmar que o mesmo autor descrever:

“Essa transformação sociotécnica permeia o sistema econômico na sua totalidade, e afeta todos os processos de criação, de troca e de distribuição de valor. Assim, capital e trabalho, os componentes - chave de todo o processo de negócios são modificados em suas características, bem como no modo como operam. Sem dúvida as leis da economia de mercado continuam a vigorar nessa economia interconectada, mas o fazem de uma maneira específica cuja compreensão é crucial para se viver, sobreviver e prosperar nesse admirável mundo novo econômico.”(CASTELLS, 2003, p.59)

Essa nova economia descrita foi estimulada a partir da década de 90, através de um maior acesso aos meios eletrônicos digitais, sobretudo, ao computador interligado à rede mundial de computadores, a WEB, a qual favorece uma busca e um intercâmbio acelerado de informações instantaneamente, uma vez que diversas empresas e atores estão conectados em um só canal compartilhando e distribuindo informações de mercado.

Entretanto, o elemento principal descrito - a rede - também é analisado com outro olhar por diversos estudiosos e pesquisadores, que categorizam a Internet como a Inteligência Coletiva, um princípio em que as inteligências individuais são somadas e compartilhadas por toda a sociedade, potencializadas com o advento de novas tecnologias de comunicação, como a Internet, partindo desse pressuposto Pierre Lévy (1999) afirmou: “Ela possibilita a partilha da memória, da percepção, da imaginação. Isso resulta na aprendizagem coletiva, troca de conhecimentos [...] Somos nós que fazemos viver. Fazemos viver num mundo das idéias.” (LEVY, 1999, p.71)

Analisando esse conceito de inteligência coletiva é possível compreendê-la, através da relação dos saberes com a práxis social e cultural, o que consiste em uma relação individual-comunitária seja virtualmente ou realmente na visibilidade e invisibilidade existente no ciberespaço, o qual se constitui por meio técnico-científico informacional, cuja condição para existência é a formação das redes técnicas de computadores que constituem o real, aos quais por meio de seus fluxos determinam o ciberespaço, que constitui o contemplativo.

Essa distinção entre real e contemplativo é apenas um pré-requisito para a articulação dos saberes com vários saberes comunitários. De acordo com o célebre geógrafo Milton Santos (2002) o ciberespaço caracteriza-se como:

“[...] uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais [...]. As relações sociais no ciberespaço, apesar de virtuais, tendem a repercutir ou concretizar-se no mundo real. Marca, portanto, um novo tipo de sociedade.” (SANTOS, 2002, p.80).

Ciberespaço, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, inteligência coletiva, para analisamos e compreendemos cada uma dessas palavras na sua ambigüidade é complexo não descrevê-las, partindo da hipótese de que as tecnologias da comunicação interligam o mundo real e ao mundo coletivamente imaginário tanto nas relações interculturais como nas econômicas. Através da sua velocidade de conexão que configura uma nova sociedade contemporânea, nos quais os sistemas de telecomunicações fazem parte integralmente do cotidiano burguês e parcialmente do cotidiano popular, já que o acesso aos meios de comunicação e da informação não estão disponíveis a todos de forma eqüitativa, bem como, nem todos os que têm se conectam com o interesse de gerar benefícios coletivos.

Parafrazeando o título do livro de Milton Santos “A Natureza do Espaço”, nem toda a natureza que constitui os meios, as técnicas, os objetos concretizam de forma real e equivalente a equidade da natureza do espaço nos diferentes grupos humanos, ou seja, de que a característica mais forte da comunicação virtual não garante que a mesma seja utilizada para beneficiar de forma igualitária as populações, levando em consideração as suas diferenças econômicas e territoriais.

1.5 PERTINÊNCIA DO ESTUDO

Contrapondo numericamente e espacialmente a colocação do município de Lagoa do Itaenga no mapa da exclusão digital, é interessante informar que hoje o programa GESAC permite a essa localidade, especificamente a área rural, onde atua a ASSIM, inserir-se em um novo canal de inclusão digital não registrado pelo Mapa da Exclusão Digital da FGV, obviamente por não existir naquela época, pois o telecentro rural foi inaugurado no dia 06 de agosto de 2007, sendo o lócus central dessa pesquisa. Entretanto é importante analisar o que Ricardo Abramoway (2003) descreve sobre a complexidade da expressão do espaço rural:

“[...] se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia no máximo a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza .Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também as cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural”. (ABRAMOVAY,2003, p. 21)

Partindo da noção de desenvolvimento na vertente da globalização, é importante ressaltar que a nova matriz comunicacional estabelece várias relações com o poder público, já que as novas políticas sociais favorecem novas possibilidades comunicacionais aos atores e gestores públicos, buscando por conta própria suas parcerias, o que converge aos poderes locais menos poder central e mais poder local, reconstituindo ambigüidades parciais nas áreas rurais do país, através das formulações de projetos e programas sociais que têm como foco viabilizar a autonomia de determinadas localidades.

PARÁBOLAS VIRTUAIS

"o virtual não se opõe ao real, mas sim ao actual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objecto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a actualização." (LÉVY, 1996, p.16)

O acesso às tecnologias de informação e da comunicação (TIC) favorece o acesso a diversos canais e formas de comunicação e informação, uma vez que a tecnologia legitima fazer novos usos para novas ou velhas formas de produzir ou se comunicar isto aplica-se de forma específica ao paradigma do desenvolvimento local centrado na novas formas de organização social e produtiva, fortalecendo as relações locais e as raízes culturais, as quais também podem ser nutridas por elementos tecnológicos de atualização no desenvolvimento das comunidades rurais, todavia antes de estender a bandeira na varanda ou na porta da casa, é importante refletir acerca do Extensão Rural e sua relação com a tecnologia. De acordo com:

“ A trama econômico-cultural engendrada pela globalização e pelo avanço tecnológico tem levado as Ciências Sociais a reconhecerem que (...) os instrumentos teóricos de que se dispõe são insuficientes para explicar as novidades que estão acontecendo na sociedade contemporânea. A Comunicação Rural é um bom exemplo desse dilema.” (TAUK, 2000, p.291)

Em presença dos novos caminhos percorridos pela Extensão Rural na América Latina e, sobretudo, no Brasil, essa pesquisa será estruturada em concepções teóricas já apresentadas à comunidade científica, entretanto, a inserção dessas percepções permitirá a existência de uma aliança contínua e cíclica em comunicação, tecnologias, extensão rural e desenvolvimento local, apresentadas pelos inovadores extensionistas, que investigam arduamente os impactos das novas tecnologias da comunicação e da informação nas novas ruralidades, já que o meio rural hoje se configura com um novo conceito.

A fim de compreender a relação entre a Extensão Rural e Internet no enfoque de uma possível comunicação horizontal, direcionada com o desenvolvimento humano e agrícola. Reconhece-se nesse objeto a importância de descrever acerca das relações que estão interligam as comunidades rurais e as políticas públicas nessa nova ordem global.

2. RURALIDADE, GLOBALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Na tentativa de compreender ruralidade, assim como, as transformações ocorridas no espaço rural, é importante analisar o que conceitua o novo rural, já que no Brasil contemporâneo diversas políticas públicas, bem como movimentos sociais e organizações sociais, concebem o meio rural de forma antagônica entre urbano-rural e rural-urbano, constituindo uma nova nomenclatura para esse espaço. De acordo Maria de Nazareth (2000) o rural:

“[...]ao contrário, baseando-se em fontes distintas, formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”. (NAZARETH, 2000, p.90) ⁵

Daí porque a nova ruralidade, extensão rural e desenvolvimento local caminham paralelamente e contemporaneamente são concebidos e analisados como Comunicação Rural, já apresentada no livro: O que é comunicação rural? De Juan Diaz Bordenave (1998) onde o autor afirma que:

“Comunicação rural é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura ou interessados no melhoramento da vida rural” (BORDENAVE, 1998, p.7)

Nos meados da década de 70 até o final da década de 90, a comunicação rural era um sistema de informação agrícola, sua funcionalidade apresentava-se em um contexto político e econômico cujo viés difusionista descaracterizava sua verdadeira função social. Tais características desse modelo de comunicação rural enquadravam-se no que o autor nomeou de in-comunicação.

Essa in-comunicação tornou-se evidente através das práticas extensionistas no período acima citado, pois o modelo de comunicação não levava em consideração o dialogismo entre seus interlocutores, tampouco a retroalimentação da informação tanto do emissor como do receptor. O modelo apresentava-se de forma linear em que a informação tinha um ponto de partida e um ponto de chegada, entretanto, a mensagem na verdade era apenas uma informação compreendida apenas pelo seu emissor.

5.Revista.Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

A ausência da compreensão da mensagem pelo receptor era banalizada pelo emissor, que tinha como objetivo na mensagem persuadir e direcionar ações de consumo pelo campesinato. Vários técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc. profissionais da área de ciências agrárias, percebia a comunicação como um instrumento de articulação e manipulação de interesses institucionais.

É possível perceber que o conceito de comunicação rural deixa transparente não apenas o meio geográfico, a unidade espacial categorizada pelo IBGE como rural e suas atividades produtivas, mas outros elementos que estão distribuídos nesse espaço de desenvolvimento cultural, econômico e social, como os atores sociais e os profissionais com seu modelo de comunicação e informação, objeto de extrema importância para a compreensão e intervenção no desenvolvimento humano de diversas áreas que compõem o velho e o novo espaço rural.

Descrever acerca de espaço rural, comunicação rural ou extensão rural é essencialmente necessário no processo de desenvolvimento socioeconômico, sobretudo nas aquisições informacionais capazes de transformar as mensagens em conhecimento, estabelecendo dessa forma a controvérsia entre a população urbana e a população rural, já que segundo Juan Bordenave (1998) afirma:

“O processo de comunicação humana é universal, seus princípios são aplicáveis a qualquer grupo humano e seus meios e mensagens penetram e alcançam todas as pessoas independentemente delas morarem no setor rural ou no setor urbano (...) porque a população rural concentra sua vida e seu comportamento ao redor de uma atividade toda especial, muito complexa e marcante que é a agricultura” (BORDENAVE, 1998, p. 10)

Refletindo acerca da unanimidade da importância da comunicação na transformação nos contextos populacionais, podemos lembrar do clássico “Extensão ou Comunicação”, de Paulo Freire publicado em (1997), no qual o estudioso descreve de forma envolvente e intrigante a história da comunicação rural, na América Latina, para dar ênfase à importância da Extensão Rural esse estudo dará início ao esboço teórico em concordância com a reflexão de Irenilda Lima (2006) “Uma crítica radical à tradição difusionista seguida pelos estudos de comunicação norte-americanos que, na época, tinham grande penetração na América Latina, sobre a rubrica geral de comunicação e desenvolvimento” (LIMA, 2006, p. 163)⁶.

6 LIMA, irenilda..Comunicación tecnología y desarrollo. Discusiones del siglo nuevo. Volume 3. Rio Cuarto. Argentina, 2006, p.163

Nessa pequena passagem, a autora já estimula o resgate da compreensão desenvolvida dos debates realizados a respeito da concepção extensionista desenvolvida nas décadas de 60, 70 e 80, nas instituições de educação superior e do ensino médio, voltadas para área rural no Brasil, onde a comunicação rural era sinônima de transferência, transmissão, invasão, persuasão, comunicação vertical e não comunicação.

Segundo o mestre Freire (1997), o processo comunicativo é estabelecido como uma ação dialógica, em que os atores sociais estabelecem uma co-participação de sujeitos no ato de conhecer e informar, construindo conhecimento através da troca dos envolvidos na comunicação horizontal, prevalecendo o respeito às diferenças de classes sociais e culturais.

É importante salientar que após essa imersão na prematura memória cronológica extensionista, esse estudo utilizará na sua estrutura conceitos relativos à globalização, inclusão social, inclusão digital, desenvolvimento local, inteligência coletiva, Internet, capital social e políticas públicas, a fim de compreender como os programas governamentais em parceria com diversos atores sociais inseridos no novo espaço rural fomentam perspectivas de desenvolvimento local. Para Augusto Franco é isso que já está ocorrendo numa época de globalização: a crescente localização. Ao contrário do que muitos imaginavam, a possibilidade de conexão global-local está evidenciando o papel do local.⁷

A fim de compreender a relação acima descrita entre os autores, os capítulos estarão direcionados a favorecer uma compreensão parcial do processo de inclusão digital de um fragmento populacional em área rural, ao mesmo tempo em que oportuniza mais uma leitura das novas tecnologias da comunicação e da informação, que paralelamente são utilizadas como instrumentos estratégicos em um novo modelo de gerir as políticas públicas, no intuito de diminuir a pobreza informacional e as novas formas de exclusão social, inseridas nos estudos de comunicação rural e desenvolvimento local. De acordo com Ângelo Brás Callou (1999):

“[...] emaranhado de questões nunca antes vivenciado pela Comunicação Rural, algumas proposições de pesquisa vêm sendo apresentadas, tais como:

⁷www.augustodefranco.org/carta_capital_social_08/10/20007_15:138.

: o mapeamento dos diferentes processos de comunicação desenvolvidos no meio rural a partir das intervenções governamentais e não governamentais nas atividades agrícolas e não-agrícolas, buscando analisar as orientações teóricas que dão suporte a essas práticas, como, por exemplo, as intervenções para o desenvolvimento do turismo, do artesanato, da educação agrícola ou da educação para o trabalho.“ (Callou, 1999, p.3)⁸

Diante dessa perspectiva conceitual apresentada pelo autor é primordial estabelecer como ponto de partida a necessidade de compreender a globalização na comunicação, através das relações estabelecidas como a nova ordem econômica mundial e social, discutida por diversos autores, como nova roupagem e como nova faceta. Com o objetivo de compreender esse fenômeno será utilizada algumas argumentações e questionamentos acerca das ações do Estado neoliberal na estrutura social, bem como, sobre os impactos dos novos meios de comunicação especificamente, a Internet na sociedade.

É importante ressaltar que o conceito de globalização independente da sua vertente ideológica e da sua cronologia histórica sempre esteve presente na vida de todos os cidadãos, pois as interferências nas tradições culturais, nos modelos econômicos e nas transformações e inovações tecnológicas, independente do espaço geográfico e da organização social, oportunizaram uma série de debate - sobre os impactos da globalização na sociedade mundial.

Diante de tantos questionamentos o artigo publicado na revista Lua Nova pelo sociólogo, professor e pesquisador português Boaventura Santos (1997), permite uma compreensão da concepção hegemônica do capital na globalização, já que seus sintomas são generalizados por determinados localismos. Estabelecendo como ponto de partida a concepção de globalização, já que o mesmo afirma:

“Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existe, em vez disso, globalizações em rigor, este termo só deveria ser usado no plural. [...] Proponho, pois, a seguinte definição: a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua

8 Sobre isso vide CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e novo espaço agrário. São Paulo : Intercom, 1999. 205 p. (Coleção GT's Intercom; n. 8), p. 181-205.

influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival.” (SANTOS, 1997,p. 105).⁹

Daí porque, a globalização só pode ser compreendida dentro de três contextos definidos pelo próprio autor:

- 1) O *localismo globalizado*, que se constitui na possibilidade histórica de países centrais imporem fenômenos locais como globais aos países periféricos. Por exemplo, a disseminação da língua inglesa como língua global.
- 2) O *globalismo localizado*, como sendo o impacto social que uma determinada região sofre em consequência do localismo globalizado. Por exemplo, a influência da língua inglesa no cotidiano do brasileiro.
- 3) O *cosmopolitismo*, que consiste nas ações das classes trabalhadoras e de setores organizados na perspectiva dessas classes, que procuram se utilizar dos mecanismos de interação transnacional criados pelo sistema mundial. Por exemplo, as redes mundiais de comunicação popular, os movimentos feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros.

De acordo com Boaventura Santos (1997): o “localismo globalizado e o globalismo localizado são globalizações de cima -para-baixo”¹⁰ percebe-se que tal contexto apresentado revela que novas formas de administrar politicamente e estabelecer relações sociais, fortalecendo ao Estado, regulamentam as ações econômicas, culturais e sociais pelo predomínio de coligações nacionais e internacionais sobre outras, o que nos permite questionar sobre as novas e velhas formas expansionistas imperiais, apresentadas em pleno século XXI, como um modelo mascarado de imperialismo e colonialismo norte-americano, parcialmente europeu, japonês e chinês.

Esse novo globalismo tem em sua atual estrutura fatos interligados ao acúmulo de capitais e territórios, adquiridos desde o período das grandes navegações e seus processos expansionistas pelos mais importantes Estados Econômicos do Hemisfério Norte, o que facilita a compreensão que a consolidação do novo espaço mundial economicamente globalizado e categorizado pela Terceira Revolução Industrial, a qual está emblematicamente conceituada como – A revolução técnica -científica-informacional.

9 Revista Lua Nova .” Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos”. São Paulo: CEDEC, nº 39, PP. 105-124, 1997.

10 Ibid., 107

Nesse atual cenário, nota-se que o novo espaço mundial é caracterizado pelas concentrações nas áreas do capital, da tecnologia, da revolução das telecomunicações, da expansão das multinacionais, da dispersão espacial das unidades industriais, das descobertas na biomedicina, da divisão internacional do trabalho, do crescimento frenético da economia informal, da expansão territorial da periferias, do surgimento de novos blocos econômicos, do avanço no setor de transportes, na consolidação de novos Estatutos das crianças e adolescentes e/ou idosos, no aceleração dos derretimentos das camadas polares, no aumento contínuo da temperatura global, no avanço das queimadas e dos desmatamentos, nos fortalecimentos de pequenos grupos étnicos, na hibridação cultural, no aumento das desigualdades sociais e da complexa compreensão do espaço rural.

Diante de todos esses fatores, qual seria a atuação do novo Estado, já que todos os Estados - membros em suas constituições declaram quais os seus deveres, seria o novo Estado Soberano, Absoluto, Paternalista ou um novo Estado fragmentado em suas funções e deveres sociais? Esse novo processo da globalização e da atuação do Estado evidenciado por Boaventura Santos (2005):

“Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e as transferências financeiras, a disseminação, a uma escala mundial de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou as deslocamentos em massa de pessoas, quer como turista quer como trabalhadores migrantes ou refugiados” (SANTOS, 2005, p. 25)

Essas facetas políticas que direcionam a nova ordem global e seus meios de comunicação são instrumentalizadas por organismos existentes desde o pós II Guerra Mundial, os quais surgiram através das normatizações, legislações e acordos de ordem política, econômica, social e cultural, por meio de organizações mundiais legais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus núcleos de atuação.

A necessidade de compreender e estabelecer relações com a nova ordem econômica mundial, bem como, os seus efeitos algo já apresentado e discutido por autores - distintos, é importante refletir sobre o atual papel do estado no modelo político neoliberal, enfatizando como eixo principal a análise do acordo estabelecido entre diversos Estados, o qual se tornou conhecido como consenso hegemônico, uma vez que:

“[...] esse consenso é conhecido por Consenso de Washington por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia.” (SANTOS, 2005, p. 27).

É compreensível que esse acordo hegemônico estabelecido entre as grandes economias mundiais, deixa evidente que a economia capitalista e monopolista criaram a sua mundialização, através de vários setores da economia e da intervenção do Estado, assim a internacionalização e concentração do capital integraram os elementos que se encontravam desconectados. Assim, as relações econômicas que permeiam as ações das políticas nacionais permitiram a fusão de empresas, favorecendo-as numa organização para o controle da economia em escala mundial com a revolução técnico -científica-informacional.

Dessas questões surgem alianças estratégicas em diversos setores, podendo-se destacar: a parceria no setor das telecomunicações e das pesquisas na área tecnológica, promovendo uma efervescência no campo das tecnologias da comunicação e da informação. Ao compreender a efervescência no campo das tecnologias da comunicação e da informação, é importante antes descrever a evolução dos instrumentos de comunicação e seu aceleração constante das velhas e novas tecnologias. Pode-se começar analisando um clássico da sétima arte, intitulado de “2001 – Space Odyssey”.

O filme produzido em 1968, pelo consagrado e polêmico cineasta Stanley Kubrick e analisado por diversos estudiosos em decorrência dos efeitos apaixonantes na integração dos seus elementos sedutores, imagens, palavras e sons. A Análise cinematográfica realizada por um deles, Arlindo Machado (2001):

“[...] é um filme quase inteiramente conceitual, mas seu momento privilegiado reside no corte extraordinariamente preciso que nos faz saltar de um osso jogado ao ar por um macaco pré-histórico para uma sofisticada espaçonave do futuro, sintetizando de forma visivelmente crítica algumas dezenas de milênios de evolução tecnológica do homem.” (MACHADO, 2001,p.31)

Continuando a leitura pré-concebida por Machado, o filme tem sua abertura na galáxia, onde uma seqüência de planetas e meteoritos deslocando-se no espaço sideral, obedecendo apenas à lei da gravidade, permite que um monólito sem nenhuma explicação seja colocado sobre a Terra. Esse monólito colocado na região da África

Oriental habitada pelo nosso ancestral *Australopithecus Afarensis* causou aos olhos dos habitantes uma manifestação contemplativa e frenética; os macacos pré-históricos através de seus sons, grunhidos indecifráveis e decifráveis entre seus membros, manifestavam sua comunicação. Através de suas características intrínsecas esse homem pré-histórico apresentou elementos comuns aos homens sapiens, entre eles a coragem e a curiosidade.

Fazendo uso das características citadas do nosso ancestral é possível ao receptor dessas informações visuais e sonoras perceberem as mais fantásticas descobertas tecnológicas dos *Australopithecus*. A primeira ferramenta apresentada é constituída por um fêmur o qual se torna prolongamento de suas mãos, tal fato foi apenas o início da evolução do homem e do progresso das suas descobertas.

O fêmur ao lado da pedra foram os primeiros instrumentos tecnológicos exibidos nessa película cinematográfica, as demais ferramentas apresentadas nas imagens seqüenciais exibiam também a evolução da comunicação e dos seus processos, até o aparecimento do homem sapiens e seus imponentes instrumentos de comunicação e domínio. As imagens exibidas nesse momento revelaram que esse homem constituía-se um ser civilizado, racional e científico.

Seus instrumentos de caça não eram mais as pedras polidas, mas sim os esqueletos de outros animais adaptados. Em uma seqüência cronológica é possível perceber a evolução dos instrumentos que são apresentados através das flechas, das espingardas movidas à pólvora, do cata-vento, da lâmpada, dos discos, do urânio, do foguete, da nave espacial, do satélite, da bomba atômica, do telefone e do primeiro computador da história do cinema o Hall 9000.

A descrição realizada nos permite, através da linguagem cinematográfica e hoje também virtual, compreender ainda que de maneira primária e sutil uma remota noção da preexistência da sociedade do conhecimento, que independente do tempo e do espaço integram modelos de desenvolvimento econômico e social dependente de inovações tecnológicas, cujo surgimento está acoplado a uma eficiência e eficácia no uso da comunicação e da informação.

Outra característica que salienta as relações entre globalização e comunicação, bem como a necessidade de compreender – lá em uma outra vertente é descrita pelos autores Clóvis Brigagão e Gilberto M.A.Rodrigues (2004, apud Sargan, Carl,1997), no seu último livro, que afirma:

“[...] nós criamos uma civilização global em que os elementos cruciais – o transporte, as comunicações e todas as outras indústrias, a agricultura, a medicina, a educação, o entretenimento, a proteção ao meio ambiente e até a importante instituição democrática do voto – dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia[...] podemos escapar ilesos por algum tempo, porém mais cedo ou mais tarde essa mistura inflamável de ignorância vai explodir na nossa cara.”¹¹

Partindo de uma noção preliminar a respeito das características parciais da globalização é cabível identificar que suas transformações encontram-se presentes em diversas origens, em que matrizes cultural, econômica, educacional, informacional, política, social e tecnológica encontram-se em mutações permanentes, evidenciando todas as transformações ocorridas na sociedade da informação, na sociedade do conhecimento, nas políticas públicas e na democracia com a ampliação dos direitos humanos.

2.1 Os impactos da globalização na Sociedade do Conhecimento

Contemporaneamente a história das tecnologias da comunicação e da informação integra-se à história do conhecimento, que transformou as relações socioeconômicas, culturais e ambientais em todas as sociedades, independente da sua localização espacial e da sua hierarquia urbana. Em dezembro de 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou o seminário global o qual culminou após dois anos a publicação do livro intitulado “Sociedade do Conhecimento versus Economia do Conhecimento: Conhecimento, Poder e Política”¹², no qual diversos estudiosos estiveram presentes, entre eles Paul Tiyambe (2005) descreve:

“Os debates epistemológicos costumam girar em torno de significados, formas, reivindicações de conhecimento e no decorrer dos debates, várias duplas alternativas disputam a supremacia (conhecimento científico ou comum, conhecimento acadêmico ou social, explícito ou codificado e

11 Sargan, Carl . O mundo assombrado pelos demônios. São Paulo, Companhia das Letras,1997

12 Sociedade do Conhecimento: Economia do Conhecimento – Conhecimento, Poder e Política. São Paulo, 2005.pp.19-46

implícito ou tácito, conhecimento reflexivo ou experimental, conhecimento teórico ou prático e conhecimento construtivista ou objetivista)". (TIYAMBE, 2005, p.23)

É importante salientar que a descrição epistemológica é parcial, já que todo conhecimento científico em virtude da sua multiplicidade e complexidade constitui-se num terreno frágil aos olhos dos homens cultos e dos homens comuns. No entanto quando se fala em diversidade de conhecimento, é possível discutir também a respeito das certezas, das incertezas, já que essa afirmação é estabelecida por Edgar Morin (2006):

“A maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento [...] Aqui, convém fazer a convergência de diversos ensinamentos, mobilizar diversas ciências e disciplinas para ensinar a enfrentar a incerteza”. (MORIN,2006, p.55-56)

Em contrapartida seriam essas incertezas os entraves sociais, educacionais, econômicos e culturais das sociedades emergentes, já que as mesmas informacionalmente e financeiramente consolidam e instituem classes? Estariam os países emergentes ou em desenvolvimento na contramão da política do conhecimento e na instituição da sociedade do conhecimento fragmentado pelo tão manifesto micropoder das relações informacionais e tecnológicas? Independente de tais questionamentos Paul Tiyambe (2005) afirma que:

“[...] os escritos sociológicos e econômicos tendem a centrar-se em torno das relações mutantes entre ciência e tecnologia, conhecimento e indústria, conhecimento e informação, ao mesmo tempo em que enfatiza a crescente participação do conhecimento na atividade econômica, o surgimento do conhecimento como quarto fator de produção, o crescimento das companhias alicerçadas no conhecimento, a ascensão das sociedades pós-industriais dominadas por uma nova classe de trabalhadores e profissionais do conhecimento”. (TIYAMBE, 2005,p.23)

Percebe-se que o surgimento desse quarto fator aboliu a sociedade industrial, constituindo hoje o principal elemento responsável pelo crescimento e a dispersão das multinacionais, pelo desenvolvimento dos grupos sociais no seu processo de organização e gestão da informação na produção do conhecimento. Contemporaneamente vivenciamos a era da revolução científica, tecnológica e informacional, cujo capital social e capital tecnológico constituem como pré-requisitos

para a existência de uma comunidade democrática, a qual foi observada por Robert Putnam no seu livro *Comunidade e Democracia – A Experiência da Itália Moderna*.

Opondo-se ao acima exposto não se pode falar em desenvolvimento tecnológico, científico e informacional sem referendar o capital humano já que está associado a sua formação cultural e educacional, bem como, ao uso de suas habilidades, competências e experiências.

O capital humano constitui um elemento singular, pois pertence ao próprio indivíduo, sua matriz está estruturada em vários tipos de conhecimento e seu motor é a educação independente do tipo formal, não formal e informal. Esse capital associado a outros capitais, tais como: financeiro e tecnológico, integrando ao novo modelo de comunicação, favorece independente da escala geográfica e do período histórico o surgimento da real sociedade da informação versus a sociedade do conhecimento (PUTNAM,2005).

Inevitavelmente a valorização do capital social na sociedade contemporânea considerada também, como a sociedade da informação e o seu desenvolvimento do capital humano está globalmente evidenciando a diminuição da ausência de informações básicas, sobretudo, nos grupos sociais que tiveram em seu modelo de organização espacial e de desenvolvimento socioeconômico uma colonização de exploração, culminando historicamente em uma sociedade de maioria excludente.

É notório que não apenas o Brasil como outros países latino-americanos, africanos e asiáticos ao receberem as intervenções históricas e mercantilistas dos seus colonizadores, apresentem hoje resultados estatísticos comprometedores de pobreza e injustiça social. Afinal, estamos vivenciando a revolução informacional através da Internet que se alastra através das contradições do acesso às informações entre os países ricos do Hemisfério Norte e os países pobres ou emergentes do Hemisfério Sul.

Essa interpretação encontra-se em consenso com alguns estudiosos que ao analisarem situações de desenvolvimento enfatizam todo o resultado da dinâmica histórica capitalista, expansionista e colonial nas categorizadas áreas periféricas, países

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, sobretudo, com a descrição da autora que relata Irenilda Lima (2006):

“[...] quadro estrutural capitalista vigente, percebe-se claramente que o processo de acumulação tende a aumentar a distância entre o centro em crescente processo de homogeneização, acumulação e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a se evidenciar nas péssimas condições de vida da população”.¹³ (LIMA, 2006,p.163)

Partindo do pressuposto histórico e das revoluções nas novas tecnologias, sobretudo, a Internet é possível destacar que os países centrais produtores de tecnologia da informação e das inovações tecnológicas têm favorecido nas últimas décadas a homogeneização econômica do conceituado capitalismo informacional, para isso basta ressaltar a tríade, Estados Unidos da América, Europa e Japão, já citado por Manuel Castells (1999) no seu consagrado livro *A Sociedade Em Rede*.

O autor descreve também que a nova economia é profundamente assimétrica, confirmando que essa assimetria está interligada na economia e na informação não como um arquétipo econômico de distribuição de riquezas, mas como um modelo que regulamenta mercados pelo viés do acúmulo de capital. O estudioso cita que a América Latina está se incorporando a esta nova economia, após passar pelos modelos de desenvolvimento agrário-exportador e da industrialização em substituição às importações.

As observações acima descritas pelos autores enfatizam que tanto o modelo de desenvolvimento econômico e social como a história da comunicação e suas tecnologias favorecem e desfavorecem as economias e os grupos sociais, já que a invenção de diversos equipamentos tais como: televisores, satélites, telefones e robôs constituíram uma centralização econômica, informacional e tecnológica nos países inventores, o que possibilita afirmar que os espaços geográficos que têm como sede as transnacionais concebem um desafio para a harmonização econômica e social das regiões periféricas.

Seria esse novo ou um velho modelo de globalização na comunicação, uma nova roupagem embriagada no desenvolvimento socioeconômico ou um novo paradigma comunicacional, informacional e tecnológico? Qual seria a primícia desse paradigma:

¹³ LIMA, irenila. *Comunicación tecnología y desarrollo. Discusiones del siglo nuevo. Volume 3. Rio Cuarto. Argentina, 2006, p.163*

o conhecimento ou a apropriação da informação? O conhecimento e a informação são sinônimos nessa sociedade contemporânea? A assimilação dessa via única pode constituir um instrumento a ser utilizado para a diminuição das disparidades sociais entre os indivíduos de uma localidade?

Tais questionamentos que não são mais prematuros a respeito desse novo ou velho paradigma possibilitam a qualquer investigador, sobretudo os que direcionam o seu objeto à área de comunicação, informação, Internet e desenvolvimento local, submergir em todos os tipos de canais de comunicação, sobretudo a Internet. Na tentativa de compreender esses paradoxos é importante ressaltar uma entrevista do geógrafo Milton Santos exibida no programa televisivo Roda Viva, da TV Cultura, ao ser questionado sobre o paradoxo na era da informação, o entrevistador descreveu e indagou, “A sociedade parece cada vez mais opaca, menos decifrável. Temos mais estatísticas, mas entendemos menos a sociedade. A que atribui esse fenômeno professor Santos ?

“[...]A violência da informação também se deve ao fato de que a grande indústria da comunicação é extremamente concentrada. É concentrada nas mesmas mãos que concentram a competitividade. Esta não tem qualquer finalidade. Até hoje não se descobriu porque as grandes empresas globais competem. Todos os dias nos defrontamos com uma interpretação já feita, mas que é simplista, ilusória e produz uma fábula. Isso gera esse efeito de opacidade. Ela é menor nos países onde a figura do cidadão pôde se cristalizar ao longo dos séculos e maior nos países onde a cidadania não se concretizou como na África e na América Latina [...]”¹⁴

Percebe-se que Milton Santos, considera não apenas o modelo de desenvolvimento, bem como, o seu processo histórico, centrado em uma indústria da comunicação, em que a informação é voltada para o consumo, já que sua base está na competitividade das grandes empresas globais, as quais em decorrência do seu uso já secularizaram e cicatrizaram um novo tipo de exclusão social, referentes ao simbolismo do uso da informação na construção de um novo mercado, especificamente nos países abaixo ou vizinhos à linha do Equador.

Abstendo-se nesse momento das questões relacionadas ao simbolismo da informação, da competitividade da indústria da comunicação, da injustiça social, do antagonismo do conceito cidadão, da pobreza e da miséria, enfatizaremos nesse instante

14. Entrevista com geógrafo Milton Santos, no Programa Roda Viva, exibido as 22:30 h no dia 31 de março de 2003. TV Cultura.

a revolução informacional e suas conseqüências na sociedade. De acordo com Sergio Silveira Amadeu (2001):

A revolução informacional se alastrou a partir dos anos 70 e 80, ganhando intensidade nos anos 90 com a propagação da Internet, ou seja, a comunicação por meio do computador [...] porque a informatização penetrou na sociedade tal como a energia elétrica [...] o computador, ícone da nova revolução ligado em rede está alterando as relações das pessoas com o espaço e o tempo, as redes informacionais permitem ampliar a capacidade de pensar de modo inimaginável. (AMADEU, 2001, p.15)

Nessa revolução é inegável que a Internet, bem como, o uso de suas informações parece ser a estrada da sociedade do conhecimento, talvez o corredor futuro por onde caminhará a sociedade da informação, que se utilizará dessa estrutura física computacional e da conexão mundial, nas quais os meios digitais de comunicação, independente da localização espacial do seu usuário, estão associados a uma transformação na sua formação cultural, econômica e educacional, bem como o uso de suas habilidades, competências e experiências.

Por outro lado, essa revolução torna-se ambígua já que ela aumenta o número de conectados e desconectados, estabelecendo uma ambivalência na democratização da comunicação e da informação e na formação de uma nova sociedade de excluídos digitais e informacionais.

O artigo "Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?" "Publicado por Carlos Afonso, membro da Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS) em 2000, descreveu acerca do acesso à internet no Brasil, Sergio Silveira Amadeu (2001, apud Afonso, 2000) revelou que:

"Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 60%) contam com infra-estrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% da população. O Brasil é de longe o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e serviços Internet (hosts) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam provedores de serviços à Internet estão os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas" (AMADEU, 2001, p. 19)

No entanto, é importante salientar que todas as transformações ocorridas na sociedade deparam-se com lados opostos aos princípios ideológicos e anseios sociais, todavia a democratização da comunicação está centrada em uma política

que independente do viés ideológico vem revelando-se essencial ao desenvolvimento econômico e social dos Estados- Nações.

2.2 Democratização da Comunicação

“A democracia na comunicação social, de acordo com a designação empregada nesse texto, significa a construção progressiva de participação, convívio com diferentes perspectivas de mundo, alteridade, compartilhamento de saberes e experiências, bem como incentivo da tolerância aos diversos pontos de vista e parcialidades existentes na sociedade. Significa ainda dar a cada um a possibilidade de ter voz, ser ativo e poder influenciar a opinião pública perante os meios de difusão de informações, especialmente nos canais administrados pelo poder público. (MEKSENAS, 2002, p.62)

Os princípios da democratização da comunicação estabelecem uma relação no processo de comunicação em que emissores e receptores podem ser beneficiados com as novas políticas públicas de telecomunicações, no tocante à sociedade, à apropriação do espaço público de comunicação, constitui-se em um elemento fundamental para a instituição do processo social democrático na vertente da comunicação pública, o que permite estabelecer que não apenas o indivíduo necessita do acesso aos canais, como também todos os membros que compõem a sociedade, entre eles podemos destacar: os empresários da comunicação social, os políticos, as instituições religiosas, as organizações não –governamentais, as instituições públicas na área de educação, saúde, trabalho, cultura, como também, as associações e cooperativas.

Na tentativa de favorecer o aumento da participação da sociedade junto aos meios de comunicação e das complexas transformações provocadas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTCI), o atual governo nacional, reeleito em um processo político democrático, tem implementando medidas políticas e jurídicas concernentes às telecomunicações, buscando proporcionar algumas facilidades de acesso aos meios de comunicação. De acordo com Paulo Meksenas (2000) o processo da democratização da comunicação ocorreu:

“O período de 1985 a 2000 é marcado por esse conflito. No campo popular a sua maior manifestação se deu com a afirmação do Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil. Ao contrário de muitos movimentos sociais, este não emerge da ação política popular, mas da dimensão institucional da sociedade civil. Sem conter um sentido único, uma organização centralizada e sujeitos definidos, o Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil aglutinou ONGs, sindicatos, partidos, universidades, organizações jurídicas e de imprensa em diferentes contextos.” (MEKSENAS: 2002 p.185).”

A participação da sociedade civil no que se refere à exigência e à aquisição dos seus direitos constitucionais viabilizou transformações no setor das telecomunicações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com uma administração centrada na aceleração do crescimento econômico e das diminuições dos abismos sociais relacionados às dificuldades históricas do acesso à comunicação pelas camadas populares, tem implementado ações que oportunizam o acesso aos meios de comunicação, tentando regularizar os direitos e deveres estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1998, podemos destacar os artigos 220 a 224 do Capítulo V e Título VIII – Da Ordem Social.¹⁵

A necessidade de validar alguns artigos, o atual governo estabeleceu metas para o implemento de políticas públicas e programas sociais nas diversas esferas públicas, destacando também a participação da população, representadas por instituições democráticas, no cumprimento das ações governamentais e civis, tais acordos estabelecidos entre as diversas esferas públicas possibilitaram que no inverno de 2003, especificamente no dia 10 de junho, o presidente da república no uso das suas atribuições que lhe conferem os artigos 76 e 84, incisos II e IV, da constituição, e tendo em vista o dispositivo nos arts. 1º e 2º da Lei nº. 9.472 de 16 de junho de 1997, determina a importância social da implementação dos:

Art.3º As políticas para as telecomunicações têm como finalidade primordial atender ao cidadão, observando, entre outros, os seguintes objetivos gerais:

I – a inclusão social;

IV – integrar as ações do setor de telecomunicação a outros setores indispensáveis à promoção do desenvolvimento econômico e social do país;

Art.4º As políticas relativas aos serviços de comunicação objetivam:

I – assegurar o acesso individualizado de todos os cidadãos a pelo menos um serviço de telecomunicação e a modicidade das tarifas;

¹⁵ Confira o capítulo V.art. 220 a 224 da Constituição Federal de 1988.p. 216-217

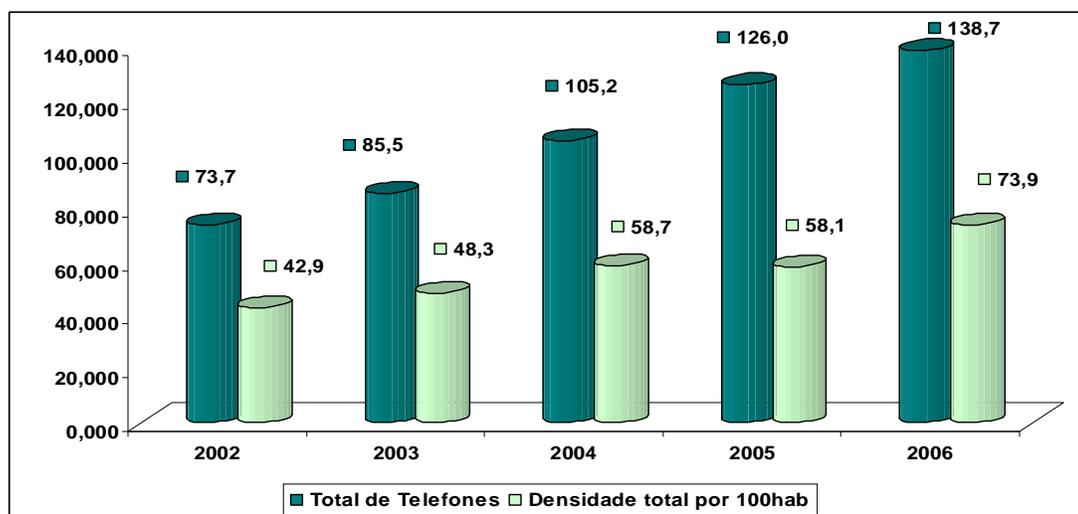
Tendo como referência o artigo 4º Inciso – I pode-se destacar que o governo Lula em parceria com outras instituições tem viabilizando através de algumas ações o acesso as camadas sociais desfavorecidas a tecnologia. Podemos evidenciar através da publicação no portal de notícias da inclusão digital a seguinte reportagem intitulada “Governo faz acordo para baratear o acesso á Internet” uma vez que:

“[...] um acordo firmado entre o Ministério das Comunicações, as operadoras de telefonia fixa Brasil TELECOM, Oi, Telefônica e CTBC, e Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) promete baratear o custo do acesso discado à internet no Brasil (...). A idéia deverá ser colocada em prática até julho deste ano, quando entrará em vigor a alteração na forma de cobrança da conta de telefone: de pulso para minutos. Poderá ter acesso ao benefício qualquer consumidor que optar pelo plano na forma de cobrança da conta de telefone: de pulso para minutos. Poderá ter acesso ao benefício qualquer consumidor que optar pelo plano básico de sua operadora que dá direito a 200 minutos. Partindo da solicitação do governo Federal, criou-se aos programas sociais de inclusão digital, atendo as necessidades de vários núcleos populacionais, entre eles as populações rurais.”¹⁶

Tais medidas governamentais na abertura do mercado das telecomunicações para as empresas privadas, com incentivos governamentais, têm ampliado o acesso às diversas camadas populacionais no processo de aquisição de linhas telefônicas, é possível observar o reflexo dessas ações através da expansão do setor da telefonia no Brasil, mapeados pelo IBGE e pela ANATEL no gráfico e na tabela abaixo.

Gráfico 4

Indicadores da Expansão do Setor de Telefonia no Brasil



Fonte: IBGE e ANATEL. Informações e Consultas Adaptado: Autora –Número de telefones por milhões

Tabela 2
Distribuição dos Serviços de Telefonia no Brasil

	2002	2003	2004	2005	2006
Acesso fixo instalado	49,2	49,8	50	50,5	51,2
Acesso a fixo em serviço	38,8	39,2	39,6	39,8	38,8
Telefones de uso público	1.368,20	1.327,30	1.316,60	1.264,10	1.138,80
Acesso móvel celular	33.188,20	*	*	*	*

Fonte: IBGE e ANATEL. Informações e Consultas **Adaptado:** Autora –Número de telefones por milhões

Refletindo acerca das ações governamentais estabelecidas, pode-se observar que a partir de junho de 2003 no gráfico 4, é possível evidenciar um aumento do acesso às linhas telefônicas entre os anos de 2002 a 2006, o qual obteve um crescimento significativo já que em termos percentuais esse valor representa um aumento de 109% , o que distribuídos por quatro anos representa um crescimento médio anual de 27,2% ao acesso de telefonia fixa, todavia é importante questionar quais as classes sociais e os setores produtivos que adquiriam mais linhas telefônicas fixas, já que a proposta do telefone social ocorreu quatro anos depois das medidas executadas em 2003.

No dia 16 de março de 2007 no site do (MC) às 16h04, a assessoria de imprensa do Ministro Hélio Costa disponibilizou as seguintes informações;

“[...] a criação do "Telefone Social" foi enviada pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa para a apreciação do presidente da República em 9 de fevereiro deste ano. E, no mês seguinte, seguiu para o Congresso Nacional. Para Hélio Costa, a adoção do Telefone Social possibilitará a inclusão de 22 milhões de famílias de baixa renda aos serviços telefônicos. “Atualmente, no Brasil, 27 milhões de famílias não têm acesso ao telefone fixo, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).O projeto de lei prevê a elegibilidade, que permitirá o atendimento de cidadãos com perfil específico. Estava sendo discutido o limite de três salários-mínimos para a adesão ao Telefone Social, mas o ministro pretende ampliar o universo de beneficiários da proposta. Nós fizemos inicialmente essa proposta de três salários mínimos. Mas, não “posso abolir a hipótese de quatro salários, afirmou o ministro. A assinatura do Telefone Social custará menos da metade da assinatura básica vigente hoje, ou seja, R\$ 13,90, sem impostos. Ainda inclui 120 minutos de franquia e descontos em determinados horários à noite e aos finais de semana, a chamada modulação horária, que permite a conexão à internet por várias horas pagando apenas um pulso.”¹⁷

Durante todos esses anos é notório perceber que as transformações ocorridas no sistema de telecomunicações têm constituído uma nova plataforma de desenvolvimento econômico e social, já que as propostas relacionadas à democratização da comunicação

17. www.mc.gov.br / acesso realizado no dia 26 de março de 2007 as 21:50

apresentam-se como elementos fundamentais para a construção do processo da democratização da comunicação no país. No entanto, é importante destacar que o acesso à democracia da comunicação aos brasileiros favorece o acesso à informação, à cultura e ao entretenimento, instituindo possibilidades de comunicar suas sugestões, críticas e opiniões às diversas esferas públicas.

Entretanto, a expansão do setor da telefonia não aferiu que esse acesso à comunicação tenha favorecido as camadas mais populares, sobretudo as camadas sociais localizadas em áreas distantes das regiões desenvolvidas, uma vez que sua renda per capita não oportuniza o acesso aos serviços de telefonia. Ressaltando que a maior parte das camadas populares obtêm informações por emissoras de rádio e de televisão; as rádios e os canais televisivos comunitários, todavia, a nova sociedade civil tem enfatizado por meio dos seus movimentos sociais uma aquisição maior dos seus direitos, através das suas organizações politicamente participativas, o que oportunizou ao Governo, na administração do Estado, a elaboração e implementação de Políticas Públicas de Inclusão Digital, ferramenta que nos discursos políticos tem como foco principal erradicar a miséria informacional e desenvolver a localidade.

2.3 Estado, Governo e Políticas Públicas de Inclusão Digital

É importante antes de mergulhar no eixo principal desse capítulo, ou seja, as Políticas Públicas de Inclusão Digital, pontuar o que entendo sobre a palavra Estado. Entendo que à noção da palavra Estado está associada à noção de Soberania. O Estado, dessa forma, constitui uma área espacialmente delimitada que se denomina território, e as diversas etnias que formam essa sociedade política constituem a nação. No âmbito do seu território o Estado exercerá sua soberania, ou seja, não se subordinará a nenhum outro Poder Político senão aquele que o seu povo organizar, é o que referenda a Carta Magna.

O Brasil através da Constituição¹⁸ de 1988 dispõe que o Estado Brasileiro constitui uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e

18.A constituição é a norma jurídica de maior hierarquia e ela organiza o desenho institucional do Estado.

do Distrito Federal dispondo, ainda, que o mesmo é um Estado democrático e de direito

19

A Constituição Brasileira estabelece as orientações do desenho institucional do Estado, definindo que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o poder executivo, judiciário e legislativo. Pode se afirmar partindo de reflexões acima, portanto, que o Estado é uma sociedade juridicamente e politicamente organizada com várias nações etnicamente multi-miscigenada.

Estabelecido o que entendo por Estado é importante ressaltar a atenção para o fato de que a Lei Maior de 1988, denominada popularmente como “Constituição Cidadã”, todavia, foi além de determinar o desenho institucional do Estado, a Constituição estabeleceu diretrizes políticas e obrigações que o Estado deve cumprir, dentre elas, é importante destacar nesse objeto: a cidadania, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização bem como, a redução das desigualdades sociais e regionais²⁰.

Refletindo sobre o exercício da cidadania, é possível destacar que este deve ir além da prática do voto, ou seja, deve haver condições efetivas para o cidadão exercer a iniciativa popular, seja através da proposição de leis, seja através das suas críticas e sugestões a serem apresentadas ao seu representante eleito democraticamente constituindo o poder Legislativo, cuja função primordial deveria ser a representação da população nos seus anseios e nas suas necessidades.

Mas percebe-se que no Estado brasileiro essa representação só se torna real quando a iniciativa popular se organiza por meio de movimentos sociais, através das organizações não governamentais, sindicatos, associações e cooperativas, sobretudo, nas camadas mais excluídas e marginalizadas da população. Nesse sentido, é importante destacar a opinião de Regina Maria Macedo e Nery Ferrari (2001) afirmam:

“[...] após a Constituição de 1988, vários mecanismos de apoio financeiro e social consolidaram-se no *texto* legal, sem, no entanto, comprometerem-se com os atores sociais envolvidos. O vértice desse Estado adquire novas formas, eis que não se restringe a “ser um simples instrumento de governo, que estrutura órgãos, define competências e regula procedimentos”, mas

19 Confira o art. 1 da Constituição Federal de 1988.

20 Cf. o inciso II, do art. 1 e incisos I, II e III do art. 2 da CF de 1988.

adquire e determina novas tarefas em prol da sociedade. Desta forma, a que estrutura órgãos, define competências e regula procedimentos”, mas adquire e determina novas tarefas em prol da sociedade. Desta forma, a Constituição “passa não só a assinalar ao Poder Público os limites do permitido, mas impõe o dever de criar uma ordem, transformando-se em um programa”. A legislação deixa de ser somente um instrumento da ação política “que deve conter-se aos limites negativos impostos pela Lei Maior, mas também do desenvolvimento da Constituição, do programa nela contido”.(MACEDO e FERRARI, 2001,p. 159-160).

Percebe-se que os autores evidenciam o paradigma da Carta Magna do Estado Brasileiro, conferindo ao governo diretrizes e obrigações na escolha e execução das políticas públicas, as quais devem favorecer a aplicabilidade dos direitos à equidade e à prosperidade nacional, todavia, esse paradigma não vem sendo cumprido parcialmente quando se refere à elaboração das políticas públicas.

Há uma clara divergência entre as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e no Consenso de Washington. Como já demonstrei no capítulo anterior, o sistema neoliberal, através das suas intervenções, gera uma dramática situação social, em que números dos sem moradia, sem terra, sem saúde, sem educação, sem emprego, sem informação, sem crédito, etc. aumentam não apenas quantitativamente, mas qualitativamente também, originando o Brasil Real, cercado de bolsões de pobreza em todo o território nacional que difere totalmente do prescrito na nossa Lei Maior.

A contradição da participação do Estado brasileiro como signatário do Consenso de Washington fica evidente quando ele procura elaborar e executar políticas públicas sociais. Como exemplo dessa divergência cito a aprovação da Emenda Constitucional nº. 31 de 14 de, dezembro de 2000, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Retrocedendo ao ano de 2000, foi instituído, mediante aprovação da Emenda Constitucional nº. 31, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos recursos serão, em parte, também destinados a ações suplementares na área de habitação (art. 79, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

“ É instituído para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda

familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 31, de 2000).“²¹

É importante, ainda, para a análise, trazer à reflexão o fato de que mesmo lentamente, parcialmente e fragmentalmente o governo brasileiro tem focado uma política fundamentada no sistema democrático, ou seja, além do Estado todos os atores sociais necessitam estar envolvidos. Saliento também que com o fim de estabelecer uma relação e uma comparação entre Estado e Governo de um lado e de Políticas Públicas com a participação popular no outro lado, faz -se necessário um esboço da realidade histórica e heterogênea nas práticas políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro ao longo da sua existência.

Assim, com o fim de apresentar não apenas os dados estatísticos, e, sim, a importância qualitativa dos resultados disponíveis nesses dados para que as instituições governamentais formulem, expliquem e apresentem não apenas a ação política, mas sim, os problemas a serem enfrentados - especificamente os relacionados à melhoria do IDH. Aqui, resalto que levo em consideração esse indicador, tendo em vista que todas as ações governamentais voltadas para a formulação de políticas de inclusão social são baseadas nele.

Finalmente, faz-se necessário pontuar que no atual cenário brasileiro ocorrem diversas transformações no papel da sociedade e do governo, constituindo-se uma nova forma de elaborar, gerir, executar e avaliar as atuais políticas públicas no seio de suas instituições e no papel do Estado definido na atual Constituição. Essa consideração é posta, pois para alguns autores, desde a promulgação da atual Carta Magna, as instituições públicas estão sendo reformuladas e reestruturadas. Nesse sentido, afirma Celina Souza (2005):

“ Essas mudanças criaram novas institucionalidades, principalmente na esfera local, resultado de compromissos gerados durante o processo de redemocratização. Entre esses compromissos estava o de restaurar a Federação, através do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais, e o de consolidar a democracia, através do empoderamento (empowerment) das comunidades locais no

21. Confira: Emenda Constitucional Nº 31, de 14 de Dezembro de 2000. Casa Civil- Subchefias para Assuntos Jurídicos.

no processo decisório sobre políticas públicas. (SOUZA, 2005, p.108)

Portanto, para perceber no atual cenário nacional, bem como a formulação e a execução de políticas públicas em toda a sua dimensão, ou seja, na ordem econômica, educacional, cultural, política, religiosa e tecnológica e seus impactos no contexto social, fazem-se necessário ser levado em consideração às organizações sociais, essas apresentadas à sociedade como elemento fundamental na gestão governamental democrática e na atual organização social e política dentro do contexto de empoderamento, pois, neste todas as esferas atuam na construção das políticas públicas, tampouco nos programas sociais com seus macros ou micros poderes.

Estado, Governo e Políticas Públicas conceituam uma realidade histórica e heterogênea nas práticas políticas, abstendo é claro da sua homogeneidade econômica, a qual não é foco do atual discurso político, afinal as demandas sempre se mostraram maiores que as ofertas, constituindo assim o emblemático Brasil Real, já citada por um grande escritor e poeta –ARIANO SUASSUNA, cuja narrativa encontra-se presente apenas na memória de curiosos pesquisadores.

Analisando e refletindo acerca dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, de cinco de outubro de 1988, como também ao emblemático Estado democrático, é compreensível perceber que alguns segmentos mais informados da sociedade entender que antes das práticas constitucionais ordenadas para o Estado, no seu desenho institucional, deve instituir o que caracterizar Luiz Roberto Barroso (2001):

“[...] antes e acima de tudo, um valor simbólico: foi ela o ponto culminante do processo de restauração do Estado Democrático de direito e da superação de uma perspectiva autoritária, onisciente e não pluralista de exercício do poder, timbrada na intolerância e na violência. Vê-se, assim, que a Carta Magna de 1988 retirou tanto o discurso como a prática costumeira da burocracia tecnocrático-militar que conduzira a coisa pública no Brasil por mais de vinte anos.” (BARROSO, 2001, p. 288-289).

Para compreender as transformações ocorridas nos últimos anos, atribuídas pelo desenho institucional do Estado, sobretudo no que institui uma política pública em diversos contextos sociais é necessário fazer uma abordagem de algumas de suas elaborações, implementações e execuções, especificando que ao término do século XX, o governo, em decorrência de suas mudanças estruturais, tem implantado em parcerias

com diversas instituições e organizações sociais programas de inclusão digital, ações no setor da tecnologia da informação e da comunicação, voltadas para uma abertura da democratização da comunicação digital nas camadas populares.

2.4 Exclusão Digital e Inclusão Digital

“Parto do pressuposto de que a exclusão digital é uma mera projeção da exclusão cultural e tem seu fundamento na exclusão socioeconômica. Quero afirmar a essência da exclusão, numa perspectiva histórica. Ela se impõe desde o aparecimento da imprensa, projeta-se com o rádio, continua com a televisão e persiste com a cibermídia. [...] A exclusão não é, portanto, um problema comunicacional. É um problema de natureza socioeconômica, um problema político.” (MELO, 2002, p37)²²

Compreende-se que à democratização da comunicação no Brasil contextualiza a integração da sociedade civil ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), assim como a sua apropriação pelos diferentes camadas sociais, sobretudo dos extratos populares que em decorrência do seu processo histórico e econômico, da sua renda per capita e da localização geográfica do seu habitat, sempre estiveram avessos aos meios de comunicação, impossibilitados de terem acesso aos canais básicos, tais como: jornais, revistas, rádios e televisão, hoje o computador interligado a uma linha telefônica que viabiliza a conexão a rede, bem como o conhecimento básico da informática, o qual constitui os requisitos mínimos nessa nova ordem política e econômica.

No entanto, Governos democráticos e participativos bifurcam nas tecnologias da informação e da comunicação, ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, viabilizando a democratização do acesso e o efetivo controle social das ações governamentais.

Antes de descrever sobre o papel das políticas públicas de inclusão digital e os seus programas com fins sociais, é oportuno falar da exclusão digital, cujo elemento caracteriza – se de forma polêmica em todas as suas dimensões, já que

22.Sociedade da Informação e Novas Mídias: participação ou exclusão?INTERCOM,2002. A Muralha Digital: Desafios brasileiros para construir uma sociedade do conhecimento.Melo, José Marques.p37.

contemporaneamente compreende de forma consensual que a exclusão digital é caracterizada pelo não acesso aos equipamentos das tecnologias da comunicação, entre eles, o acesso à linha telefônica fixa, a aquisição de equipamentos de informática e acesso gratuito aos softwares.

A evolução das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) e sua irregular apropriação pelas diferentes classes sociais favorece, no cenário nacional, o aumento das desigualdades sociais e econômicas, a qual se constitui nessa descrição como uma desigualdade digital. De acordo Sergio Silveira Amadeu (2005) desigualdade digital é:

”Uma definição mínima de exclusão digital passa pelo acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo, e também à rede mundial de computadores, pois um computador desconectado tem utilidade extremamente restrita. Portanto, a inclusão digital dependeria de alguns elementos, tais como o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em softwares aplicativos (AMADEU, 2005 p.18).²³

È possível perceber que para o autor a exclusão digital não se limita ao acesso a um computador, pois Silveira deixa nítido que esse é o elemento mínimo, já que sua reflexão apropria-se de outras dimensões, entre elas o acesso a softwares livres e aos requisitos básicos no manuseio desse novo canal de comunicação, possibilitando uma construção real da cidadania que é colocada em questão através da democratização da comunicação.

Por outra vertente, não são enraizadas questões de dimensões socioeconômicas como aborda José Marques de Melo, as quais estabelecem um problema de ordem política no tocante às camadas populares, fundamentais a uma transformação social que possibilite um equilíbrio das desigualdades digitais nos países em desenvolvimento e emergentes.

Estes autores parecem concordar que a exclusão digital é real e condescendente, e que constitui um fenômeno a ser caracterizado como abismo social, o qual pode ser revertido por uma inclusão digital, que viabilize para os seus usuários facilidades de acesso e baixo custo e manutenção, oportunizando condições reais para que a inclusão

23 .www.cgee.org.br/cncti3/Documentos/Seminariosartigos/Inclusaosocial. Acesso em outubro de 2006 as 13:51h

digital possibilite a construção de uma cidadania. A exclusão digital constitui uma guerra, já que para Sergio Silveira Amadeu (2005):

Tal combate é considerado importante, uma vez que a exclusão digital torna-se um fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento em relação às sociedades ricas (...) e a velocidade com que a combatemos é decisiva para que a sociedade tenha sujeitos e quadros em número suficiente para aproveitar as brechas de desenvolvimento no contexto da mundialização (...) e para adquirir capacidade de gerar inovação. [Além disto,] trata-se de uma questão de cidadania [pois,] hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador (SILVEIRA, 2005, p. 29-30).²⁴

As causas da desigualdade digital, conhecida como exclusão digital no Brasil e conceituada por José Marques de Melo (2000) como Muralha Digital “*Estamos falando da muralha digital entre o norte e o sul, entre os pobres e os ricos, e por outro lado também entre os povos super-informados e sub-informados.*”(MELO, 2000, p.40) o processo histórico do capitalismo mundial, tão como a Revolução Técnica Científica Informacional mostram-se presentes desde o período das colonizações até os dias atuais, responsável pelas abruptas diferenças existentes entre o Hemisfério Norte rico e o Hemisfério Sul pobre, tais diferenças são notórias no IDH e no acesso às tecnologias, o que evidencia que lamentavelmente os países com médio ou baixo IDH continuam tentando superar as desigualdades sociais, no que se refere a concentração de renda, ao nível educacional, à expectativa de vida, à concentração fundiária e ao acesso às tecnologias. No que se aos números da desigualdade Sergio Silveira Amadeu (2001) afirma que:

Os extremos da conectividade são gritantes. Os 24 países mais ricos do mundo integram a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), e apesar de abrigarem apenas 15% da população da Terra concentram 71% de todas as linhas telefônicas. Mas a concentração e a desigualdade não ocorrem somente entre países ricos e pobres, dentro dos pobres ou não ricos temos discrepância também descomunais. (AMADEU, 2001, p.18)

Essa descrição apresentada pelo autor favorece diversas discussões e abordagens, já que alguns princípios da sociedade capitalista têm como fundamento o acúmulo de capitais, o latifúndio, a hierarquização de classes, a abertura do mercado e a livre concorrência, sobretudo nos países periféricos, onde o capitalismo tardio apresenta-se

24. www.cgee.org.br/cncti3/Documentos/Seminariosartigos/Inclusaosocial. Acesso em outubro de 2006 as 13:51h

em um emblema democrático-representativo como o Brasil. Para tentar compreender os números da desigualdade, é oportuno refletir acerca de alguns dados referentes às características da exclusão digital e inclusão digital apresentada pelo IBGE no seu Censo Demográfico no ano 2000.

Tabela 3

Distribuição das Características socioeconômicas dos Incluídos Digitais e Excluídos Digitais no Brasil

Universo	Populacional	Homens%	Educação % ¹	Idade	PIA ²	Renda ³	Jornada ⁴
Incluídos	16.209.223	48,89	8,72	31,14	4.628.26	677.15	41,76
Excluídos	153.663.627	49,25	4,41	27,95	5.290.46	452,44	43,41
Total Brasil	169.872.850	49,21	4,81	28,26	52.272.80	569,3	43,24

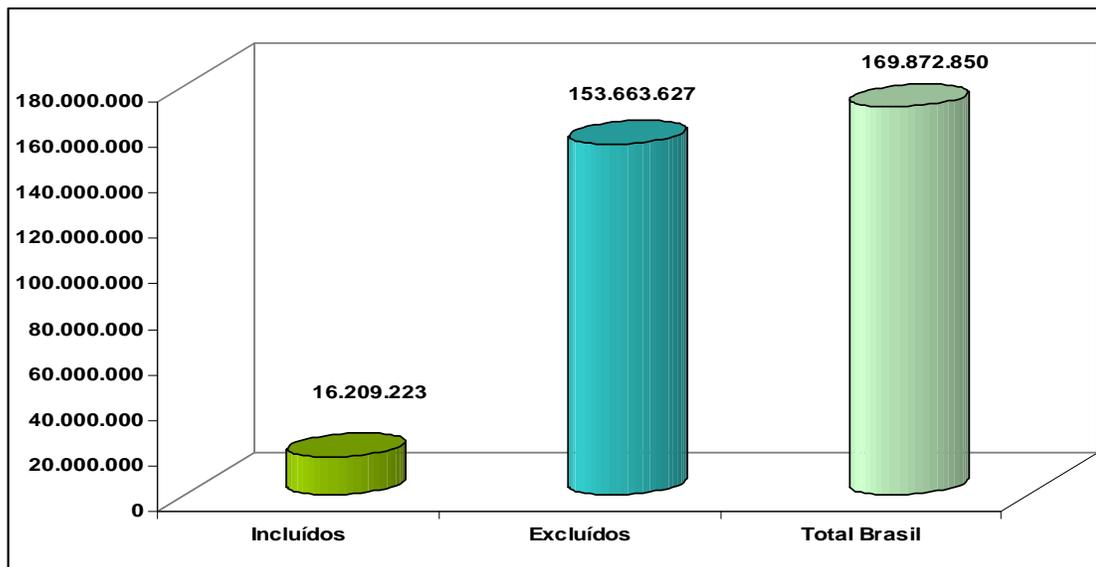
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE Elaborado: Pela Autora (1) A variável educação refere-se aos anos médios de estudo.(2) PIA - População em idade ativa: pessoas entre 15 e 65 anos.(3) Renda do trabalho principal referente a população ocupada.(4) horas de trabalho semanal.

Conforme o cruzamento dos dados é possível identificar de forma objetiva que as variáveis referentes aos critérios estabelecidos configuram a já conhecida pirâmide social brasileira na sua distribuição de classes e acesso ao consumo, bem como a tradição cultural no que se refere à questão de gênero, já que a pesquisa focou o universo masculino na distribuição do acesso ao uso da Internet no território brasileiro.

O número de incluídos digitais quando se refere à totalidade de excluídos da época é inferior a 9,47% , no tocante à população economicamente ativa, esse percentual é de 11,29%, o que permite a qualquer leitor avaliar que esse número é relativamente baixo quando as variáveis se cruzam com a renda, já que os incluídos digitais têm uma renda de 371% a mais que os excluídos, prevalecendo a classificação socioeconômico no acesso aos meios digitais. Contudo a carga horária de trabalho de ambas as classes apresenta uma pequena diferença, já que a mesma representa 165 minutos a mais de trabalho para os excluídos, o que equivale a 33 minutos a mais de segunda a sexta.

Gráfico 5

Distribuição Quantitativa da Inclusão Digital e Exclusão Digital no Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE em milhões. Elaborado: Pela Autora

De acordo com a leitura dos dados da tabela 4, o número de incluídos digitais quando se refere à totalidade populacional da época é inferior a 10,4%, esse valor nos permite refletir acerca das questões sociais, já descritas por Manuel Castells (2007):

[...] a chamada questão social é uma aporte fundamental, sob a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. “Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.” No caso da América Latina, a questão social foi imposta pelos colonizadores, por meio do pacto colonial, e segue dirigida pelo pacto da dominação de suas elites. A questão social fundante, que permanece vigindo, sob formas variáveis, desde os tempos da Descoberta até os nossos dias, centra-se “nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento aqui impostos”. (CASTELLS, 2007,p.30)

Finalmente, faz-se necessário pontuar que no cenário brasileiro de inclusão digital apresentado no ano de 2000, permite o apontamento de diversas questões no que se refere aos baixos indicadores de acesso, entre eles: extensão territorial que favorece a curto prazo a criação de infra-estrutura de acesso aos meios digitais, a alta taxa de densidade demográfica nos núcleos urbanos que constituem os bolsões de pobreza, a divisão social do trabalho por nível educacional a qual reflete diretamente na renda, a complexidade da pirâmide social e os custos de acesso aos meios digitais que

estabelecem a cratera entre os direitos e as oportunidades, sem argumentar no analfabetismo digital, que não é objeto dessa pesquisa.

2.5 Políticas de Comunicação e Políticas Públicas de Inclusão Digital

Antes de focar as políticas públicas de inclusão digital, é de extrema importância ressaltar que essa política encontra-se integrada à Política de Comunicação Social, cuja vertente está direcionada ao setor de Telecomunicações que inclui diversos canais de comunicação e informação, entre eles pode-se destacar jornais, revistas, periódicos, rádios privadas e comunitárias, televisão aberta, televisão por assinatura e Internet. Evidenciando que uma Política Democrática de Comunicação Social compreende o aparelhamento de todos os sistemas que constituem sua infra-estrutura e sua base técnica, bem como as mensagens que circulam nesses canais de comunicação, estabelecendo novos padrões de comportamento e produção nas relações sociais.

A política pública descrita, nesse contexto, tem entre seus principais objetivos a reestruturação das relações sociais, econômicas e culturais em torno de sua nova abordagem, a qual os conteúdos relacionados à Comunicação Social viabiliza a parceria entre a esfera pública, o setor privado e a sociedade civil, estabelecendo uma relação direta com interesse público à constituição real da democracia no seu contexto pluralista. É importante ressaltar que a esfera pública citada está em consonância com fenômeno social que busca construir um conceito de esfera pública a-histórico, não datado, afirmado por Jürgen Habermas (1997):

“[...] elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

Esfera pública é caracterizada como o locus da comunicação, os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam a ação. A definição de esfera pública, refere-se ao governo constituído pelo debate, fora dos anfiteatros formais constituídos pelo sistema político, em que as atividades executadas pelos representantes políticos podem ser confrontadas e criticadas através do argumento racional e acessível.

O conhecimento moderno de debate crítico embora tenha inspiração no uso público da razão, cujo apreço está introduzido na publicidade, no consumo e na acuidade do argumento lógico, conduzido conseqüentemente, entre cidadãos considerados como iguais moralmente e politicamente, como um meio de formar a opinião pública e a esfera pública da comunicação, uma vez que Jürgen Habermas (1997):

“A esfera pública constitui principalmente como uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerando no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ela está aberta para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar [...] quanto mais elas as esferas públicas se desligam de sua presença física ... tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública” .(HABERMAS ,1997p.92-93)

A comunicação informal, que se estender sem censura pelos seus indivíduos e comunidades, fora dos anfiteatros políticos formais, necessita ser observado como uma estratégia de extrema importância para uma explicação fértil das inquietações políticas e das formulações de demandas sociais a serem remetidas às estruturas administrativas das esferas políticas. Assim, consisti, em analisar que as transformações são fundamentais na percepção do imaginário de uma esfera pública com uma estrutura comunicacional lógica na liberdade de opinar e questionar os direcionamentos das ações políticas na diversidade de esferas públicas existentes em um único regime.

Na tentativa de estabelecer uma relação sintética entre comunicação, esfera pública e políticas públicas de inclusão digital, é importante descrever que para a obtenção dos desígnio da Política de Comunicação Social são concebidas diretrizes estratégicas, metas e objetivos distribuídos em diversas esferas, as quais são caracterizadas pelos organismos e instituições que instrumentalizam as políticas públicas na área de comunicação..

É importante destacar alguns órgãos que são formuladores e executores das Políticas Públicas de Inclusão Digital, entre eles pode-se destacar: a ANATEL, o MC, o MCT, o MEC, o CGI.br, o GESAC , Fundo de Universalização dos Serviços de

Telecomunicações (FUST), etc. entre outros que têm de reorientar o Governo Federal através do seu desenho institucional apropriado ao reconhecimento da cultural, da política, da educação, da economia e das comunicações na contemporaneidade como vetor de desenvolvimento. Fica assim definido que a gestão governamental tem instituições e organismos especializados na formulação e implementação das políticas públicas, através da organização dos seus membros e da participação da sociedade civil.

Antes de descrever a respeito das Políticas de Inclusão Digital é importante retornarmos a história das políticas públicas nacionais, para tal podemos mencionar que no ano de 2000 o Ministério da Ciência e Tecnologia apresentou O Livro Verde - Sociedade da Informação no Brasil, estudo organizado pela coordenadora geral do Programa Sociedade da Informação, organizado por Tadao Takahashi no ano de 2000.

Na sua apresentação, o Livro Verde já revela a importância do Estado e do sistema político em promover o acesso da população aos meios digitais, esse relato encontra-se presente no terceiro parágrafo da apresentação, escrito pelo Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, o qual argumenta que:

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica (SARDENBERG, 2000, p. 5)

Podemos compreender dessa forma que o Estado brasileiro através do seu sistema político mostra-se cauteloso ao tema inclusão digital, entretanto é importante ressaltar que, nesse período de dez anos, a sociedade civil tem obtido dados alarmantes de exclusão digital, os quais são apresentados constantemente por diversas instituições de pesquisas e cientistas, que vêm desenvolvendo análises críticas, sobretudo com relação à elaboração e implementação das tecnologias da comunicação e da informação no processo de desenvolvimento econômico, educacional, cultural e social no Brasil.

A dimensão da exclusão digital foi retratada no ano de 2003 pelo mapa da exclusão digital da FGV, entretanto diversas ações entre o público e o privado, por meio de projetos e programas instituídos pelos três esferas governamentais federal, estadual e municipal, bem como a participação de universidades, empresas privadas e

organizações não governamentais, por terem oportunizado a uma parcela da população ao uso desses meios digitais. Todavia, é permitido a qualquer estudioso questionar a respeito do que seria inclusão, sobretudo inclusão digital como vetores de inclusão social e desenvolvimento local.

Na tentativa de estabelecer uma relação seqüencial desses vetores, refletimos acerca do termo inclusão com o questionamento do cientista social Pedro Demo (2005), no seu artigo publicado na revista *Inclusão Social*:

“Inclusão social tornou-se palavra fácil, cujas práticas tendem a ser o reverso. Por exemplo, em educação, inclusão social tornou-se progressão automática, ou seja, imaginando-se favorecer estudantes com dificuldade de aprendizagem, crianças são empurradas para cima de qualquer maneira e logo alcançam a 8ª série, mais ainda não entendem o que lêem. Foram incluídas socialmente? Outro exemplo: famílias integradas no programa Bolsa Família, de certa maneira, melhoram suas condições materiais de vida, mas dificilmente conseguem sair desta situação assistida. É isto inclusão social? Facilmente aceitamos como inclusão social a inclusão na margem.(DEMO, 2005, 37)²⁵

Percebemos que dentro das políticas públicas o termo de inclusão assume uma função social dentro dos mais variados discursos, sobretudo no discurso político, compreendendo que a inclusão social é essencialmente um elemento de inserir os indivíduos que estão à margem da sociedade, nos constituídos bolsões de pobreza que configuram a geografia da desigualdade social, nada mais é que incluir essa parcela da sociedade civil dentro das atividades educacionais, econômicas, culturais, políticas e sociais.

No entanto a inclusão não se restringe apenas na inserção dessa população nas atividades acima descritas, já que a mesma em decorrência do seu processo histórico se constitui em classes e segmentos sociais, entre eles, analfabetos, agricultores, homossexuais, idosos, portadores de deficiência, indígenas, quilombolas, entre outros os quais sempre permaneceram à margem do desenvolvimento e progresso econômico e social.

Os indicadores sociais dos menos favorecidos são compostos por educação, expectativa de vida e renda do Brasil, revela cronologicamente essa exclusão, já que os mesmos mensuram quantitativamente esses dados.

25.Confira. Revista de Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005

Justificando a inclusão digital com o objetivo de inserir os excluídos digitais o acesso às tecnologias de informação e da comunicação, bem como oportunizar a essa camada populacional aquisição de informações e de conhecimentos, constitui-se um ferramenta fundamental para todos os governos, já que na atual sociedade da informação o conhecimento é o principal motor da educação e da economia.

2.6 Projetos e Programas de Inclusão Digital

O Governo Federal executa e apóia ações de inclusão digital por meio de diversos programas e órgãos governamentais e não-governamentais que elaboram e implementam os intitulados pontos de inclusão digital-PDI's, para averiguar as políticas públicas de inclusão digital e os seus programas basta acessar o site da inclusão digital no Brasil, pois nesse portal encontra-se disponível a qualquer cidadão os programas e projetos, descritos abaixo e caracterizados como PDI's.²⁶

Casa Brasil em ação com os MCT, IBICT, MP, MC, ME, Petrobrás, Eletrobrás/ Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal é um programa de implantação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH, por meio de parcerias com instituições locais. Cada unidade de Casa Brasil abrigar um telecentro, com uso de software livre, e pelo menos mais dois outros módulos, que podem ser uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível.

Atualmente, são 74 unidades em funcionamento, atendendo em média 20 mil pessoas/mês. Já foram capacitadas mais de 1.000 pessoas nas 37 oficinas livres oferecidas a partir da plataforma de educação à distância, construída pelo projeto. No total 86 unidades, selecionadas por meio de edital, serão implantadas nas maiores cidades das cinco macro-regiões.

26. <http://www.inclusaodigital.gov.br/programas/projetos> .acesso realizado no dia 17 de novembro as 21:41 h

Centros de Inclusão Digital em ação com MCT - A implantação de Centros de Inclusão Digital é uma ação que compõe o Programa de Inclusão Digital do MCT. O Programa constitui-se em um instrumento de promoção da inclusão social, cuja responsabilidade é da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e tem como objetivo proporcionar à população menos favorecida o acesso às tecnologias de informação, capacitando-a na prática das técnicas computacionais, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da qualidade profissional quanto para a melhoria do ensino.

Centros Vocacionais Tecnológicos - Em ação: Ministério da Ciência e Tecnologia - Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) são unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Os CVT's estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo a melhoria dos processos.

Computador para Todos - Em ação: Presidência da República, MD, MCT e SEPRO - Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. PC's de até R\$ 1.200 que obedeçam à configuração mínima podem ser parcelados em prestações de R\$ 50,00. O equipamento deve utilizar obrigatoriamente software livre e contar com um processador de 1,4 GHz, disco rígido de 40 GB, memória RAM de 256 MB, monitor de 15 polegadas, unidade de disco flexível, unidade de CD-ROM (RW)/DVD-ROM (combo), modem de 56 K, placas de vídeo, áudio e rede on-board, mouse, teclado e porta USB e 26 programas. Notebooks de até R\$ 1.800, que atendam a configurações mínimas descritas no portal do programa, também possuem isenção de impostos e têm financiamento facilitado.

GESAC em ação com MCT garante conexão via satélite à Internet, as escolas, aos telecentros, às ONG's, às comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais, contando hoje com 3.530 pontos de presença atendendo

cerca de 2.200 municípios brasileiros. É parceiro de diversos programas de inclusão digital do Governo. A próxima fase do programa prevê a instalação de 11.919 pontos de conexão à Internet via satélite. Serão atendidos locais que não possuem conexão por ADSL, escolas públicas rurais e telecentros montados a partir dos kits encaminhados pelo MC às prefeituras de todo o país.

Kits Telecentros em ação com MC funcionam com a doação de kits telecentros para prefeituras brasileiras é uma iniciativa do Programa de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações que tem como meta instalar telecentros em todos os 5,5 mil municípios do país até junho de 2008, com investimentos totais de R\$ 134 milhões do governo federal. Quase 5 mil prefeituras já estão cadastradas para o recebimento de equipamentos de informática e mobiliários que proporcionarão a montagem de espaços de acesso gratuito à população, onde serão realizadas atividades, por meio do uso das TIC's que promovem a inclusão digital e social. Cada kit possui: 01 servidor de informática; 10 computadores; 01 central de monitoramento com câmera de vídeo de segurança; 01 roteador wireless; 11 estabilizadores; 01 impressora a laser; 01 projetor multimídia (data show); 21 cadeiras; 01 mesa do professor; 11 mesas para computador; 01 mesa para impressora; 01 armário baixo.

Maré - Telecentros da Pesca em participação com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República promove a implantação de telecentros em comunidades de pescadores, fornecendo equipamentos, conexão via Gesac, formação e manutenção de agentes locais para monitoria e uso de software livre. Há 27 unidades em funcionamento e outras 36 em implantação.

Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) em participação com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e parceiros, reuni informações sobre todos os programas de inclusão digital do governo federal, com notícias, links, eventos e materiais de referência. Telecentros de todo o país - espaços sem fins lucrativos com conexão à internet, acesso livre à comunidade e capacitação - estão sendo cadastrados. Estimam-se um total de 5.000 unidades de telecentros em funcionamento no Brasil, articuladas no âmbito federal, estadual e municipal. O ONID também trabalha na seleção de materiais de referência, tais como diretrizes, documentos, manuais, estudos e experiências de sucesso para compartilhar melhores práticas entre os interessados no tema.

Pontos de Cultura Digital em parceria com MC - O Programa Cultura Viva apóia iniciativas culturais locais/populares e tem como ação prioritária o Ponto de Cultura que articula as demais ações do Programa. A ação Cultura Digital permite a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de software livre, e conexão à Internet. Atualmente, há 648 projetos culturais apoiados financeiramente pelo programa Cultura Viva.

Programa Estação Digital em parceria com Fundação Banco do Brasil - Sempre com o apoio de um parceiro local, sendo a maioria organizações não-governamentais, a iniciativa busca aproximar o computador da vida de estudantes, donas-de-casa, trabalhadores, populações tradicionais e cooperativas, economizando tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Desde 2004, estão em funcionamento 202 unidades pelo Brasil, 41 em processo de instalação e mais 20 unidades aprovadas para implantação até o final de 2008. Cerca de 56% das unidades estão localizadas na região Nordeste; 16% no Centro-Oeste; 15% no sudeste; 11% no norte; 2% no sul, com a capacidade para atender de 500 a 1.000 pessoas por mês, e integradas a arranjos produtivos locais.

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação em ação com ME é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. O programa funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do ProInfo, cuja atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

Projeto Computadores para Inclusão - Em ação: Ministério do Planejamento, MEC e MTE - Implantação de um sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, doados pelas iniciativas públicas e privada, acondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante, e distribuídos a telecentros, escolas e bibliotecas de todo o território nacional. Existem três Centros de Acondicionamento de Computadores – CRC funcionando em caráter piloto em Porto Alegre (RS), Brasília

(DF) e Guarulhos (SP), e dois em implantação nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Niterói (RJ). Os cinco centros totalizam 410 jovens em formação. Até fevereiro de 2008, o projeto recebeu mais de 15 mil equipamentos usados, e deu 3.320 computadores reconicionados a 252 escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outras iniciativas de inclusão digital selecionados pela Coordenação Nacional.

Projeto Um Computador Por Aluno (UCA) -Em ação: Ministério da Educação e Casa Civil - O Projeto Um Computador Por Aluno (UCA) tem a finalidade de promover a inclusão digital, por meio da distribuição de 1 computador portátil (laptop) para cada estudante e professor de educação básica em escolas públicas. Durante o ano de 2007 foram selecionadas 5 escolas, como experimentos iniciais, em São Paulo, Porto Alegre, Palmas, Piraí e Brasília. Para o ano de 2008, está prevista a compra de 150 mil laptops para projeto piloto em 300 escolas públicas em todos os estados-membros. Cada escola terá um número médio de 500 alunos e professores beneficiados. Além dos computadores portáteis serão adquiridas umas séries de outros equipamentos que permitam o acesso à internet. A distribuição será da seguinte forma: 5 escolas estaduais por estado, indicação do Conselho Nacional de Secretários de Educação Estaduais – CONSED, e 2 a 5 escolas municipais, de acordo com o número de alunos, indicadas pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação(UNDIME).

Quiosque do Cidadão - Em ação: Ministério da Integração Nacional (MIN) começou a implantação experimental do projeto de inclusão digital denominado Quiosque do Cidadão em comunidades carentes da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, no início do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva foram doados pela Secretaria da Receita Federal, por solicitação do senhor ministro Ciro Gomes, 148 computadores para atender o projeto. Estes equipamentos foram destinados a equipar bibliotecas públicas municipais desta região, com computadores proporcionando a redução das desigualdades sociais através da inclusão digital. Os municípios atendidos são considerados estratégicos por ter um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

SEPRO Cidadão destina-se ao treinamento gratuito de pessoas que queiram conhecer as facilidades da Internet na obtenção de serviços e informações do Governo para a sociedade. Dentre suas ações de inclusão digital está a instalação de Telecentros que é realizada em parceria com a comunidade local, prefeituras e instituições da

sociedade civil, o que garante a sua sustentabilidade. Implantado em 2003, este projeto é uma das ações da Empresa dentro de sua política de Responsabilidade Social e está em sintonia com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Federal de promover inclusão digital e social das comunidades mais carentes. O Programa já atingiu a marca de 153 telecentros em cidades brasileiras e oito no exterior (um em São Tomé e Príncipe, dois em Cuba, três no Haiti, um em Angola e um em Cabo Verde), totalizando mais de 1.847 equipamentos alocados.

Telecentros Banco do Brasil -Em ação: Banco do Brasil - O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é uma ação que se alinha com a política de responsabilidade socioambiental da empresa e começou com o processo de modernização de seu parque tecnológico, com a doação dos equipamentos substituídos para comunidades carentes, visando a implantação de Telecentros Comunitários. O Programa não se restringe à doação dos micros, pois o Banco também cuida do treinamento dos monitores e da articulação de parceiras, fomentando o desenvolvimento local. O BB já implantou mais de 1.600 telecentros e salas de informática em todo o país, totalizando cerca de 39 mil computadores doados e atendendo a mais de 4 milhões de usuários por ano. Os telecentros disponibilizam o acesso às novas tecnologias digitais, treinamentos em informática, cursos a distância, serviços do Governo Eletrônico, digitalização e impressão de documentos, além de incentivar a pesquisa para preparação de trabalhos escolares.

TIN - Telecentros de Informação e Negócios - Em ação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Apoio à implantação de telecentros e salas de informática em associações empresariais, prefeituras, entidades sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor, entre outras. Articula doação de equipamentos, apóia sua implantação junto aos projetos cadastrados, e disponibiliza conteúdos voltados a estes públicos por meio de portal na web. As instituições contempladas devem viabilizar a implantação dos equipamentos, bem como a gestão e administração dos espaços por meios próprios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estabeleceu parceria para que estes telecentros apóiem famílias beneficiárias ou público-alvo dos programas sociais.

Observa-se que são mais de dezessete programas e projetos apoiados diretamente pelo governo federal através dos ministérios e das secretárias, como também é

perceptível a participação de diversas esferas públicas locais na elaboração, implementação e execução das políticas públicas de inclusão digital. No entanto os números dos PDI's apresentados a toda sociedade brasileira através do mapa da inclusão digital do IBICT, por meio do cadastramento de novos projetos e programas que, favorecem o cruzamento das informações com os dados populacionais de cada Estado, fazendo válido alguns questionamentos a serem apresentados nas análises da tabela abaixo:

Tabela 4

Distribuição Nacional dos Pontos e Programas de Inclusão Digital no Brasil

	PDI's	Programas	Municípios	População
Rio Grande do Sul	773	30	496	10.582.840
Santa Catarina	556	18	293	5.866.252
Paraná	832	23	399	10.284.503
São Paulo	3880	58	645	39.827.570
Rio de Janeiro	1230	45	92	15.420.375
Minas Gerais	2015	29	853	19.273.506
Espírito Santo	360	18	78	3.351.669
Bahia	892	31	417	14.080.654
Sergipe	127	16	75	1.939.426
Alagoas	180	14	102	3.037.103
Pernambuco	1966	32	185	8.485.386
Paraíba	308	17	223	3.641.395
Rio Grande do Norte	301	18	167	3.013.740
Ceará	1042	29	184	8.185.286
Piauí	271	20	223	3.032.421
Maranhão	449	17	217	6.118.995
Distrito Federal	224	23	1	2.455.903
Goiás	580	17	246	5.647.035
Mato Grosso do Sul	53	13	78	2.854.642
Mato Grosso	173	14	141	2.265.274
Acre	78	6	22	655.385
Amazonas	263	15	62	3.221.939
Amapá	95	13	16	587.311
Pará	558	22	143	7.065.573
Rondônia	81	7	52	1.453.756
Roraima	56	6	15	395.725
Tocantins	113	10	139	1.243.627

Fonte: IBICT. Ano 2007 Pontos de Inclusão Digital (PDI's). IBGE. Ano 2007. População recenseada e estimada em 2007. Elaborado: Pela Autora

È possível observar que com exceção do estado de Mato Grosso do Sul, todos os demais municípios brasileiros têm um número de PDI's superior ao número de municípios, o que permite alguns questionamentos, entre eles, será que os municípios atendidos pelo ponto de inclusão digital consegue gerar inclusão social e desenvolvimento local na área inserida? Será que a distribuição dos PDI's está em áreas com predomínio de baixos indicadores humanos e econômicos? Será que todos os

PDI's funcionam integralmente, no que se refere a todos os mecanismos essenciais à infra-estrutura digital, tais como conexão em alta velocidade, softwares livres, equipamentos periféricos em condições plena de funcionamento? Tais questionamentos são pertinentes já que as políticas de inclusão digital têm como foco principal a diminuição das desigualdades sociais.

Refletindo acerca das desigualdades sociais que constituem também as desigualdades regionais é importante analisar como se distribuir regionalmente os PDI's, já que é notório que as diferenças econômicas, sociais, educacionais e culturais fazem parte da historicidade e do território brasileiro, diminuir as desigualdades seria talvez oferecer mais oportunidade de inclusão na sociedade da informação em busca do conhecimento. No entanto, é importante para tal enfocar os números regionais da inclusão digital, não abstendo dos questionamentos acima descritos.

Tabela 5

Distribuição Regional do Acesso a Internet a cada 100 habitantes

	População	PDI's	A cada 100 hab/acesso*
Sul	26.733.595	2.161	12
Sudeste	77.873.120	7.845	10
Nordeste	51.534.406	5.536	9
Centro -Oeste	14.446.481	1.130	13
Norte	13.379.689	1.244	11
Total	183.967.291	17.916	10

Fonte: IBICT. Ano 2007 Pontos de Inclusão Digital (PDI's). IBGE. Ano 2007. População recenseada e estimada em 2007 Elaborado: Pela Autora

As informações apresentadas na tabela possibilitam uma comparação em relação ao número absoluto de habitantes no Brasil, estimada do ano de 2007 com o ano de 2000, favorecendo através dos dados estatísticos oficiais, é oportuno perceber que ocorreu pequeno crescimento de 4,02% em termos percentuais de acesso à Internet, já que de acordo com o artigo “ Internet no Brasil: o acesso é possível para todos? de Carlos Afonso(2000) da RITS (Rede de Informação para o Terceiro Setor) uma vez que:

“Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300(ou menos de 6%) contam com infra-estrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% da população. O Brasil é de longe o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores Internet (hosts) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de

serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas.”²⁷

È importante destacar que a pesquisa realizada por Carlos Afonso observou diversos tipos de conexão, de provedores e locais de acesso, o que nos leva a averiguar que independente dos critérios estabelecidos na amostra, o acesso à Internet por parte da população de baixa renda é pequeno, já que a maior parte dos usuários da Internet estão distribuídos nas classes sociais A e B, cristalizando os números da desigualdade, sobretudo nas áreas metropolitanas, é o que afirma Sergio Silveira Amadeu(2001):

A décima Pesquisa Internet POP [...] realizada de 14 a 27 de maio de 2001 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE), recolheu 15.400 entrevistas no Distrito Federal e nas principais regiões metropolitana do Brasil, buscando representar uma população de 38,8 milhões de pessoas. As regiões do levantamento foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. A pesquisa demonstrou que 49% dos usuários afirmam acessar a rede em casa, ante 37% dos usuários acessam do trabalho. A conexão na casa de amigos e parentes apresenta um índice significativo, 27%, assim como escolas e universidades, 19%. Nas regiões menos desenvolvidas, apenas 20% dos moradores usam a web [...] entre os mais pobres o crescimento foi bem menor: três pontos percentuais na classe C e de apenas dois pontos percentuais na classe D e E.(AMADEU, 2011, p.19-20)

Os dados apresentados por Silveira evidenciam a importância das políticas públicas de inclusão digital, já que torna-se nítido que no início do século XXI o acesso à Internet pelas camadas populares apresentou dados extremamente negativos, visto que independente da classe social e do espaço geográfico está conectado significa ter acesso às informações. Tais dados constituíram ferramentas estratégicas nos programas e projetos sociais, tendo em vista que o discurso sobre a inclusão digital apresenta-se como instrumento para a erradicação da pobreza.

Percebemos que dentro das políticas públicas a inclusão digital, a inclusão social é o vetor do atual discurso político, compreendendo que a inclusão social significa entre outras coisas inserir os indivíduos que estão à margem da sociedade, nos bolsões de pobreza e na geografia da desigualdade social a uma inclusão dentro da sociedade civil, dentro das atividades educacionais, econômicas, culturais, políticas e sociais que favoreçam a melhoria da qualidade de vida desse indivíduos.

27 .Afonso, Carlos. Internet no Brasil: o acesso é possível para todos?. Artigo publicado na série Policy Paper, n° 26, em setembro de 2000, Fundação Friedrich Eberth, São Paulo.

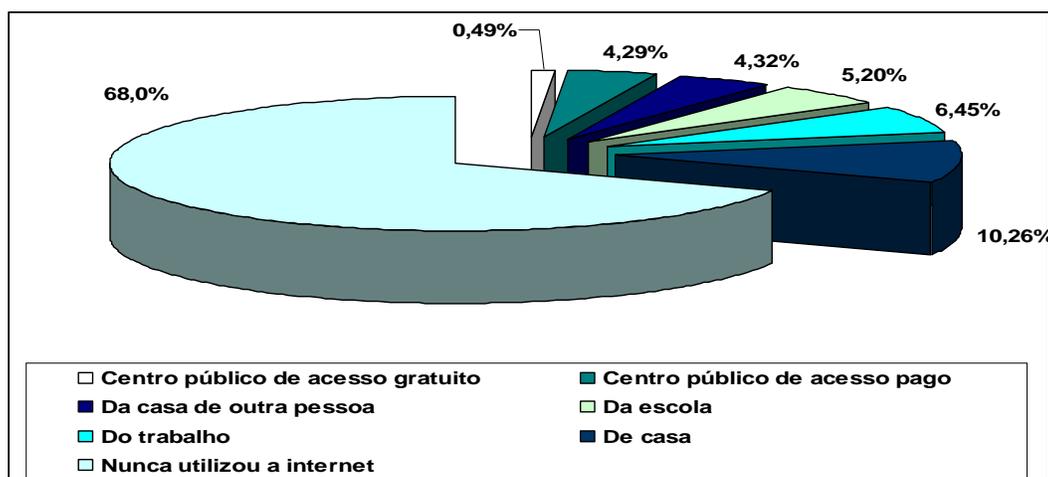
No entanto a inclusão não se restringe apenas na inserção dessa população nas atividades acima descritas, uma vez que em decorrência do seu processo histórico constitui classes e segmentos sociais, entre eles, os analfabetos, os trabalhadores agricultores sem terra, homossexuais, idosos, portadores de deficiência, indígenas, quilombolas, entre outros que sempre permaneceram à margem do desenvolvimento social e do progresso econômico.

Justificando a inclusão digital com o objetivo de inserir os excluídos digitais ao acesso às tecnologias de informação e da comunicação, bem como oportunizar a essa camada populacional aquisição de informações e de conhecimentos, constitui-se um ferramenta fundamental para todos os governos, já que na atual sociedade da informação o conhecimento é o principal motor da educação e da economia.

Na era da globalização da economia e do conhecimento, o Brasil convive ainda hoje com uma parcela significativa da população que vive às margens das facilidades e benefícios gerados pela tecnologia. As ações governamentais em parceria com a sociedade civil têm favorecido a inserção de pequenos grupos na inclusão, é o que revelam as pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr, de acordo com o Comitê no Brasil ²⁷, 68,6% jamais acessaram qualquer informação na Internet.

Gráfico 6

Canais de Acesso e Utilização da Internet no Brasil no Ano de 2006



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil. CGI.br- **Relatório de Penetração e Uso da Internet**
Ano:2006 Adaptado: Autora

O acesso à tecnologia da informação significa para muitos, em primeiro lugar, o livre exercício da cidadania. Além disso, encurta distâncias, oferecendo às comunidades que vivem afastadas dos grandes centros oportunidades que incluem a educação e a comunicação.

O tema inclusão digital já faz parte do cotidiano da população brasileira. Informações que circulam em diversos meios de comunicação de massa, tais como: jornais impressos e eletrônicos, revistas acadêmicas, telejornais, etc. favorecem a curiosidade, o surgimento de diversos debates e questionamentos, desde os mais sintéticos e objetivos, como os mais prolixos e detalhados. No entanto, estudar a inclusão digital requer compreender o que está informando basicamente os dados estatísticos.

Indagando a respeito das estatísticas oficiais, quais os números que representam a inclusão digital e quem apresenta esses dados? Buscando organizações com dados seguros, utiliza-se aqui o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pode-se assegurar que os dados são confiáveis, já que se trata de um órgão criado em maio de 1995, responsável pela coordenação e integração dos serviços de Internet no país, cuja atribuição é coletar organizar e disseminar informações sobre serviços de Internet que hoje se tornam indispensáveis para a elaboração de políticas públicas. Os dados mais recentes da inclusão digital podem ser observados abaixo:

Tabela 6

Distribuição Regional por Conexão na WEB em domicílio

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.O
Acesso à Internet – domicílio	16.064,67	390,75	1.703,12	9.751.806	3.086,08	1.132,93

Fonte: IBGE e ANATEL. Informações e Consultas Ano:2005 Adaptado: Autora

Tabela 7

Distribuição da Amostra Domiciliar por Regiões

TOTAL	Norte	Centro Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
8000	1100	1100	2100	2100	1600

Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil. CGI.br - Relatório de Penetração e Uso da Internet Ano:2006 Adaptado: Autora

Refletindo acerca de dados já apresentados na tabela 5, que mostram que no território brasileiro dos 183.967.291 habitantes apenas 17.910 moradores para cada 100 habitantes acessam à internet, permitindo averiguar que esse dado corresponde ao acesso realizado por cada cem habitantes, sem descrever aqui as características socioeconômicas, desses números apresentados em 2007 por estimativas. É importante refletir sobre a democratização da comunicação e suas parcerias.

Mas, simultaneamente ao desenvolvimento do espaço público, isto é, de um espaço partilhado de visibilidade e comunicação coletiva, como afirma Pierre Lévy (2002):

[...] definiu-se o seu complementar: a esfera privada, reservada, do indivíduo e da família. E, assim, podemos de igual modo, falar de opacidade, [...] com o segredo dos negócios, o de Estado, o militar-confidencial, o profissional, o de alcova ou o de gabinete médico se mantêm lugares fechados, opacos, refratários à comunicação. (LÉVY, 2002p. 36)

É possível concordar que o desenvolvimento das tecnologias tem o poder de provocar profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, nesses tempos de globalização, cuja maior inovação é caracterizada por espaço e tempo compartilhados simultaneamente em redes de alta densidade de indivíduos, certamente os desafios nas respostas ao gerenciamento do espaço público não são poucas. Podemos dizer que hoje quase todas as instituições governamentais, privadas, os grandes jornais, e também emissoras de rádio e a televisão e uma parcialidade de associações, organizações governamentais e cooperativas, entre outros, utilizam a rede no seu cotidiano.

2.7 A importância do Associativismo na Comunidade Democrática

Refletindo de forma sucinta sobre a importância histórica das conquistas oriundas dos movimentos sociais no decorrer das transformações benéficas e constitucionais ocorridas nas camadas populares e na sociedade em geral, o regime político democrático favoreceu e favorece o fortalecimento dos atores sociais em organizações, visto que esse direito é estabelecido pela própria constituição no Título II que estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos, entre eles o inciso XVII e XVII.²⁹ Na tentativa de compreender a importância da organização social em frente aos seus deveres e direitos, é necessário descrever o que afirma Maria Luiza Lins e Silva Pires (2006):

(...) o movimento associativismo tende a organizar sua estratégia na ação mediante os interesses da comunidade, a partir, portanto, de problemas concretos e priorizados conjuntamente. A nova territorialidade distancia-se da idéia de lutas de classes, remetendo às alianças entre grupos dentro de uma idéia de concertação social e de pertencimento(SILVA PIRES, 2006. p23)²⁸

È possível perceber que a autora sintetiza de forma translúcida que as atuais transformações ocorridas nos modelos governamentais, bem como as novas e as velhas necessidades de serviços básicos populacionais, já fazem parte de um processo histórico conhecido por todos, o que permitem a qualquer estudioso observar que a ampliação da desigualdade social obriga o governo na sua função de gestor executar políticas públicas em parcerias com outras instituições públicas e privadas, bem como delegar a sociedade civil a consciência do seu papel de representante insubstituível na execução dos atuais programas sociais, a fim de favorecer uma ação coletiva em todas as esferas sociais, permitindo o surgimento de uma participação democrática. Uma vez que para a autora no mesmo artigo [...] há uma maior participação democrática como pressuposição do fortalecimento da sociedade civil e a criação de uma nova estabilidade sedimentada na cooperação.(p29)

Será que nessa análise é possível enquadrar que os programas sociais, bem como a atual redistribuição das atividades em parceria com a iniciativa privada, as organizações não governamentais, associações, cooperativas assim como as atuais políticas públicas de inclusão digital via inclusão social, estaria enquadrada dentro de um relação local, cujo espaço democrático estaria integrado com fins semelhantes de ações solidárias. Tendo como referência a obra comunidade democrática, percebe-se que em um novo espaço democrático as relações estabelecem por meio de confiança e interesses comuns (PUTNAM,2005)

A complexidade das relações acima descritas, especificamente quando relacionamos participação social nas políticas públicas, sobretudo nos projetos e programas sociais de forma genérica. No entanto, em contextos gerais é possível perceber que no cenário contemporâneo há evidências que as ações coletivas, por parte da comunidade civil, torna perceptível que ocorre um intenção à descentralização já que a participação da

28. Artigo .O Cooperativismo para além do mercado e do estado: a solidariedade em debate.. Livro: Associativismo e Desenvolvimento Local.

na construção da cidadania ocorre de conselhos participativos e fortes movimentos populares que exercem os seus direitos através do fortalecimento de seus grupos.

Nessa perspectiva é possível mencionar nesse novo modelo político, econômico, comunicacional a participação e a transformação da sociedade científica em parceria com diversos atores locais, evidenciam o seu fortalecimento para superar velhos e novos problemas sociais. Nesse sentido afirmam Ângelo Brás Callou e Maria Salett Tauk (2002):

Todos esses aspectos, aliados às temáticas as novas ruralidades [...] e do desenvolvimento local – processo de orquestração dos diferentes atores sociais empenhados no desenvolvimento sustentável das potencialidades econômicas endógenas, levaram a Comunicação Rural a propor novas estratégias de atuação e de formação extensionista universitária para enfrentar esses desafios contemporâneos”.(CALLOU e TAUk, 2002, p.27)

Analisando o papel das diversas instituições no atual cenário brasileiro, onde o Estado através das políticas públicas tem redesenhado seu papel, sobretudo na participação de outras instituições públicas e organismos não governamentais, entre eles empresas privadas, associações, cooperativas e na comunidade científica, surge em todo o país um envolvimento das universidades, através das suas incubadoras em parceria com a sociedade, num movimento no combate às desigualdades sociais e econômicas existentes, sobretudo nas populações de baixa renda. Esse reflexão tem por base o que descreve Maria Salett Tauk (2006):

[...] a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP é uma dessas iniciativas. Criada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE em 27 de maio de 1999, no âmbito do Programa de Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão – PAPE, a INCUBACOOP tem como missão incubar organizações populares no sentido de torná-las viáveis do ponto de vista econômico, social e humano, transformando-as em agentes do desenvolvimento local. O corte epistemológico da ação do PAPE, e consequentemente da INCUBACOOP, se apóia em dois vetores fundamentais: o popular e o desenvolvimento local. (TAUK, 2006, p 33)

Percebe-se que a função social da Instituição científica no atual cenário contemporâneo rompe com as barreiras impostas pela história, em que o objeto da ciência centra-se no tripé da Igreja, do Estado e da Sociedade, sendo o último apenas um fantoche nas mãos dos primeiros homens que representavam a igreja e discursam sobre imponência, o desejo, a justiça e a ira de Deus sobre os frágeis e carnis humanos, já o Estado soberano e absoluto, enriquecido na parceria com a Igreja, não

permitiu que o conhecimento do meio científico atuasse nos contextos populares, a fim de centralizar não apenas o poder econômico, mas sim o conhecimento científico implícito nas diferenças de classes em toda a estrutura social, da história medieval e da história contemporânea .

A inovação da ação científica nos contextos populares, sobretudo na América Latina, tem seu pressuposto nas bases ideológicas e filosóficas na teoria da libertação, oposição da igreja revolucionária na sempre presente igreja reformista, muitas vezes reacionária, o que favoreceu no período moderno décadas da passividade do conhecimento científico nos contextos populares, já que o próprio regime existente entre as décadas de 60, 70 e 80 engessara a ciência social, bem como toda a sua produção científica, passando todos esses anos e outros períodos aqui não relatados é possível perceber que hoje na virada do século XXI, sobretudo depois do Consenso de Washington.

A descrição realizada favorece o argumento de que se torna mais amplo e diversificado o papel do centro acadêmico através dos seus artigos, ensaios, pesquisas, projetos, etc. que estão cada dia mais voltado para identificar e propor uma transformação da realidade local com a parceria da sociedade na participação e na releitura da discussão em torno do capital social e do desenvolvimento local, elementos de grande importância na concretização de um espaço democrático.

2.8 Capital Social e Desenvolvimento Local

A relação entre capital social e desenvolvimento local pode ser concebida através de alguns argumentos referentes ao papel dos indivíduos dentro no desenvolvimento humano dos seus grupos, para compreender a importância desses dois elementos apontam-se alguns questionamentos, entre eles: Como um grupo de indivíduos atua em situações de conflitos econômicos e sociais para enfrentar as desigualdades? Quais os elementos mais importantes nas relações do grupo que favoreçam a superação dos empecilhos na busca da equidade? Como os elementos culturais relacionam-se na produção e reprodução de bens materiais e simbólicos? Quais as razões que justificam as diferenças do desenvolvimento socioeconômico de grupos e comunidades que ocupam o mesmo espaço regional?

Alguns, estudiosos da ciência política, da economia e da sociologia estabeleceram análises referentes às questões relacionadas ao capital social, estudos constataram que alguns grupos e comunidades conseguiram melhores condições de vida na sua produção e reprodução de bens materiais e simbólicos, as explicações para as questões já abordadas encontram-se na aquisição de atributos que configuram o conceito de capital social. Portanto, torna claro o conceito de capital social e sua relação com o desenvolvimento local, permite que os estudos acerca dos mesmos deve ser constante na formulação de hipóteses, partindo de uma abordagem teórico, a qual possibilite favoreça que o capital social seja analisado na sua origem.

As análises iniciais referentes ao capital social tinham como distinção o ensaio de explicar acontecimentos limitados aos grupos ou comunidades, todavia as abordagens não se preocupavam em analisar os elementos macrossociais evidenciando que o conjunto de esferas públicas e sua problemática na ordem social apresenta-se como um fator secundário. Portanto, o capital social deveria ser definido pela sua utilidade, já que afirma James Coleman (1999):

“(...) mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de certos atores – sejam eles pessoas ou atores em agregado – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível mas pode ser específico para certas atividades.” (COLEMAN, 1999, p.20)

Para o autor o capital social deve ser entendido como uma fonte de recursos para as pessoas produzirem transformações nas suas relações interpessoais, nesse formato, o capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo, sendo sustentado por duas colunas, a confiança e a reciprocidade. No entanto, o mais perceptível nessa abordagem é que aqueles que produzem o capital social beneficiam-se parcialmente de todo o capital que foi produzido.

O capital social definiu-se pela sua utilização na produção econômica por uma entidade ou várias entidades, os elementos desse capital utilizam-se das estruturas sociais na produção das ações individuais de cada sujeito que compõe a instituição, todavia sua utilização não produz especificamente resultados materiais, o mesmo pode produzir resultados imateriais, já que o mesmo não é totalmente mensurado em algumas atividades, pelo seu valor simbólico individual.

Na ambivalência teórica, a concepção de capital social pode se impor como única forma de mencionar os fundamentos dos efeitos sociais, os quais são muitas vezes nitidamente compreendidos por agentes singulares, cujos efeitos descritos referem-se à percepção da ação nas relações entre os indivíduos, uma vez que Pierre Bourdieu (1998) caracteriza:

“O Capital Social é o conjunto de recursos atuais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU: 1998, p.67)

Nesse sentido, o capital social é um elemento intrínseco, nas macros ou nas micros estruturas sociais, constituído por preceitos e valores nas diversas instituições ou nos distintos grupos sociais, favorecendo aos seus integrantes o processo de cooperação e permitindo aos indivíduos uma interação real com seus membros.

No entanto, é notório que as interações sociais exercem influência mútua independente da variável sociocultural ou econômica dos grupos ou dos elementos que compõem os grupos, o que desvenda que capital social não é sinônimo de capital humano, capital cultural, capital econômico e capital simbólico e tampouco antônimo deles, já que todos os indivíduos pertencentes a um grupo ou a uma instituição são seus proprietários. Nesse sentido, o capital social não é um dado social, mas uma rede de relações pautadas em estratégias de investimentos, alquimia (trocas, comércio, casamento, palavras, presentes, etc.) (BOURDIEU: 1998p.68)

Em síntese, Bourdieu constitui o capital social como conjunto de relações afetivas em redes as quais se estabelecem em decorrência de um subsídio recíproco entre os sujeitos, podendo ser aplicadas para favorecer um sujeito, um grupo ou uma classe social, portanto esse capital pertence a uma pessoa, a um grupo ou uma classe social.

Todavia, é importante salientar que a concepção desse capital social está inserida, sobretudo, nas redes de relações dos grupos, das instituições públicas ou privadas as quais utilizam em prol dos seus interesses de desenvolvimento social ou manutenção da

classe, já que para outro autor as relações que instituem o capital social estão associadas a noção de cultura, através dos seus valores. Dessa forma, capital social pode ser definido na visão de Francis Fukuyama (2001) como:

“(...) um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência.” (FUKUYAMA, 2001p.155).

Esses elementos existentes em qualquer formação cultural e organização social produzem condições, como também entraves na constituição de laços de reciprocidade e de confiança, longe das fronteiras do contexto familiar, visto que o capital social pode apresentar dificuldades de instituir-se em algumas culturas.

A cultura com certeza é um componente fundamental no que se refere à construção de instituições democráticas, tendo por base o capital social, mas não deve ser um fator determinante, ou melhor, não é condição suficiente para explicar o surgimento ou não de instituições democráticas. A principal dificuldade neste sentido é que o termo cultura utilizado nas análises expostas acima está ancorado basicamente nos princípios abstratos das amplas culturas ocidentais, o que não oferece a dimensão total das dinâmicas sociais que existem por trás de cada organização social, bem como das suas práticas formais e informais, ou seja, de suas variantes.

Nas investigações registradas na obra “Comunidade e Democracia a experiência da Itália Moderna”, Robert Putnam (2005) há um convite para o leitor desenvolver uma intrigante reflexão, ao conceito de capital social e sociedade democrática, uma vez que:

“Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não? De Moscou a East Saint Louis, da Cidade do México ao Cairo, aumenta o desespero com as instituições públicas (...), em toda parte, homens e mulheres buscam soluções para seus problemas comuns – ar menos poluído, empregos mais estáveis, cidades mais seguras. O desempenho de uma instituição depende do contexto social, econômico e cultural? Ou será que a qualidade de uma democracia depende da qualidade de seus cidadãos e, portanto, cada povo tem o governo que merece?” (PUTNAM, 2005,p.19)

Tais indagações fazem parte de um arcabouço investigativo de Putnam, nas mais diferentes e diversas regiões geográficas da Itália, viajando de Seveso, cidade ao norte até Pietrapertosa, ao sul do território italiano, o autor responde as questões, investigando e observando a participação cívica da população. Através de atitudes de cooperação entre os cidadãos, o estudioso identifica que o desenvolvimento do capital social e do processo democrático encontra-se presente em associações, grupos ou redes, interligadas e integradas pela necessidade e objetivo comum.

Percebe-se que a união do capital humano, capital cultural, capital econômico e capital simbólico constituem uma propriedade incalculável dentro dos grupos, das redes e das instituições públicas ou privadas, o que possibilita aos atores sociais empregar competências e habilidades individuais em benefício do grupo, gerando e aplicando conhecimento intelectual como estratégia de desenvolvimento local.

Dentro desse ponto de vista, será necessária a análise detalhada da importância da produção de capital social para o favorecimento do desenvolvimento local, via inclusão digital. Estes componentes estão em reciprocidade com a primícia do capital social, entretanto, em decorrência de uma análise regional, as compreensões conceituais do capital que este texto aborda está acoplada à concepção de capital social investigada por alguns cientistas sociais, entre eles: Bourdieu, Fukuyama e Putnam.

A abordagem de capital social nas suas semelhanças e diferenças afirma que os indivíduos não atuam isoladamente, o que permite aos extensionistas contemporâneos descaracterizar a anacrônica e recente história economicista e neoliberal de algumas instituições públicas no Brasil, que ininterruptamente argumentaram e argumentam que os grupos sociais não se consolidam em decorrência de sentimentos egoístas e discursos individuais.

Nesse sentido, o capital social é um elemento intrínseco, nas macros ou nas micros estruturas sociais, constituído por preceitos e valores nas diversas instituições ou nos distintos grupos sociais, favorecendo aos seus integrantes o processo de cooperação e permitindo aos indivíduos uma interação real com seus membros.

Nas suas diversas concepções e singularidades, os estudos em torno do capital social distinguem que para a construção de uma nova agenda pública neoliberal que formata o novo modelo de desenvolvimento econômico e social, o capital social deve estar integrado a outras noções de desenvolvimento. Nessa nova concepção de desenvolvimento, sobretudo nos países em desenvolvimento ou desenvolvimento, é importante ressaltar o que o conceito de Paulo de Jesus (2003):

“Desenvolvimento local é um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais”.(JESUS, 2003, p.72)²⁹

O desenvolvimento local é um processo dinâmico que envolve pessoas de uma determinada comunidade, com a finalidade de melhorar de forma sustentável as condições de vida dos seus habitantes. A intensificação do desenvolvimento local no Brasil iniciou a partir do final do século XX, devido aos efeitos da globalização. A gestão foi desburocratizada havendo, dessa forma, maior participação da sociedade civil nesse processo. As mudanças na agropecuária trouxeram o desenvolvimento para as comunidades locais rurais. As ações foram focalizadas no desenvolvimento e planejamento das atividades produtivas com enfoque do acesso à terra mediante operações de mercado.

“A ação governamental parece ser objeto de controvérsia manifestada em duas tendências principais: (a) a *neoliberal*, que defende formas de prestação de serviços (tradicionalmente fornecidos pelas agências governamentais), fundamentada na participação mais intensa da sociedade, em particular, nos setores privados e (b) a *progressista*, que embora constatando a falência do modelo tradicional de gestão pública, enfatiza a imprescindibilidade da presença do Estado na oferta de serviços sociais.” (JESUS, 2003, p. 74)³⁰

Não se pode estudar o desenvolvimento local sem incluir o desenvolvimento econômico trazendo benefícios para a maioria das pessoas de uma determinada comunidade. A discussão crítica em torno do estudo do desenvolvimento local baseia-se em duas concepções principais de haver uma nova governabilidade e, também, o desenvolvimento alternativo em que a participação da sociedade no modelo econômico

29. Artigo publicado no **A Outra Economia**. CATTANI, Antonio David (Org).. 1ª Edição, Porto Alegre. Veraz Editores, 2003.

30..Ibid,p.74

é eficaz e os fins da economia protegem os bens e os valores da sociedade local, havendo assim, o processo de inclusão social.

A partir dos anos 80 surge a idéia do desenvolvimento sustentável, no qual o respeito ao equilíbrio ambiental e da qualidade de vida são fundamentos cruciais para o desenvolvimento da sociedade. A CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) foi criada em 1987 e é nele que o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) ganha força, seu objetivo é atender as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. São vários os meios para atender a esse objetivo recomendado no relatório, os quais objetivam atender as necessidades de emprego; água, saneamento, alimentação, entre outras.

Houve, ao longo dos anos seguintes, vários encontros entre representantes dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, inclusive na cidade do Rio de Janeiro conhecido como (Rio 92), com a finalidade de chegarem a um acordo viável para o desenvolvimento sustentável ser colocado em prática, a fim de se ter uma melhor qualidade de vida, protegendo o meio ambiente do planeta já tão comprometido, porém devido a interesses diversos na prática, os objetivos principais não saem da teoria para a prática.

Não se pode desvincular o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, pois aquele surgiu da necessidade de frear as ações humanas desastrosas em relação ao meio ambiente, as que vêm a uma situação de colapso. O desenvolvimento sustentável é focado em quatro pontos principais que são: o ambiental, o econômico, o social e o cultural. O ambiental é a base porque foi devido ao seu colapso que surgiu a necessidade de promover e estudar a forma de desenvolvimento sustentável, tendo os demais como os meios para sustentá-lo.

O texto traz a visão de como as ações do homem vêm depredando a natureza e, dessa forma, trazendo diversos problemas ao mundo, como: doença, pobreza, falta de emprego e perspectiva, violência, entre outros, evidenciando que a educação é a base para nos tornarmos produtivos e menos egoístas. Enquanto os governantes dos países ricos e pobres não se dispuserem de verdade a encontrar meios e alternativas para que o

desenvolvimento sustentável saia do papel para a prática, trazendo, dessa forma, o desenvolvimento local para as mais variadas formas de comunidade, a crise tenderá a aumentar e com isso as gerações futuras estarão comprometidas em não mais poder sobreviver .

Com relação a políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social de áreas rurais, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil- (ATER) também se utiliza do desenvolvimento local como fundamento das suas ações, na medida em que adota entre seus princípios a preocupação com formas de gestão comprometida com a democracia e com a participação das pessoas. Esse interesse constitui na dimensão do desenvolvimento local, caracterizada por relações mais cooperativas entre as pessoas. De acordo com os princípios da Ater (2004):

“Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.” (ATER, 2004, p 2-3) ³¹

A fim de finalizar as relações existentes entre, capital social e desenvolvimento local se faz necessário adotar com base as novas políticas públicas e a sua importância no desenvolvimento local, já que esse conceito enquadra-se de forma direta nas implicações da gestão do capital social em parceria com diversos órgãos, uma vez que o conceito de local evidencia essa importância, como afirma os autores José Graziano e Clayton Campola (2000):

“O local representa o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não-transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. “(CAMPANHOLA & GRAZIANO,2000p.3) ³²

Gerir políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social requer não apenas a gestão dos recursos financeiros e do capital social, mas também articular processos que envolvam todos os atores locais, com o mesmo objetivo, constituindo uma

31. Conf: (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater.“Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, (2004)

32. Artigo publicado no Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000 C. Campanhola & J. Graziano da Silva

participação democrática no processo de desenvolvimento local, culminado com fortalecimento dos valores culturais, da cadeia produtiva e do desenvolvimento humano, auto-sustentado pelo arcabouço do capital social local.

CAMINHOS DA DESCOBERTA

A avaliação institucional e de políticas públicas torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre o impacto, mas sobre resultados ou conseqüências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e seus resultados. (BELLORNI, 2003.p.9)

O processo metodológico adotado tem como necessidade estabelecer e apresentar as diretrizes gerais do objeto de coleta e análise, a fim de favorecer uma ferramenta em condições de investigar e informar os impactos de uma política públicas de inclusão digital em uma comunidade rural, favorecendo uma reestruturação na suas novas relações sociais e econômicas, decorrente do advento da Internet. Para isso seus procedimentos foram estabelecidos através da:

3.1 Abordagem qualitativa e descritiva

Em se tratando de construção do conhecimento, segundo Maria Marly de Oliveira (2003) “mesmo que a opção seja por um método qualitativo não invalida a utilização de alguns dados quantitativos, uma vez que dependendo do objeto de estudo, reforça a análise dos dados em termos comparativos”. (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Daí porque, nesse estudo são apresentados alguns dados quantitativos. Ainda parafraseando a autora, o método é um procedimento adequado para estudar ou explicar um determinado problema, fazendo-se necessário a utilização de técnicas. Portanto, a nossa pesquisa segundo Robert Yin (2005) é “do tipo exploratória descritiva, tratando de todos os aspectos do estudo de caso, da definição do problema, do projeto, da coleta e análise de dados à elaboração do relatório.”(YIN,2005, p.26).

Para análise dos documentos, utilizamos a técnica de análise do discurso, apresentada por Eni Orlandi (2005) uma vez que:

“A Análise de Discurso leva a sério a afirmação de que a língua é fato social. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a

língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. (ORLANDI, 2005, p.17)

Entretanto, a análise realizada com relação aos discursos autenticar as conclusões, uma vez que se faz necessário integrar os aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais. Diante dessa abordagem discurso é uma construção social coletiva, uma vez que o contexto histórico-social reflete na percepção de mundo, construídas nas relações do indivíduo com a sociedade.

3.2 Métodos e técnicas

Para nosso estudo, adotamos o método de estudo de caso, por ser uma abordagem eclética que dá conta de um estudo aprofundado de uma determinada realidade, que segundo Robert Yin (2005) “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real”. (YIN, 2005, p.20).

O estudo de caso está focado no Telecentro de Lagoa de Itaenga, e a análise de dados tem como base a metodologia interativa para classificação dos dados em categorias teóricas, empíricas e unidades de análise (OLIVEIRA, 2005, p.103-106). Isso, porque sendo a análise dos dados uma fase complexa na pesquisa a opção por esse tipo de classificação dos dados facilita um melhor entendimento do objeto de estudo.

3.3 Detalhamento do estudo

Para a realização deste estudo, o procedimento metodológico ficou assim estruturado:

- Levantamento e estudo bibliográfico sobre comunicação, políticas públicas, TIC, inclusão digital, globalização e desenvolvimento local em artigo, dissertações, jornais impressos, paper's e teses;
- Observação direta com diário de campo e instrumento de registro fotográfico;
- Entrevistas com o responsável pela implementação do Telecentro e da presidente da ASSIM;

- Aplicação de questionários com os usuários do telecentro, membros da comunidade local;
- Pesquisas em sites acadêmicos, governamentais e comunidades científicas.

Essa pesquisa se constitui como estudo de caso, com intuito de estabelecer uma relação com as políticas públicas de inclusão digital como instrumento de desenvolvimento local, nesse sentido metodológico é importante ressaltar o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – trabalhando da lógica do planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e a análise dos mesmos.

3.4 Amostra

Muita confusão metodológica e muitas afirmações falsas surgem da compreensão equivocada ao se fazer a distinção entre qualitativa/quantitativo na coleta e análises dos dados, com princípios do delineamento da pesquisa e interesses do conhecimento. É muito possível conceber um delineamento experimental, empregando entrevistas em profundidade para conseguir os dados. Do mesmo modo, um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário (...)juntos com outras técnicas. (BAUER, GASKELL,2002,p.20)

A amostra da pesquisa foi constituída por um grupo de 22(vinte e dois) membros, moradores da comunidade de Marreco e sítios vizinhos usuários do Telecentro Rural. Entre esses 22, estão 20 jovens estudantes e 2 associados da ASSIM, o articulador e a presidente.

Os jovens entrevistados foram selecionados por critérios de idade, sexo e especificamente pelo grau de envolvimento com as atividades do Telecentro. A idade estabelecida para os jovens foi de 12 a 21 anos de idade, sendo distribuídos por sexo 05 homens e 15 mulheres, conforme a amostra da pesquisa a ser apresentada. Esse grupo teve como características serem usuários permanentes do Telecentro desde a sua fundação.

Com os jovens foi aplicado um questionário estruturado com 8 perguntas, as mesmas tiveram o interesse de verificar alguns dados, como: o tempo de acesso a Internet, os principais sites utilizados e seus conteúdos visitados no intuito de estabelecer uma relação entre a finalidade do acesso a esse meio de comunicação e a formação do

capital social. O questionário também teve interesse em entender percepção da importância da Internet para a comunidade local, com a finalidade de analisar as possíveis contribuições do Telecentro Rural da ASSIM para o desenvolvimento local.

As duas entrevistas qualitativas semi-estruturadas foram realizadas com o articulador e com a presidente da ASSIM, a entrevista contemplou 8 perguntas focadas em analisar a percepção sobre a proposta de instalação do Telecentro Rural em Lagoa do Itaenga, verificando as possibilidades de relação entre a comunidade, inclusão digital e desenvolvimento local. Outro interesse foi entender a importância atribuída a esses articuladores sobre a formação de parcerias com instituições públicas, a fim de discutir os resultados que esse tipo de estratégia pode trazer para o desenvolvimento local.

A ESTRADA E O FUTURO

Para análise dos dados coletados, segundo o método hermenêutico - dialético de Minayo (1996), uma vez que utiliza os seguintes critérios:

- Condensação das informações obtidas através das entrevistas, análises dos depoimentos e as anotações das observações realizadas.
- Organização dos dados em bloco segundo informações convergentes.
- Condensação dos dados em categorias.

No que se refere a categorização dos dados é importante descrever que a mesma se constitui, um processo que exige muita atenção na codificação dos dados, já que esses constituirão a classificação das categorias. Tendo definido como amostra um grupo de 20 usuários do Telecentro da ASSIM, para a aplicação do questionários, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 8
Distribuição por Sexo e por Faixa Etária

	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	Total
12 -16 anos	1	9	10
17- 21 anos	4	6	10
Total	5	15	20
Percentual	25%	75%	100%

È importante ressaltar que mesmo existindo um equilíbrio no município de Lagoa do Itaenga entre o sexo masculino e feminino, é o que afirma os dados apresentados no último censo demográfico de 2000 e na estimativa populacional de 2007 do IBGE, a área da pesquisa, ou melhor o Telecentro- Rural, a maior parte de usuários são mulheres, já que as coletas foram realizadas em um sábado e um domingo no período da tarde, dia e horário que, segundo a comunidade e o articulador da ASSIM, eram os mais propícios para encontrar os usuários que mais freqüentam o Telecentro.

No entanto, o predomínio de 75% por parte do universo feminino, justifica-se através das observações e anotações no diário de campo, entre elas conversas informais com os moradores da área, os quais argumentaram que a maioria dos homens da localidade prefere jogar futebol e conversar no boteco do que freqüentar o telecentro.

1. Qual o seu nível de escolaridade?

Tabela 9
Distribuição por Sexo e Grau de Escolaridade

	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Fundamental II Incompleto	-	10	10
Fundamental II completo	-	-	-
Ensino Médio Incompleto	5	3	8
Ensino Médio Completo	-	2	2
Total	5	15	20
Percentual	25%	75%	100%

De acordo com a tabela 9 e o gráfico 8, bem como a análise minuciosa da escolaridade versus, idade é possível identificar que a distorção idade série escolar é relativamente pequena, já que a maior parte dos entrevistados está desenvolvendo atividades educacionais em nível compatível com a idade escolar versus série. Todavia é possível perceber que ocorre um predomínio de adolescentes, visto que esses representam 90% da amostra de usuários, restando apenas 10% com idade superior a 18 anos. Percebe-se que no uso da Internet a faixa etária é ainda mais decisiva, já que sua importância aumenta nos setores mais jovens:

2. Qual a renda mensal de sua família, incluindo todos os rendimentos existentes na casa, tais como aposentadoria, salários e programas sociais de auxílio financeiro?

Tabela 10
Distribuição da Renda Familiar por Salário Mínimo

	<i>Até 1 salário mínimo</i>	<i>1 ½ salário mínimo</i>	<i>Até 2 salários mínimos</i>	<i>Mais de 3 salários mínimos</i>	<i>Não sabe</i>
R\$ 380,00	8	-	-	-	-
R\$ 570,00	-	1	-	-	-
R\$ 760,00	-	-	9	-	-
R\$ 1.140,00	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	2
Total	8	1	9	0	2
Percentual	40%	5%	45%	0%	10%

Os resultados da questão dois apontam para uma concentração de renda familiar inferior a dois salários - mínimos, todavia esse dado não se constitui inovador, já que

historicamente a maior parte das famílias que estão localizadas na zona rural, como na periferia urbana das regiões norte e nordeste sempre obtiveram um rendimento inferior em decorrência do grau de escolaridade dos chefes de família, bem como a baixa arrecadação financeira das atividades econômicas desenvolvidas na comunidade.

1. Quando você utiliza a Internet qual o seu principal lugar de acesso?

Tabela 11
Distribuição do Principal Lugar de Acesso na Internet

Lan House	Escola	Domicílio	Casa de Amigos	Trabalho	Telecentro	Outros
-	02	-	01	-	17	-
-	10%	-	5%	-	85%	-

A questão três favorece aqui afirmar a importância da existência do Telecentro Rural da ASSIM, a qual se constitui uma ferramenta estratégica de fundamental importância no processo de aquisição da informação, já que para 85% dos usuários esse local constitui o único local de acesso à Internet gratuita, pois a maior parte dos estudantes não utilizam a Internet na escola, uma vez que a escola não possui, ao mesmo tempo para ser usuário de uma lan house os entrevistados necessitam de se deslocar até o centro da cidade, utilizando o moto-táxi, o que para maioria dos entrevistados implica em ter dinheiro disponível para os dois tipos de serviços, o deslocamento e o acesso à rede mundial.

O fato de ser o principal local de acesso à Internet no telecentro e não o domicílio, modifica de forma relevante o número de pessoas digitalmente incluídas, como transforma o perfil do usuário e evidencia que a população de baixa renda tem diversas dificuldades de acesso, como também menor disponibilidade de tempo de acesso, já que o espaço público de comunicação virtual estabelece o tempo de permanência na rede.

4. Quantas vezes por semana você acessa à Internet, através do Telecentro?

Tabela 12
Distribuição de Acesso à Internet Mensal

diariamente	1 vez por semana	2 vez por semana	1 vez a cada 15 dias	1 vez por mês	Nunca acessou
-	11	03	06	-	-
-	55%	15%	30%	-	-

A questão quatro está relacionada a quantidade de acesso realizado por mês o que torna possível identificar que mesmo a Internet, constituindo um meio de comunicação

de extrema importância na ordem econômica, educacional, comercial, social e cultural, em pleno século XXI, a quantidade de acesso no que se refere ao período mensal é relativamente baixo, uma vez que na soma geral a maior parte dos usuários utilizam esse meio apenas quatro vezes por mês, o que corresponde a um acesso a cada sete dias e meio, equivalendo a um acesso a cada 180 horas. No entanto, é possível perceber que o número de pessoas que acessam apenas uma vez a cada quinze dias é bastante representativo, correspondendo 30% do universo.

5. Quantas horas você gasta na Internet a cada acesso realizado?

Tabela 13
Distribuição das Horas Utilizadas a Internet em Cada Acesso

Menos de 1 hora	De 1 a 2 horas	Mais de 2 horas	Não sabe
-	17	03	-
-	85%	15%	-

A fim de tornar nítida a compreensão da quantidade de horas de acesso, é importante ressaltar o regulamento do Telecentro instituído pelos membros da ASSIM, determinou-se que duas horas seria o prazo máximo de acesso, esse tempo pré-determinado, tem como objetivo principal permitir que toda a comunidade que faz parte da ASSIM utilize o espaço público de comunicação digital, pode se destacar na amostra três usuários de outras comunidades, entre elas, a de Camboa, Imbé e Cai Cai. Dessa forma é possível afirmar que mesmo sendo poucas horas, já que 87% afirmaram utilizar no máximo duas horas, esse regulamento favorece o uso democrático desse espaço de inclusão digital.

6. Quais as principais atividades que você desenvolve na navegação/ no uso da Internet?

Tabela 14
Distribuição das Atividades Desenvolvidas na Internet

	Quantidade	Percentual
Enviar / receber e-mail	20	100%
Mensagens Instantâneas -MSG	4	20%
Chat / bate –papo	13	65%
Comunidades de Relacionamento/ Orkut	4	20%
Dowload de música	-	-
Jogos em rede	01	05%
Pesquisa escolar	11	55%
Pesquisa comunitária	02	10%
Pesquisa para negócios	04	20%
Ouvir música /Assistir a vídeos	02	10%
Outros	-	-

Os entrevistados estão dentro das tendências em relação ao uso da Internet, já que todos os usuários têm como principal atividade enviar e receber e-mail, seqüencialmente temos o bate-papo que obteve 65% das atividades desenvolvidas na web, tais atividades reproduzem os padrões de uso da Internet, já apresentados em diversos estudos. No entanto, o que é interessante observar é que se tratando de uma comunidade rural, com baixo rendimento familiar é que apenas 20% dos usuários utilizam pensando em negócios e 10% utilizam em prol da comunidade, já uma atividade comum, como fazer dowload de música entre os jovens da classe média das zonas urbanas, não é realizada por nenhum usuário.

7. Quais os principais sites que você utiliza ?

Tabela 15
Distribuição Percentual dos Principais Sites Acessados

<i>SITES</i>	<i>Usuários</i>	<i>Percentual</i>
Google	20	100%
Globo	14	70%
Hotmail	11	55%
UOL	10	50%
Terra	02	5%
Ford	02	5%
Wolkswagem	02	5%
pe360graus	05	25%
Oi	04	20%
Claro	04	20%
Outros	01	5%

Realizando uma leitura em ordem decrescente do ranking dos quatro primeiros sites é possível afirmar que o Google está em primeiro lugar por questões culturais de acesso, uma vez que hoje, esse site de pesquisa é o mais utilizado no mundo, em contrapartida percebe-se que o site da globo.com vem em segundo lugar por oferecer uma multiplicidade de entretenimento, em terceiro lugar o hotmail, que é utilizado por 55% dos usuários como principal e-mail, a colocação do site da uol, está atribuído a esse, por ser o mais utilizado site de bate-papo no Brasil. Um fato curioso nesses dados é que o site da ford é acessado como um elemento de caráter simbólico, já que os únicos usuários desse site são dois homens que trabalham diretamente com a produção agrícola e tem como objeto de consumo a compra de uma pick-up.

8. Qual a importância do telecentro para a comunidade e sítios vizinhos?

Tabela 16
Distribuição da Importância do Telecentro para a Comunidade Local e seus Arredores

Muito importante	Importante	Pouco importante
17	3	0
85%	15%	0%

Os dados relacionados ao grau de importância do telecentro para a comunidade, confirmam a importância da inclusão digital no local, sobretudo por essa inclusão não ter o acesso pago, conhecidos como lan house. Para os que atribuíram ser a escala máxima, é importante refletir sobre a ampliação dos espaços democráticos de apropriação tecnológica, garantindo aos cidadãos o direito à comunicação digital gratuita, bem como a sua intervenção crítica e autônoma nas esferas públicas, a fim de estabelecer uma transformação na sua condição social, sobretudo às camadas populares que são conscientes que o telecentro constitui a única opção de acesso à sociedade da informação.

4.1 Matriz Geral das Categorias

Quadro 1

Comunicação Virtual	Capital Social	Desenvolvimento Local	Políticas Públicas
1. Inclusão Digital	1. Participação	1. Parcerias	1. Programas Sociais
2. Uso da Internet	2. Interesses coletivos	2. Instrumentos	2. Parcerias
3. Apropriação das informações	3. Cooperação	3. Construções	3. Sociedade Civil

ANÁLISES das Categorias

Na seqüência das análises da pesquisa, a qual tem a finalidade de validar o que já foi descrito nas páginas anteriores, que objetivam não apenas conceituar, mas também responder às questões que contextualizam a Globalização e Comunicação; Estado, Governo e Políticas Públicas de Inclusão Digital; Capital Social, Internet e

Desenvolvimento Local, e suas implicações no Telecentro Rural da ASSIM no Município de Lagoa do Itaenga.

4.2 Categoria 1: Comunicação Virtual

As análises da primeira categoria procuram estabelecer uma relação sobre a inclusão digital pelo viés da inclusão social, tendo como instrumentos a comunicação virtual e o espaço público de comunicação, para isso saliento algumas partes que considero importantes nas falas dos entrevistados no que se refere à questão 6.1 que indagou sobre a importância do Telecentro para a comunidade? As respostas obtidas foram:

Com o telecentro a comunidade tem acesso a todo tipo de informação, porque o acesso a Internet é rápido e não é pago, então podemos bate papo no MSG e se informar a respeito de tudo, das novelas, das receitas de Ana Maria Braga, sobre o meio ambiente, preservação, conservação, agricultura orgânica e preço de sementes. Entrevistado 03

Todos podem usar o computador e a Internet para pesquisa da escola, para bate-papo, para assistir vídeos sobre esportes, sobre o campeonato pernambucano, as meninas podem pesquisa receitas de bolos, no site da Globo, tudo isso sem precisa de ninguém sair da comunidade para ir a lan house na cidade, porque aqui agora também tem Internet. Entrevistado 04

Agora as pessoas da comunidade, podem pesquisa sobre produtos agrícolas, projetos do governo e conversar ao vivo com parentes que moram longe, usando a Internet perto de casa, sem gasta dinheiro com o moto táxi e com a lan house. Entrevistado 11

Nesse sentido, é possível perceber que as descrições acerca do acesso não pago à Internet é um elemento intrínseco nos três entrevistados, ressaltando que a importância do Telecentro está associada também aos benefícios que a mesma pode gerar na aquisição de informações sobre elementos que viabilizam estratégias de desenvolvimento. Com a intenção de afirmar que o Telecentro corresponde ao principal local de acesso à rede mundial de computadores é permitido trazer aqui os dados apresentados na tabela 11 e no gráfico 10, onde 85% dos usuários declaram que esse espaço público de comunicação digital se constitui como principal local de acesso à Internet.

No tocante ao processo de entretenimento, esse espaço público de comunicação digital tem contribuindo parcialmente ao lazer, já que os três principais sites acessados com esse fim é respectivamente do Hotmail, da Globo e do UOL, em ordem decrescente os dados apresentados na tabela 15 e gráfico 14, evidenciam os seguintes números

100%, 70% e 55%, o primeiro está associado ao bate-papo instantâneo – MSG, o segundo a outras formas de entretenimento relatadas nas falas dos entrevistados 03 e 04. Tais dados e afirmações revelam que os jovens da localidade, principais usuários do telecentro produzem pouco interesse no que se refere a uma leitura crítica dos usos das mídias eletrônicas no contexto de um site de entretenimento que além de oferecer informações, também, disponibiliza conhecimento de maneira virtualmente prazerosa, um único exemplo: jogos virtuais de educação ambiental. Essa afirmação tem por base os seguintes depoimentos:

Porque facilita no trabalho da escola, porque qualquer dúvida que um estudante tem ele vai lá no google e digita a palavra e aparece tudo que ele precisa. Entrevistado 08

Porque é no telecentro que a gente pode usar para fazer trabalhos da escola no google, e a gente pode usar a Internet para conversar também com qualquer pessoa. Entrevistado 15

A fim de concluir a primeira categoria, é possível afirmar que independente do site acessado, o telecentro tem possibilitado a uma parte da população local, especificamente os jovens, a inclusão digital pelo viés da inclusão social, já que esse espaço também tem oportunizado o acesso às informações, podendo viabilizar um acréscimo na geração de renda, através das informações disponibilizadas em receitas no site de entretenimento da Rede Globo.

No entanto, a ausência de percepção crítica no que se refere ao uso da informação disponibilizada na rede, referentes as reais necessidades reais da comunidade, pode favorecer, no futuro, caso não ocorram mudanças quantitativas e qualitativas nos acessos aos endereços eletrônicos, um enfraquecimento futuro das principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade. A fim de validar o argumento apresentado é possível identificar na fala de um dos principais atores locais a importância da informação para a comunidade.

A informação hoje é fundamental pra que a gente possa elaborar tudo , a gente quer que eles trabalhem nessa proporção, agora mesmo tou puxando por eles pra fazer um vídeo, dos agricultores agroecológicos, das plantação, das família na plantação porque isso é interessante porque eu participo muito de eventos e isso é interessante pra vender os nossos produtos, de divulgação do trabalho aqui da nossa comunidade na Internet, até porque a ASSIM vai participar do Fórum de Economia Solidária [...].Articulador da ASSIM

4.3 Categoria 2: Capital Social

As análises da segunda categoria procuram estabelecer uma identidade com o capital social em diversos aspectos, estabelecendo como ponto de partida a cooperação, seguida de outros itens, entre eles, o econômico e político, já que sucintamente o capital social também se expressa pela capacidade de uma sociedade estabelecer relações de confiança e redes de cooperação com interesse coletivo. Com a intenção de encontrar uma resposta para esse conceito, bem como para averiguar o seu uso na localidade, a questão 7 teve por objetivo busca respostas de como a comunidade de Marreco pode se beneficiar com o uso do telecentro e da Internet? As respostas obtidas foram:

[...]só trabalhou a gente, contratava o pedreiro , o carpinteiro era a gente mesmo (risos), eu fiquei com meu dedo todo doído de bater prego, mas assim a comunidade de Marreco aderiu mesmo a história do Telecentro. Uns pintavam, outros pegavam areia eu sei que foi de fato um mutirão pra deixar isso pronto aqui em trinta dias. A gente corria aqui as empresas de PVC pedia a um pedia a outro e ia até a cidade para pedir nos mercadinhos, no armazém em todo o comércio de Lagoa do Itaenga[...] Entrevistado: Articulador da ASSIM

O telecentro é importante para aprender a usar o computador e a Internet, pois para nós alunos da comunidade pesquisarem trabalhos escolar. Para a comunidade saber a respeito da previsão do tempo, já que aqui todo mundo planta, a gente que saber sobre isso pode informar, com a Internet a gente pode se informar sobre uma oportunidade de emprego. Para os trabalhadores da agricultura orgânica divulgarem seus produtos na Internet, já que quase todos eles vão para a feira no Recife vender seus produtos. Entrevistada 01

Os jovens podem utilizar as informações que buscaram para ensinar os mais velhos, já que eles não sabem o computador. Os jovens podem pesquisar sobre novas invenções, sobre plantações, como irrigar, como tratar o solo, como colher e ensinar para os mais velhos que também não sabem ler. Porque eles não sabem dessas informações, porque eles não sabem usar o computador e não sabem usar a Internet. Entrevistado 16

De acordo com os entrevistados acima é possível perceber nos discursos uma semelhança na necessidade de colaborar com diferentes tipos de relação interpessoal ou grupal, já que em decorrência das fragilidades do capital social existente nos moradores locais, o sentido de cooperação torna-se uniforme na participação social. Para os usuários o Telecentro e a Internet são instrumentos importantes, pois o acesso as informações na rede podem ser utilizadas em prol da necessidade coletiva, entre os diferentes atores sociais no âmbito da colaboração com os indivíduos de outra faixa etária e de baixo nível escolar.

No entanto, é admissível aqui legitimar que a construção, ou melhor, a utilização do capital social estrutura-se pelo âmbito econômico, já que os usuários afirmam:

Porque com a Internet as pessoas podem ter informação sobre agroecologia, porque aqui na comunidade as pessoas trabalham com produtos orgânicos, então as pessoas podem entrar no site da globo e entrar no site do globo rural e enviar uma pergunta sobre agroecologia. Eles podem perguntar como podem plantar mais no mesmo lugar, assim você pode comprar semente mais barato, pode sabe qual o período do ano que deve plantar e se vai dá logo os frutos, aí com a Internet e usando sites sobre agroecologia, ai melhora muito. A comunidade vai plantar e colher mais, além de ficar conhecida. Entrevistada 08

Usando a Internet para se informar a respeito de doenças e de receitas de tortas e doces, para fazer e vender na feira. Procurar emprego, pesquisar preço de semente e procurar novos lugares para vender os produtos agroecológicos da gente. Entrevistada 03

Nesse sentido, é importante destacar a importância do desenvolvimento econômico, através do fortalecimento dos setores: primário, secundário e terciário na localidade, já que as atividades de trabalho na área estão direcionadas para o setor agrícola através da inovação na produção, na ampliação do mercado, na reestruturação da agricultura familiar e na aplicação do novo conceito na agricultura, o qual tem seu foco na agroecologia.

Diante dessas representações apresentadas nos discursos, é preciso averiguar de forma mais intensa a importância da utilização do capital social na ordem econômica para indivíduos e grupos que estão diante de uma nova inclusão social, o que do ponto de vista prático está associado às novas políticas públicas e seus programas de resgate social, bem como o desenvolvimento econômico localizado. Essa reflexão encontra-se em consonância com as respostas de três entrevistados:

Fazendo trabalhos da escola no telecentro e digitando projetos agrícolas, a comunidade pode se beneficiar através das informações do sites agrícolas. Porque com a Internet a comunidade fica sabendo sobre as festas das comunidades, sobre programas agrícolas da universidade e do governo federal, porque Luis Damião passa por e-mail e a gente fica sabendo dos acontecimentos político que favorece a nossa comunidade. Entrevistado 06

Pode se beneficiar se informando levando as notícias do globo rural para a comunidade, notícia do SERTA, do governo e da UFRPE, pesquisando no google sobre programas e verba para a agricultura. Entrevistado 10

[...] hoje a associação tá ligada na rede no Fórum da Economia Solidária , eu tou aberto no e-mail da associação, eu tenho várias informação, isso que vai acontecer no festival que a gente participava comercializando ,a gente também tá ligado na RECAPE (Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco) e no SERTA, que trabalha com esse questão de comercialização dos produtos agrícolas, a gente também fica sabendo dos programas e dos recursos do governo federal na agricultura familiar, sabe de tudo que acontece no UFRPE e no PAPE. Aí todo mundo tem que sair espalhando as notícias que vê na Internet, inclusive eu. Entrevistado: Articulador da ASSIM

A fim de finalizar as análises relacionadas à categoria de capital social, é possível verificar que tudo que foi exposto pelos usuários do Telecentro, torna necessário promover a discussão, através de algumas questões fundamentais a respeito da importância do capital social no desenvolvimento local, para isso é preciso avaliar questões relacionadas à formação cultural, à aquisição da confiança, da reciprocidade, da cooperação, da solidariedade, bem como à própria noção de desenvolvimento humano e desenvolvimento local. Entretanto o capital social apresentado através dos discursos favorece a comunidade a construção de novos projetos coletivos, através da identificação das formas e condições que o capital social apresentado no local produz e reproduz.

4.4 Categoria 3: Desenvolvimento Local

No que se refere às análises da terceira categoria, o desenvolvimento local abordado aqui estabelece uma relação entre o capital social e a Internet, visando identificar em que medida esses mecanismos favorecem a existência do conceito já descrito no segundo capítulo. Para averiguar a percepção dos usuários do Telecentro sobre a utilização da WEB para a equidade local, a questão 8 foi elaborada a fim de identificar como as informações adquiridas na Internet podem favorecer o processo de desenvolvimento local. As respostas alcançadas foram:

Algumas meninas já aprenderam, no site de Ana Maria Braga, receitas de novos bolos e novos beneficiamentos de cenoura, beterraba, macaxeira e milho, e estão ajudando a família, porque estão fazendo bolo de macaxeira, bolo de milho e estão sabendo na Internet onde tem semente mais barato, isso tudo ajuda a comunidade a produzir mais na agricultura e hoje vender mais. Entrevistada 03

È muito importante porque se todos usarem bem, saberem onde a gente vai pesquisar e mandar perguntas, a gente pode melhorar a agricultura. Na Internet tem tudo, como plantar, como colher e onde vender. Tem informações, notícias sobre saúde, doenças e festas. A gente melhora muito,

porque a gente tá participando de eventos e novas feiras de agricultura.
Entrevistado 10

No ensaio de compreender melhor as transformações ocorridas no local, através do uso da Internet como ferramenta no processo de desenvolvimento da comunidade da ASSIM é possível identificar através das falas algumas mudanças importantes no processo de desenvolvimento humano do grupo, já que uma parte dos usuários está utilizando as horas disponíveis do Telecentro para pesquisar informações que possibilitem o aumento da produtividade econômica do grupo.

No entanto, é pertinente aqui salientar que as informações adquiridas na rede permitiram um aumento nas atividades de produção agrícola, proporcionando um aumento na renda familiar, afirmando o que foi discursado pelos dois usuários acima, em semelhantes e também diferentes leituras sobre a participação de todos no desenvolvimento da agricultura como principal atividade de renda na localidade.

È importante descrever que outros elementos também foram apontados como perspectiva de desenvolvimento local, uma vez que a melhoria do desenvolvimento socioeconômico reflete também questões relacionadas às transformações culturais e políticas, para confirmar a análise temos como referências as seguintes declarações dos usuários:

Usando a Internet para se comunicar sem gastar dinheiro, usando o site da Claro e da Oi, passando mensagens sem gastar dinheiro, se informando sobre esportes, campeonato pernambucano, sobre novos tipos de plantação, aprender no bate-papo sobre outras culturas, outras formas de viver, conversar com pessoas de outro nível de educação e aprender com elas, procurar trabalho, tudo isso em um único lugar aqui em Marreco no Telecentro e detalhe sem gastar dinheiro com lan house e moto-táxi.
Entrevistado 05

Se as pessoas usarem direitinho e certo, principalmente os jovens, a comunidade pode enviar projetos para a Universidade Rural e para o Governo Federal, assim a gente pode ser patrocinado em um projeto de agricultura. Os jovens desempregados podem fazer pesquisas sobre empregos e enviar seu curriculum. Assim a comunidade pode melhorar, ter mais informações e ganhar um pouco mais de dinheiro. Entrevistado 11

È possível perceber a importância do uso da Internet como instrumento de transformação socioeconômica, uma vez que a mesma está contextualizada através do acesso às outras informações que viabilizam a melhoria da população local, através da inserção dos indivíduos da comunidade no mercado de trabalho, já que ambos os

usuários acima declaram em utilizar a Internet na aquisição de informação relacionada a emprego.

No tocante à participação da população local nas atividades econômicas agrícolas é pertinente destacar que alguns jovens usaram a informação disponível na Internet para inserir-se no mercado de trabalho, é o que relata o usuário:

Tem muitas informações que estão na Internet que ajudam a nossa comunidade a ter oportunidade de trabalho, por exemplo, saíram daqui cinco meninos para colher maçã no Rio Grande do Sul, pois foi na Internet que eles souberam que era o período da colheita e que as fazendas estavam precisando de trabalhadores da agricultura, aí eles foram para lá e já estão trabalhando. Entrevistada 12

Percebe-se aqui que a comunidade rural da ASSIM deixa nítido que a Internet constitui-se um importante meio de comunicação no processo de transformação local, já que a mesma também é utilizada para fins que possibilitem um aumento nas atividades econômicas locais, envolvendo todos os processos da produção do trabalho no aumento da geração de renda dos grupos familiares. Com o intuito de finalizar é perceptível que a reorganização espacial da produção da comunidade integra no cotidiano outro elemento à Internet, uma vez que a instalação do Telecentro, ocorreu através da participação da comunidade em parcerias com diversas instituições no que se refere as Políticas Públicas de Inclusão Digital.

4.5 Categoria 4: Políticas Públicas de Inclusão Digital

As reflexões acerca da importância das políticas públicas para o desenvolvimento local, bem como a compreensão do atual papel do governo na suas formas de gerir o Estado torna possível afirmar que as atuais políticas públicas de inclusão digital vêm oportunizando parcialmente algumas comunidades rurais a inserir-se em novo meio de comunicação. A importância dessa inserção revela-se essencial nesse período contemporâneo, uma vez que a gestão governamental torna-se presente na participação democrática nos processos políticos, seja indiretamente através dos representantes eleitos pelo voto popular ou pela participação direta na gestão dos orçamentos públicos e dos programas sociais.

Para confirmar a presença da comunidade nas políticas públicas é importante relatar o que os principais gestores da ASSIM descreveram sobre o processo histórico da elaboração, implementação e execução do Telecentro. A fim de obter resultados sobre o surgimento do espaço público digital, foi elaborada uma questão referente à proposta de instalação do Telecentro comunitário em Marreco, o articulador político da ASSIM como a presidente descreveram que esse processo ocorreu através:

[...] essa iniciativa de informatizar a zona rural, a gente já tinha muito menos de o pessoal da incubadora chegar aqui né? que a gente se organizou um grupo daqui da comunidade, já vinha lutando por um centro de informática aqui dentro, demos algumas viagens no Recife, atrás de algum lugar que pudesse doar esses computador pra fazer isso aqui e não conseguimos, aí a gente se reuniu com a rifa de alguns prêmios e vendemos aqui, outras associações nos ajudou e nos espaço de feira a gente conseguiu arrecadar R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais) e compramos um computador pra a associação, isso aí em mais ou menos em 2004, a gente botou a rifa em outubro de 2004 e aí em janeiro de 2005 a gente comprou o computador pra associação, aí ficou o computador , uma impressora HP né? Nesse tempo também apareceu a UFPE e a INCUBACOOOP e nos ajudou, com orientação [...]Entrevistado :Articulador.

[...]olhe, é, foi sempre através do pessoal de lá né? Da UFPE da Federal que surgiu né? Até porque faziam dois anos e meio que a gente tava com o professor Guilherme e o pessoal do PAPE sempre que vinha de lá, aí eles falaram, começou conversando com a gente sobre a importância do telecentro ali, ele disse que ia ver se conseguia porque tinha um lugar que tinha , mas ninguém dava valor porque tinha gente que não acreditava que a gente podia ter um Telecentro se ainda não tinha um na cidade de Lagoa[...].Entrevistada: Presidente

Torna-se semelhante no discurso desses entrevistados que a necessidade de um espaço público de comunicação digital, surgiu nos últimos três anos em decorrência de um ação coletiva que teve no seu processo histórico, uma participação democrática entre os membros da comunidade em parceria com diversas instituições, enraizadas na Universidade Federal Rural de Pernambuco, o que torna pertinente afirmar que nesse processo de implementação de um política pública de inclusão digital ocorreu a participação de diversos atores sociais.

A necessidade de compreender e avaliar a importância das parcerias enfatizou a questão dois que buscou identificar quais os principais parceiros e atores responsáveis pela elaboração, implementação e execução do telecentro comunitário da ASSIM. De acordo com os entrevistados, os parceiros são:

[...] Associação sem parceria ela não é nada, e as parcerias que a gente tem é boa, pois a gente tem parceria com a Universidade Rural e a gente sabe que

a Universidade tem mil e umas parcerias né? parcerias através da COEP foi que a gente conseguiu ter esse telecentro, e assim o anseio também da comunidade, assim os pessoal da incubadora- INCUBACOOOP, né, sempre disseram quando chegavam aqui pra gente, que eles não iam trazer nada contra pra nós, eles vinham nos mostrar como conseguir as coisas e sempre as idéias que eles traz a gente abraça com vontade mesmo e bota aquilo pra frente[...] Olha a gente tem participação com o Ministério das Comunicação através do programa GESAC que é o seguinte: Eles coloca a antena, sede pra nós a internet grátis, também tem um aparelho telefônico, que veio também do Ministério da Comunicação que liga a Internet via Satélite, a associação não paga a Internet, a Internet é um serviço pago pelo Ministério da Comunicação[...].Entrevistado: Articulador.

Olhe tem com a INCUBACOPE, tem o GESAC, tem a Prefeitura, tem o IPA, é tem a COEP, tem a Universidade, tem o SERTA e a gente tem uma parceria também com a comunidade Cai e Cai que é uma nossa parceira também no dia – dia. Entrevistada: Presidente

Analisando a importância das atuais parcerias existentes nas políticas públicas, seja pela participação das instituições públicas ou privadas, das associações, das cooperativas, das organizações não-governamentais é possível afirmar que as transformações ocorridas no desenho institucional do Estado, bem como a sua gestação tem favorecido o surgimento da participação da sociedade civil na gestão dos programas sociais, podendo a mesma está colaborando no processo da elaboração, da implementação ou da execução de uma política pública.

Logo, é perceptível que a inovação das diversas instituições na participação das políticas públicas, tem ampliado a ação científica nos contextos populares, oportunizando as diversas instituições voltadas para o desenvolvimento humano, tanto pelo viés econômico quanto pelo social, um participação focada no desenvolvimento das localidades. Nesse contexto a participação democrática constitui-se um instrumento mais eficiente e eficaz na gestão das políticas públicas direcionadas aos contextos populares, já que a verdadeira constituição do processo de cidadania ocorre através de uma intensa participação da sociedade civil em todo o processo político.

Diante das descrições feitas sobre a importância das parcerias para fins comuns, o discurso do articulador político da localidade estabelece como palavras chaves, parceria e comunidade.

[...] aqui a gente aderiu mesmo as melhores ajuda, a gente correu atrás de muitos parceiros, fomos na UFRPE, na Secretaria de Educação de Lagoa, no SERTA, na Caixa Econômica da Conde da Boa Vista, na

INCUBACOOP, falou com gente do GESAC, a gente buscou, a gente fez acontecer é por isso que eu acho que pra inverter esse quadro das coisas sempre acontecer na sede e na zona rural acontecer depois, então essas coisas depende muito da organização das pessoa que mora naquela comunidade, a gente precisa se fortalecer [...].Entrevistado: Articulador.

O discurso desse ator social está em consonância com outro membro responsável também pela administração da ASSIM, já que durante o processo de instalação do Telecentro surgiram diversos obstáculos, todavia o interesse da comunidade esteve presente através de diversas ações, sobretudo na busca pelas parcerias. Essa ação está registrada no momento que:

[...] olhe, o Telecentro a gente não tinha onde implantar, foi durante um mês que é, o pessoal deram pra gente, então tinha que arrumar um lugar lá pra instalar os computadores, deram um mês a gente não tinha onde, nem aqui e nem ali um lugar para fazer o Telecentro, mas tinha na comunidade uma garagem, que não usava muito, aí o pai de Luiz cedeu pra gente a garagem.Foi a principal dificuldade. Não tinha nada só as paredes né? A gente foi atrás é, conversou com os sócios da ASSIM uns colaborava com alguma coisa, outros com ajuda mão de obra e a Prefeitura entrou com os móveis. Entrevistada: Presidente

Entretanto, o que unificou a comunidade foi mais que os obstáculos, já que a necessidade de um espaço de comunicação digital oportunizou a comunidade o fortalecimento, buscando de forma mais eficiente melhores resultados na participação democrática, enquadrando nesse contexto que os objetivos comuns não foram totalmente conquistados. Todavia é pertinente avaliar quais são os objetivos do Telecentro, para obter resposta foi elaborada uma questão direcionada aos objetivos da ASSIM com o uso da Internet?

[...] pensar nisso aqui como uma fonte de gerar renda também, existe a produção orgânica aqui, então o Telecentro pode servi pra armazenar dados, aqui todo ano existe a declaração do ITR (Imposto Territorial Rural), a gente paga cinco real pra a Secretaria de Cultura fazer , eu disse, se capacitam, buscam na Receita o programa, vocês podem fazer do produtor da comunidade aqui, fica uma coisa dentro da comunidade, a gente cobra um real, ajuda a todo mundo.[...] são muitos objetivos, até porque são mil e uma utilidades que esse telecentro tem , também é objetivo armazenamento de dados, se quando a gente for fazer um projeto já souber quantos hectares tem a terra de fulano, quantos hectares tem a terra de A de B, quantos pé disso e daquilo tem plantado, a gente precisa saber dessas informações, então é só a gente ir na pasta de dados do computador , a gente já tira daqui ok! Já adianta e muito o projeto. A informação hoje é fundamental pra que a gente possa elaborar tudo, a gente quer que eles trabalhem nessa proporção, agora mesmo tamo puxando por eles pra fazer um vídeo dos agricultores agroecológicos, das plantação, das família na plantação, porque isso é interessante porque eu participo muito de eventos e isso é interessante pra

vender os nossos produtos, fazer divulgação do trabalho aqui é interessante e se criado por eles é melhor, porque assim eles participam. Entrevistado: Articulador.

O objetivo é formar jovens em computação que agora no mês de dezembro e depois a cada três meses forma outra turma, né? Conseguimos para lá um professor com a Prefeitura e ele agora no mês de dezembro ta formando uma turma. E agora tem outro objetivo, também a gente tem que usa o Telecentro para fazer projeto aí eles mesmos, os jovens fazem né? Os projetos feito pelos jovem para ajudar a comunidade[...] usar a Internet para trabalho de escola, divulgar o trabalho da comunidade[...]. Entrevistada: Presidente

È possível afirmar que um dos objetivos do Telecentro estabelecidos pela ASSIM é integrar o usuário na participação de atividades locais, sobretudo as voltadas para um melhor direcionamento na produção econômica, envolvendo todos os seus setores, inclusive o de utilizar a Internet como veículo de divulgação dos seus produtos agrícolas orgânicos. No entanto, é pertinente lembrar que a Internet, bem como o Telecentro, em geral, constitui-se para os jovens usuários um espaço de comunicação voltado tanto para à informação como para o entretenimento, já que na pesquisa realizada com esses o tempo de uso está espontaneamente mais direcionado às necessidades individuais que englobam também a diversão.

Mesmo evidenciando que as necessidades individuais se sobrepõem as coletivas, um número razoável de usuários já desenvolvem atividades que beneficiassem a comunidade local, no uso da informação referente ao beneficiamento das matérias primas, favorecendo o fortalecimento e a inovação na atividade econômica local, oportunizando algumas famílias a diversificar os produtos a fim de melhorar a geração de renda.

O espaço público de comunicação digital – Telecentro, é um local de acesso à cultura, à educação, à formação, ao entretenimento, à informação, como também um espaço de produção comunitária, para isso a participação de todos na aquisição, na produção e gestão da informação oportuniza a democracia participativa, sobretudo no estímulo à participação direta dos cidadãos enquanto atores sociais e agentes de transformação. Portanto, é admissível que o Telecentro e os seus principais usuários procurem desenvolver atividades de valorização e acesso à participação democrática no processo de construção da cidadania.

Com a intenção de finalizar a compreensão entre políticas públicas de inclusão digital, Internet e sua relação com o desenvolvimento local, foi questionado como poderia a Internet beneficiar a comunidade? As respostas apontam diversas abordagens no que se constitui o Telecentro.

Olhe tanto ela pode beneficiar, né? Sabendo usar ela, porque aqui também era difícil telefone, agora eles podem conversar com as famílias que têm em São Paulo, no Rio de Janeiro, eles ficam tudo conversando com a internet, né? Que a internet é de graça, eles ficam tudo conversando com os familiares de longe pela internet. Entrevistado: Presidente

[...]é pode beneficiar, porque, assim, os arquivos, as pastas deles, que eles tinham que fazer é das hortaliças eles faziam em mãos e agora eles tão fazendo tudo no computador, né? Tem um jovem chamado Danilo que ele tem dentro da agricultura sua família, que mexe com verdura e ele visita tudo que tem dentro do computador, nos arquivos, comercializar também, eles têm tudo na internet, porque já fizeram a página da Associação, tem um monte de coisas que eles fizeram, sempre eles tão lá né? a gente pensa que não, tá tudo lá trabalhando no computador. Olhe, houve uma grande melhoria, porque os meninos não tinha em Recife lugar que eles botasse as mercadorias, em Boa Viagem eles não tinha nem como se comunicar, né. E agora muita gente já vê na internet os produtos que eles tem, aí assim eles já pensam e perdem por e-mail, tem agricultor que tem mais freguês depois que eles colocaram na internet a página da associação na Internet. Entrevistado: Articulador

È possível afirma que a universalização dos direitos do cidadão, como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho exigem políticas públicas que invistam recursos em estruturas mínimas na gratuidade de seu acesso. As políticas públicas de inclusão digital oportunizam o acesso aos espaços de comunicações voltadas também para o aumento na produção de suas atividades econômicas, tenho em vista que a lógica aqui apresentada não estrutura-se na relação do mercado-consumidor, já que o uso da Internet, através do e-mail, tenha se apresentado como a ferramenta mais importante desse espaço de comunicação.

Na tentativa de estabelecer que a Internet favoreça outros instrumentos de desenvolvimento é importante salientar que a tecnologia quando utilizada como agente transformador, oportuniza no cotidiano o aparecimento do potencial da comunidade, seja através do fortalecimento do grupo nas relações sociais ou econômicas, ou nas práticas culturais. Apresenta-se, com base nesse argumento a participação dos atores locais, envolvidos com a melhoria da comunidade utilizando como estratégia à participação de todos da sociedade na elaboração, implementação e avaliação de uma política pública de inclusão digital com objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico, o fortalecimento cultural e o surgimento de uma percepção política

crítica de todos os grupos que formam o Brasil. Mas o que poderia se caracteriza percepção política critica, uma vez que:

Entrevistadora: Acredita que o GESAC é importante para a comunidade?

Entrevistador: Acredito que sim.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistador: Eu não sei nem como explicar, mas eu acredito....

Na perspectiva de concluir, é importante salientar que é necessário construir uma política de inclusão digital que favoreça não apenas uma participação democrática no processo de desenvolvimento dos grupos, mas a construção de uma sociedade que identifique, não apenas a informação como ferramenta fundamental para o processo de desenvolvimento local, mas também a informação como elemento para construção do conhecimento político, cultural, educacional, econômico e social.

CONCLUSÃO

O percurso metodológico já abordado se baseou na entrevista realizada com duas pessoas e nas vinte respostas do questionário apresentado, além das observações diretas anotadas no diário de campo e no registro fotográfico. O conjunto do material para a realização da pesquisa no âmbito do estudo de caso permitiu analisar a importância das políticas públicas de inclusão digital como instrumento de desenvolvimento local. Reconhecendo a abrangência do tema fizemos à opção de estudar as mudanças ocasionadas no cotidiano de seus usuários, bem como, os impactos decorrentes do novo canal de comunicação com a presença do telecentro existente na comunidade rural da (ASSIM) em Lagoa do Itaenga. No processo de construção teórico-empírica do trabalho utilizamos as categorias: comunicação virtual, capital social, desenvolvimento local e políticas públicas.

Nos objetivos gerais foram analisados os impactos do Telecentro na comunidade rural de Lagoa do Itaenga como novo espaço digital fruto de parcerias entre instituições públicas, instituições privadas, organizações não-governamentais momento em que a sociedade civil vive um amplo processo da globalização apoiada pelas novas formas de administrar o Estado. Destacam-se as reformulações nas políticas públicas voltadas para os programas sociais, um exemplo à democratização da comunicação, o que vem oportunizando uma parcela da sociedade a se informar e comunicar com as novas tecnologias da comunicação e da informação na busca do desenvolvimento local.

Respondendo ao objetivo específico de estudar a importância das políticas públicas e procurando analisar o papel do Estado, seu impacto no processo da comunicação pelos dados teóricos e empíricos pode-se afirmar que a partir desse estudo de caso, podemos compreender melhor a seriedade das políticas públicas, ou seja, do papel do Estado e seus impactos na área de comunicação. Garantir o acesso aos instrumentos materiais de comunicação a grupos de pessoas cujo poder aquisitivo não permitiria o acesso à rede mundial de computadores constitui-se outra forma de política pública do Estado. Salienta-se que um melhor resultado em política pública depende do fortalecimento das parcerias entre as instituições públicas, privadas e os atores sociais locais.

A partir da comunidade de Marreco, mesmo sabendo ser um estudo de caso o resultado não pode ser generalizado, como também, não se pode negligenciar o resultado, pois é um indicador do que acontece na sociedade contemporânea. Essa forma de intervenção do Estado demonstra que as atuais políticas públicas de inclusão digital vêm oportunizando parcialmente algumas comunidades rurais a se inserir em um novo meio de comunicação, cuja importância revela-se essencial nesse período da sociedade da informação e da comunicação, onde a conquista de acesso ao mundo digital poderá capacitar a comunidade para outras conquistas.

As políticas públicas de inclusão digital têm evidenciado uma relação com o desenvolvimento local, uma vez que o acesso à comunicação digital está interligado à internet, constitui-se uma estratégia para o desenvolvimento local, porque a partir da própria origem do Telecentro os elementos presentes no conceito de desenvolvimento local foram mobilizados como: parceria, organização, valorização das atividades locais e promoção de renda, todavia é importante descrever os impactos das ações coletivas, uma vez que Carlos Jará (1998) já que “[...] a perspectiva de desenvolvimento local, além dos mais, surge como resposta do movimento social ao aprofundamento da globalização dos circuitos produtivos, comerciais e financeiros” (JARA, 1998, p.53) .

Na tentativa de estabelecer que a internet motive outros instrumentos de desenvolvimento é importante salientar que a tecnologia quando utilizada como agente transformador, favorece no cotidiano o aparecimento do potencial da comunidade, seja através do fortalecimento do grupo nas relações sociais ou econômicas, ou nas práticas culturais.

Apresenta-se, com base nesse argumento, a participação dos atores locais envolvidos com a melhoria da comunidade utilizando como estratégia a participação de todos da sociedade na elaboração, implementação e avaliação de uma política pública de inclusão digital com objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico, o fortalecimento cultural e o surgimento de uma percepção política crítica de todos os grupos que formam o Brasil. Essa estratégia de participação representa outra variável ao desenvolvimento local, uma vez que ele implica em articulação constante com diversos atores e esferas públicas, seja através da sociedade civil, das organizações - não governamentais, das instituições privadas e do próprio governo.

É importante salientar que é necessário construir uma política de inclusão digital que favoreça não apenas uma participação democrática no processo de desenvolvimento dos grupos, mas a construção de uma sociedade que identifique a informação para geração de conhecimento como ferramenta fundamental para o processo de desenvolvimento local.

Na resposta do primeiro objetivo específico que se constitui em estudar a importância das políticas públicas procurando analisar o papel do Estado e seus impactos no processo da comunicação. Ressalte-se sobre as transformações socioeconômicas, as quais têm seu ponto de partida nas parcerias entre instituições públicas, instituições privadas e organizações não-governamentais, associações e cooperativas, entre outros que visam agilizar o processo da comunicação em busca do desenvolvimento local.

Diversas políticas públicas de inclusão digital já foram implementadas em todo o Brasil e outras estão em andamento, o que favorece a existência de um amplo e complexo debate acerca de todos os assuntos no que diz respeito à implementação, manutenção, infra-estrutura, tipos de conexão, gestão administrativa, aproveitamento dos recursos humanos locais, capacitação contínua e financiamento dos PDI's. Baseada na pesquisa realizada no Telecentro Rural da ASSIM é possível realizar um debate amplo que reúna todos os atores sociais envolvidos nas práticas de uma política pública de inclusão digital via inclusão social no país.

No entanto é importante salientar que as políticas públicas de inclusão digital e seus impactos no processo de democratização do acesso da camada popular à sociedade da informação, podem favorecer transformações nas relações pessoais e na cadeia produtiva da localidade, mas não é suficiente para erradicar as desigualdades. Para Sergio Silveira Amadeu (2001):

“ O que está em jogo é o potencial de inteligência coletiva (...) enquanto as elites são formadas para navegar nos fluxos, encontrar informações que produzam conhecimento e aprender continuamente a aprender e a pesquisa. Compreender e identificar a origem da informação é essencial para a sua transformação em conhecimento” (AMADEU, 2001, p.28)

Considerando a importância de uma política pública de inclusão digital como vetor de

desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico é requer destacar que os vários programas de inclusão digital permitam uma nova estratégia de inclusão social, combatendo o analfabetismo digital, já que a inclusão digital é muito mais que incluir as camadas populares aos equipamentos tecnológicos.

Entretanto é importante destacar que os programas de inclusão digital, se constituem como pontos de partida, os programas se caracterizam como um PDI's, entre eles o telecentro rural, um espaço de comunicação digital direcionado a atender a população mais carente em diversos contextos sociais e comunicacionais. Um dado importante nesse PDI é o ponto de acesso à internet sendo de responsabilidade do GESAC que possibilita essa conexão via satélite e custeia esse serviço nas escolas, serviços públicos e nos telecentros comunitários. No entanto é válido ressaltar o que afirma Sergio Silveira Amadeu (2001):

“[...]a criação nas áreas de maior carência social de uma grande rede de telecentros que dê acesso aos serviços públicos on-line e à Internet, bem como assegurar um e-mail para cada pessoa desprovida de recursos, é um passo decisivo para mudarmos o nosso futuro. Trata-se de uma passo para a elevação de nossa inteligência coletiva ”(AMADEU, 2001,p.42)

É necessário construir uma política de inclusão digital que favoreça não apenas o acesso democrático e gratuito às novas tecnologias da comunicação e da informação, mas também, permita que o usuário utilize de forma mais adequada à internet, uma vez que às informações adquiridas devem ser transformadas em conhecimento aplicado de forma integral, beneficiando não apenas o aumento na cadeia produtiva de uma área, mas, sobretudo a construção da cidadania. De acordo com Paulo Meksenas (2002):

“No Brasil, o século XX foi marcado pela intervenção do Estado nos mais diversos campos da vida social; as políticas públicas assumem importância e se tornam o princípio-mestre da ação estatal; contudo, isso não tem garantido o acesso da maioria da população aos padrões mínimos do bem-estar social. Por outro lado, ao considerar as políticas públicas com fins sociais como produto da ação reguladora do Estado frente ao mercado.”
(MEKSENAS, 2002,p.106)

Partindo de uma análise sucinta sobre as relações de mercado que caracterizam também a pobreza humana, não atribuindo a está os critérios específicos do IDH, a erradicação da pobreza humana pode ser válida também nessa fase da globalização pelo surgimento de uma percepção crítica dos atores sociais, na participação cidadã em toda dinâmica social, uma vez que o acesso da população à Internet constitui um bombardeio

de informações, o que implica ao usuário do Telecentro muitas vezes não sabe utilizá-las.

Os resultados apresentados no terceiro objetivo específico que é analisar a relação entre o capital social e a Internet, visando identificar em que medida esses mecanismos agilizam a comunicação no processo do desenvolvimento local. Podemos sinalizar que em relação ao capital social o qual é caracterizado aqui como bem coletivo, que estabelece o respeito na sociedade, sobretudo nos grupos que se utiliza de normas de confiança, solidariedade e relações de comunicação horizontal no ambiente social e político. O reconhecimento adequado do capital social oportuniza o compromisso público das políticas sociais, todavia descrever capital social no território da ASSIM se constitui algo complexo em decorrência da amplitude e intensidade que o conceitua.

No entanto na busca de uma resposta mais adequada, foi pertinente ter como elemento fundamental a identificação comum entre os atores no que se refere ao telecentro como instrumento de comunicação digital que oportuniza o desenvolvimento local, atendendo ao elemento intrínseco entre capital social e Internet foi possível identificar que as questões relacionadas à formação cultural, à aquisição da confiança, da reciprocidade, da cooperação, da solidariedade, bem como, a própria noção de desenvolvimento humano e desenvolvimento local foram apresentados através dos discursos da comunidade na construção de projetos coletivos.

Assim foi concebido o capital social da ASSIM, como uma fonte renovável e acumulativa de valores culturais e práticas coletivas, enfocando o potencial do todo em um processo comum, que independente de ser mensurável é estabelecido pelas práticas de desenvolvimento humano. No entanto a ausência de percepção crítica no que se refere ao uso da informação disponibilizada na rede, em relação às reais necessidades da comunidade pode favorecer no futuro, caso não ocorra mudanças quantitativas e qualitativas na aquisição, compartilhamento, reelaboração e distribuição da informação na produção de conhecimentos, um enfraquecimento das principais atividades coletivas desenvolvidas na comunidade. Nota-se que parte significativa dos usuários utiliza a Internet como um novo canal de entretenimento e não como um canal de conhecimento. Para Arlindo Machado (2001):

“Aparelhos, processos e suportes decorrentes das novas tecnologias interferem em nossos sistemas de vida e de pensamento, em nossa capacidade imaginativa e em nossas formas de percepção do mundo [...]Por essa razão, não é descabido o postulado corrente segundo o qual o analfabeto de nosso tempo já não é mais aquele que não sabe ler e escrever, mas sim aquele que não sabe articular um discurso multimidiático pleno.”
(MACHADO, 2001, p 55 - 108)

Refletindo ainda sobre os resultados do último objetivo é possível dizer que a comunidade rural da ASSIM deixa nítido que a Internet constitui-se um importante meio de comunicação no processo de transformação local, uma vez que a Internet também é utilizada para fins que possibilitem um aumento nas atividades econômicas coletivas. No entanto o uso da Internet pelos usuários do telecentro estudado está mais vinculado ao entretenimento, pois o breve período de tempo que dispõem para utilizá-la sobrepõe-se as necessidades de cunho pessoal ao coletivo, especificamente no uso adequado da informação em benefício de um desenvolvimento local integrado com todos os atores sociais da comunidade da ASSIM.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Editora da UFRS, Porto Alegre, 2003.
- AFONSO, Carlos. **Internet no Brasil: o acesso é possível para todos?** Artigo publicado na série Policy Paper, n ° 26, em setembro de 2000, Fundação Friedrich Eberth, São Paulo.
- AMADEU, Sergio Silveira. **Exclusão Digital a Miséria na Era da Informação**. 1ª edição, São Paulo. Perseu Abramo, 2001, 48 p.
- ANTÔNIO, Marcos Figueiredo e ROBERTO, José Tavares de Lima (org). **Agroecologia Conceitos e Experiências**. Recife. Bagaço, 2006, 256 p.
- ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. Brasília, (2004)
- BARROSO, Luiz Roberto. **Direito constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BAUER, W Martin, GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 4º Ed. 516 pág.
- BELLONI, Isaura. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. Coleção: Questões da nossa época**. 3ª edição, São Paulo. Cortez, 2003, 96 pág.
- BORDENAVE, Juan Diaz E. **O que é Comunicação Rural**. Editora Brasiliense. Brasília. 3 Edição. 1998
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis. Vozes, 1998, 251 p.
- BRIGAGÃO, Clóvis & RODRIGUES, Gilberto, M. A. **Globalização a Olho Nu: o mundo conectado**. 2º Edição, São Paulo. Moderna, 2004
- CAMPANHOLA, C & J. Graziano da Silva. **Desenvolvimento Local E A Democratização Dos Espaços Rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. Coleção: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, 10ª edição, São Paulo**. Paz e Terra, 2007, 698 p.
- CASTELLS, Manuel. **A Galaxia da Internet**. Coleção: Interface. 5ª edição, São Paulo, 2003), 237p.
- CATTANI, Antonio David (Org). **A Outra Economia**. 1ª Edição, Porto Alegre. Veraz Editores, 2003, 306 p.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes(org). **Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local**. São Paulo: INTERCOM: Recife: Bagaço,258p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Comunicação Rural e Novo Espaço Agrário**. São Paulo : Intercom, 1999. 205 p. (Coleção GT's Intercom; n. 8), p. 181-205

COLEMAN, James S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. in LESSER, L. L. Knowledge : Foundations and Applications, Boston, Butterworth Heinemann, 1999.

DEMO, Pedro. **Inclusão Social no Brasil**. Revista de Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005

FRAGOSO, Patrícia Munick Albuquerque. **Identidades e Representações nas Culturas Populares: uma análise das apropriações do vídeo digital do projeto IN'FORMAR pelos jovens de comunidades populares em Pernambuco**. Dissertação. UFRPE, POSMEX.2007

FRANCO, de Augusto. **Além da renda: A Pobreza Brasileira Como Insuficiência De Desenvolvimento**. Brasília. Instituto De Política Millenium, 2001.

“ . **O Conceito de Capital Social: a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável**. In Silveira, CAIO,Márcio e DA,Costa Reis Liliane (orgs) **Desenvolvimento Local, Dinâmica e Estratégias**. Rede DLIS, pp 153-162.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997, 93p.

FUKUYAMA, F. “**Capital Social**” In Harrison, L. E. & Huntington, S. P. **A Cultura Importa**, São Paulo, Record, 2001

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento Do Estado de Pernambuco –SEPLAN, 1998. 316 p.

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento local**. In: CATANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre : Veraz, 2003. p. 72-75.

HABERMAS, J. (1997) **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1997.

LEVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva. Por uma Antropologia do Ciberespaço**. 1ª Edição. Loyola, São Paulo, 1999, 214 p.

_____. **Cibercultura** Ed. 34, São Paulo, 2000.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996

_____. **A Conexão Planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência.** São Paulo: Editora 34, 2002.

LIMA, Irenilda de Souza. **Comunicación tecnología y desarrollo.** Discusiones del siglo nuevo. Volume 3. Rio Cuarto. Argentina, 2006, p.163

LIMA, Jorge Roberto Tavares de: **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável /** Jorge Roberto Tavares de Lima (org). Recife: Bagaço 2003

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

MACEDO, Regina Maria; FERRARI, Nery. **Normas Constitucionais programáticas: normatividade, operatividade e efetividade.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michele. **Pensar as Mídias.** 1ª Edição. Editora: Loyola, São Paulo, 2004. 255p.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** DESLANDES, S.F.; NETO, O.C (org). 20ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MACHADO, Arlindo. **O Quarto Iconoclasmo e outros ensaios hereges.** 1ª Edição, Rio de Janeiro. Rio Ambiciosos, 2001, 154 p.

MELO, José Marques de (2002). **A Muralha Digital: desafios brasileiros para construir uma sociedade do conhecimento.** (p. 37-44). PERUZZO, Cicília; BRITTES, Juçara (2002). **Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?** São Paulo : Coleção Intercom de Comunicação; 14

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação. S Paulo.** São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem – Feita: repensar a reforma e reformar o pensamento.** 12ª Edição. Beltran Brasil, Rio e Janeiro, 2006, 129 p.

NAZARETH, Maria Baudel Wanderley . **A Ruralidade no Brasil Moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. pp 1-18.

NERI, Marcelo Cortês (coordenador). **Mapa da Exclusão Digital.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, ... **Atlas da exclusão** social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso. princípios e procedimentos.** 6ª edição, Editora: PONTES, São Paulo, 2005. 100p.

- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer projetos, relatórios, monografias e teses. 1ª Edição. Recife: Edições Bagaço, 2003, 174p
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Tendências atuais dos estudos sobre cooperativismo. In: **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Editora Massangana, 204. p. 51-75.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. 5ª Edição, Rio de Janeiro. FGV, 2005, 260 p.
- SANTOS, Boaventura Souza (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ª Edição, São Paulo. Cortez, 2005, 572 p.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. Revista Lua Nova São Paulo: CEDEC, nº 39, PP. 105-124, 1997.
- SANTOS, Milton. **A Natureza Do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002,
- SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade. Uma Introdução ao Mundo Contemporâneo**. Augurium, 2004, 115 p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002, 334p.
- SILVA PIRES, Maria Luiza Lins. **Associativismo e Desenvolvimento Local**. organizadores Maria Sallet Tauk, Ângelo Brás Fernandes Callou. Recife, PE, Editora: Bagaço, 2006. 256p.ill
- SOUZA, Celina. **Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil contemporâneo**. 1ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2005.
- UNESCO. **Sociedade do**. . 1ª edição, São Paulo, UNESCO, 2005, 211 p.
- TAKAHASHI, Tadao(org). Sociedade da informação no Brasil: **livro verde**. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. xxv, 195p. : il. ; 26cm.
- TAUK, Maria Salett Santos.. **Comunicación Tecnología y Desarrollo**. Discusiones del siglo nuevo. Volume 3. Rio Cuarto, Argentina, 2006.
- _____, Maria Salett Santos. **Comunicação Rural e Mercado de Trabalho na Era Tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta**. In: CALLOU, Ângelo Brás Fernandes (Org). **Comunicação Rural, Teconologia e Desenvolvimento Local**. São Paulo: INTERCOM; Recife: Bagaço, 2002.
- _____, Maria Salett Santos. **Comunicação Rural, velho objeto, nova abordagem**. In: Lopes, Maria Immacolata Vassalo de; FRAU-MEIGS, Divina e TAUK SANTOS,

Maria Salett(Orgs). **Comunicação e Informação: Identidades e Fronteiras**. São Paulo / Recife: Bagaço. 2000.

_____, Maria Salett Santos. SILVA, J. C de M. FRAGOSO, P. M. **Estado, Comunicação e Era Tecnológica**: a recepção popular da proposta de inclusão digital do Projeto Informar do Governo do Estado de Pernambuco. Recife, 2006. 15p

TAKAHASHI, Tadao(org). Sociedade da informação no Brasil: **livro verde**. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. xxv, 195p. : il. ; 26cm.

TIYAMBE, Paul. **Sociedade Do Conhecimento Versus Economia Do Conhecimento. poder e política**. UNESCO, 1 ° Edição, 2005.

VEIGA, José Eli. **Do Global ao Local**: Armazém do Ipê (Autores Associados), Campinas, SP. 2005

VEIGA, José Eli. **PIB da Agricultura familiar** : Brasil-Estados / Joaquim J. M. Guilhoto. Carlos R. Azzoni. Fernando Gaiger Silveira ... [et al.]. -- Brasília : MDA, 2007. 172 p.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

SILVA PIRES, Maria Luiza Lins. **Associativismo e Desenvolvimento Local**. organizadores Maria Sallet Tauk, Ângelo Brás Fernandes Callou. Recife, PE, Editora: Bagaço, 2006. 256p. ill. p. 51-75

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusaodigital/> Data -13 de março de 2007

<http://www.agenciabrasil.gov.br> Data – 08 de julho de 2007

<http://www.g1globo/noticias/0,,mui32856-6174,00.html>.

<http://www.pnud.org.br/milenio/index.php>. Data - 24 de abril de 2007

<http://www.kubrick2001.com/>. Data – 13 de março de 2007

<http://www.serpro.gov.br> Data - 01 de março de 2007

<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/referencias/> Data -13 de março de 2007

<http://www.agenciabrasil.gov.br> Data – 08 de julho de 2007

<http://www.g1globo/noticias/0,,mui32856-6174,00.html>.

<http://www.pnud.org.br/milenio/index.php>. Data - 24 de abril de 2007

<http://www.kubrick2001.com/>. Data – 13 de março de 2007

<http://www.serpro.gov.br> Data - 01 de março de 2007

http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/_telecentro/, acessado em janeiro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
**Programa de Pós-Graduação Scritu - Senso em Extensão Rural e Desenvolvimento
Local – POSMEX**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Entrevistador (a):

Entrevistado:

Função:

Instituição:

Data / /

PESQUISA: Política Pública de Inclusão Digital: uma proposta de desenvolvimento local em Lagoa do Itaenga-PE

PG1. Como surgiu a proposta de instalação de um telecentro comunitário na comunidade rural de Marrecos, sobretudo na ASSIM – Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades de Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos?

PG3. Quais são os principais parceiros e atores responsáveis pela elaboração, implementação e execução do telecentro comunitário da ASSIM?

PG3. Quais as dificuldades encontradas no processo de elaboração, implementação e execução do telecentro comunitário naquela localidade?

PG4. O que é o significa para a ASSIM – Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades de Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos a existência de um telecentro comunitário? Quais os objetivos da ASSIM com o uso da Internet?

PG5. Quais as expectativas existentes na localidade com relação ao telecentro comunitário, sobretudo no que se direciona ao uso da Internet?

PG6. Quem são os atores responsáveis pelo suporte técnico (manutenção dos equipamentos de informática) pela orientação no manuseio do microcomputador e pelo acesso a Internet?

PG7. O acesso a Internet permitida pelo telecentro comunitário pode favorecer a melhoria do desenvolvimento humano, cultural e econômico dos seus usuários? Se sim. Como?

PG8. O que é o GESAC, qual a importância desse programa para a comunidade?

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
Programa de Pós-Graduação Scritu - Senso em Extensão Rural e Desenvolvimento
Local – POSMEX

Entrevistador (a):

Data / /

Entrevistado:

Fone:

PESQUISA: Política Pública de Inclusão Digital: uma proposta de desenvolvimento local em Lagoa do Itaenga-PE

1. **GRAU DE INSTRUÇÃO.** Qual ao seu nível educacional? _____

A. () Fundamental I - Incompleto

B. () Fundamental I – Completo

C. () Fundamental II - Incompleto

D.() Fundamental II - Completo

E. () Médio Incompleto

F.() Médio Completo

G. () Superior Incompleto

H.() Superior Completo

2.**FAIXA ETÁRIA.** Qual a sua Idade? _____

A. () 12 -16

B. () 17-21

C.() 22- 26

2. **RENDA FAMILIAR.** Qual a renda mensal da sua família ? _____

A. () Até um salário mínimo

B. () 1 ½ um salário mínimo e meio

C. () 2 salários mínimos

D. () Mais de 3 salário

E.() Não sabe

3. **SITUAÇÃO DE EMPEGO.** Qual a sua principal atividade ocupacional ? _____

A.() Apenas estudante

B. () Trabalhador

C. () Aposentado

D.() Desempregado

4.0 Qual o principal local/ lugar onde você acessa a Internet?

() Lan House () Escola () Domicilio () Casa de Amigos () Telecentro

() Trabalho () Outros _____

5.0 Quantas vezes por semana você acessa a Internet, através do telecentro? _____

6.0 Quantas horas você gasta na Internet a cada acesso realizado? _____

7.0 Quais as três principais atividades que você desenvolve na navegação/no uso da Internet?

() pesquisa escolar () chate/ bata-papo () Orkut () enviar e receber e-mail

() pesquisa comunitária () download de música () MSG () jogos em rede

() pesquisa para negócios () ouvir música e assistir vídeos () outros

7. Quais os principais sites que você utiliza?

8. Qual a importância do Telecentro para a comunidade de Marreco? Porque?

9. Como a comunidade de Marreco pode se beneficiar com o uso do Telecentro e da Internet?

10. Como você na categoria de usuário do telecentro pode contribuir para melhorar o uso da Internet na comunidade da ASSIM ? Justifique

10. Qual a importância das informações adquiridas na Internet para a comunidade local? Justifique